UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MARINYL RIBEIRO DA SILVA

A Cartografia Temática no estudo do turismo:
o município de Santo Antônio do Pinhal (SP)

São Paulo
2010

MARINYL RIBEIRO DA SILVA

A Cartografia Temática no estudo do turismo:
o município de Santo Antônio do Pinhal (SP)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Geografia

Área de Concentração:
Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr.
Marcello Martinelli

São Paulo
2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silva, Marinyl Ribeiro da.

A cartografia temática no estudo do turismo : o município de Santo Antônio do Pinhal (SP). / Marinyl Ribeiro da Silva ; orientador Marcello Martinelli. – São Paulo, 2010.

165 f. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Cartografia temática. 2. Turismo – Santo Antônio do Pinhal (SP). 3. Geografia do Turismo. 4. Tipos de paisagem. 5. Zoneamento turístico. I. Título. II. Martinelli, Marcello.

CDD 338.4791

Nome: SILVA, Marinyl Ribeiro da

Título: A Cartografia Temática no estudo do turismo: o município de Santo Antônio do Pinhal (SP)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Geografia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Dedico este trabalho à minha família, com muito amor,
pela paciência e apoio, sempre me incentivando e
motivando no enfrentamento das dificuldades.*

AGRADECIMENTOS

Durante o período da elaboração deste trabalho, pude encontrar muitas pessoas, algumas deixaram sua marca e fizeram a diferença. O caminho foi longo e jamais teria conseguido atingir o objetivo pretendido, sem o apoio e o companheirismo que me foi ofertado.

Vale ressaltar que isto só foi possível com o apoio e orientação do Professor Doutor Marcello Martinelli, que além de ser um professor nato, é uma pessoa muito iluminada e acolhedora, jamais o esquecerei. Sou lhe eternamente grata, por sua paciência e consideração.

Devo um agradecimento especial ao Rodrigo, que me ajudou de forma decisiva na construção dos mapas.

Estendo meu grato sentimento de agradecimento ao apoio recebido do Germano e do prof. Dr. Raffo que foram fundamentais e a prof^a Dra. Rita que me auxiliou sobremaneira, como aos demais professores da USP que contribuíram com a construção do pensamento que me fortaleceu a desenvolver este estudo, em especial a prof^a Dra. Regina, a prof^a Dra. Maria Laura, a prof^a Dra. Glória e ao prof. Dr. Eduardo Salinas (convidado da Universidade de Havana), bem como aos funcionários da FFLCH, a Ana Lúcia, ao Fermينو, a Jurema, a Cida, a Rosângela, ao Orlando e a querida Waldirene.

Tive uma contribuição muito importante de pessoas ligadas e residentes no município de Santo Antônio do Pinhal, entre as quais devo meu agradecimento, ao prefeito Augusto, ao vice-prefeito Rogério, ao secretário municipal de turismo Diego, a secretária da Acasap Benedita, ao Zildo, ao Dr. Mário, o Sr. Shiguero, ao Gilberto, ao Renato grande amigo e ao Jonathan por suas belas fotografias.

Ao pessoal com quem trabalho que me apoiou e aceitou algumas ausências.

Aos grandes amigos Adriana e Leandro pelas continuas conversas e reflexões teóricas que contribuíram de forma singular para a realização deste estudo.

À amiga e cunhada Christine pela tradução, à Lídia pela revisão e a minha irmã Nylmara com seus apontamentos.

À minha mãe querida pelo incentivo, ao meu companheiro que me ajudou muito e ao meu filho que compreendeu meu processo.

Enfim, a todos que torcem por mim e as forças do universo que conspiram ao meu favor.

O mundo oferece as possibilidades e o lugar oferece as ocasiões.

Milton Santos

RESUMO

SILVA, Marinyl Ribeiro da. **A Cartografia Temática no estudo do turismo: o município de Santo Antônio do Pinhal (SP)**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O turismo é uma atividade econômica e uma prática social que se entremeia nas múltiplas relações existentes na sociedade que o anima. Analisar um destino, um determinado lugar turístico nos permite diferentes olhares. Procuramos focar o presente estudo na leitura geográfica do processo que transformou o turismo em um importante vetor na produção do espaço do município de Santo Antônio do Pinhal (SP), destino que pinçamos, dentre tantos outros, para que pudéssemos produzir uma investigação capaz de nos revelar cada componente, seja natural ou social que integra o território usado para o turismo. Partindo de sua fundação, seguimos em busca de uma compreensão das relações que configuram a sua história, sua espacialização e a maneira como se concretizaram e fazem parte da sua realidade atual. Prosseguimos a investigação buscando vislumbrar possíveis rumos da atividade turística e advertir para eventuais possibilidades de um tipo de turismo predatório. Para refletirmos sobre estas possibilidades e sobre como ocorre a apropriação do espaço pelo e para o turismo no município, procuramos conhecer e entender como o citado território vem se desenvolvendo, para tanto selecionamos variáveis socioeconômicas e ambientais pertinentes, que favorecessem uma compreensão de como a atividade turística elegeu Santo Antônio do Pinhal. A partir da análise dos atributos e variáveis selecionadas, associada aos fundamentos teórico-metodológicos por nós elegidos, é que traçamos nosso objetivo neste estudo. Delineamos uma apresentação escolhida de mapas analíticos de apoio, para a pesquisa e o tratamento cartográfico da área de estudo. Isto nos possibilitou a elaboração de um mapa de síntese, especificamente dos tipos de paisagem, que pudesse, através de sua visualização crítica, subsidiar uma proposta preliminar de zoneamento turístico para o município, alicerçado em uma abordagem da cartografia temática. O presente estudo permitiu uma conexão capaz de associar a Geografia, a Cartografia e o Turismo, possibilitando a formação de um arcabouço de dados e informações que norteou a pesquisa, para atingirmos nosso objetivo.

Palavras chaves: Cartografia temática, Turismo, Geografia, Tipos de paisagem, Zoneamento turístico.

ABSTRACT

SILVA, Marinyl Ribeiro da. **Thematic Cartography in the study of tourism: township of Santo Antônio do Pinhal (SP)**. 2010. 165 f. Master's degree Thesis - Faculty of Philosophy, Literature and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2010.

Tourism is an economic activity and social practice that is linked in multiple relationships with the society that vitalizes it. Analyzing a destination, a particular tourist site allows us to regard different perspectives. We sought to focus this study in the geographical reading of the process that transformed tourism in an important vector for the production of space in the township of Santo Antônio do Pinhal (SP), destination we selected, among many others, that permits us to research and reveal every component, being it natural or social, which integrates the area used for tourism. Beginning from the township's foundation, we proceeded in search of understanding the relationships that configure history, spatial distribution and in which manner it emerges and is part of our current reality. We continued the investigation to view the possible paths of tourist activity and warn of potential predatory tourism. In order to reason about the possibilities and how the appropriation of space for tourism and tourism in the township itself, we learned to know and understand how this territory has developed. Both socioeconomic and environmental aspects were chosen to promote an understanding of how tourism elected Santo Antônio do Pinhal. From the analysis of selected variables and attributes, coupled with the chosen theoretical and methodological fundamentals, we traced the goal in this study. We outlined a presentation of analytical and supportive maps for the research and cartographic treatment of the study area. This enabled us to draw up a map of synthesis, specifically of the types of landscape that could, through critical viewing, subsidize a preliminary proposal of tourist zoning for the township, based on an approach of thematic cartography. The present study allowed a connection capable of linking geography, cartography and tourism, permitting the formation of a structure of data and information that guided the research, to achieve our goal.

Keywords: Thematic cartography, tourism, geography, types of landscape, tourist zoning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Neolítico	32
Figura 2: Mapa de Bedolina	33
Figura 3: Quadros do mundo grego: Homer, Hecateus, Eratósthenes and Ptolemy	34
Figura 4: As duas dimensões do plano construindo a imagem	40
Figura 5: As variáveis visuais	41
Figura 6: Círculo das cores	43
Figura 7: Combinação de cores	44
Figura 8: Comunicação da informação aplicada à Cartografia	74
Figura 9: Linguagem da representação gráfica	75
Figura 10: Mapa de Roma	81
Figura 11: Mapa do norte da Espanha	82
Figura 12: Mapa turístico de Santo Antônio do Pinhal (SP)	82
Figura 13: Mapa interativo da Alemanha	84
Figura 14: Imagem da cidade do Rio de Janeiro	85
Figura 15: Mapa de rota viária em São Paulo	86
Figura 16: Mapa de turismo rural	89
Figura 17: Mapa turístico de Castro (PR)	90
Figura 18: Localização da área de estudo	96
Figura 19: Mapa da região administrativa de São José dos Campos (SP)	97
Figura 20: Classificação de solos do município de Santo Antônio do Pinhal (SP)	98
Figura 21: Vista panorâmica do Pico Agudo (2008)	101
Figura 22: Vista aérea da decolagem do Pico Agudo (2008)	102
Figura 23: Mapa rodoviário – acessibilidade para Santo Antônio do Pinhal (SP)	108
Figura 24: Alto do Lajeado	109

Figura 25: EFCJ – trecho de 11% de inclinação	110
Figura 26: Fotografia do bondinho sendo empurrado por um funcionário da EFCJ	111
Figura 27: Mirante Nossa Senhora Auxiliadora	111
Figura 28: Imagens do centro urbano antes e depois das obras de revitalização	115
Figura 29: Roteiros turísticos em Santo Antônio do Pinhal	116
Figura 30: Representantes da flora e fauna no município	117
Figura 31: Mapa - APA Sapucaí-Mirim	122
Figura 32: Unidades de conservação na Serra da Mantiqueira	123
Figura 33: Rio da Prata no centro de Santo Antônio do Pinhal	125
Figura 34: Santo Antônio do Pinhal (SP) Relevo – 2010	128
Figura 35: Pesqueiro Arco Iris	130
Figura 36: Santo Antônio do Pinhal (SP) Rede Hidrográfica – 2010	131
Figura 37: Santo Antônio do Pinhal (SP) Cobertura Vegetal – 2008	133
Figura 38: Santo Antônio do Pinhal (SP) Uso da Terra – 2007	136
Figura 39: Santo Antônio do Pinhal (SP) Rede de Transportes e Pousadas Rurais – 2010	138
Figura 40: Fotografia aérea do centro urbano de Santo Antônio do Pinhal - 2009	140
Figura 41: Santo Antônio do Pinhal (SP) Tipos de Paisagem – 2010	144
Figura 42: Santo Antônio do Pinhal (SP) Proposta Preliminar de Zoneamento Turístico – 2010	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparativo dos dados censitários Projeto LUPA 1995/1996 e 2007/2008	99
Tabela 2: Crescimento demográfico e taxa de urbanização no período de 1980 a 2009	103
Tabela 3: Quantidade de empregos formais nos anos: 1991, 1995, 2000, 2005 e 2008	104
Tabela 4: Quantidade de estabelecimentos nos anos: 1991, 1995, 2000, 2005 e 2008	105
Tabela 5: Proporção de estabelecimentos instalados em relação ao total no município nos anos: 1991, 1995, 2000, 2005 e 2008	105
Tabela 6: Área das classes de uso da terra em Santo Antônio do Pinhal	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comportamento do fluxo turístico internacional (1995 – 2008)	56
Gráfico 2: Mundo – Desembarque internacional de turistas: variação percentual mensal (jan./2008 a dez./ 2009)	57
Gráfico 3: Brasil – Desembarque de passageiros em voos nacionais – 2004 a 2009	66
Gráfico 4: Produto Interno Bruto 2007 – Santo Antônio do Pinhal	99
Gráfico 5: Proporção entre a população urbana e rural nos anos: 1980, 1990, 2002 e 2009	103
Gráfico 6: Uso e ocupação da terra em Santo Antônio do Pinhal (2008)	135
Gráfico 7: Pousadas instaladas no período de 1980 a 2009	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Efeitos da atividade turística em ambientes naturais	71
Quadro 2: Pictogramas relacionados ao turismo e suas diversas versões	80
Quadro 3: Elementos de identificação do mapa	88
Quadro 4: Quantidade de propriedades e área correspondente em hectares	98
Quadro 5: Lista dos bairros associados às unidades espaciais	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
 CAPÍTULO 1 - A Geografia e a Cartografia - História e evolução das ciências	19
1.1. <i>O percurso da Geografia</i>	<i>19</i>
1.2. <i>Os caminhos percorridos pela Cartografia</i>	<i>32</i>
1.2.1. <i>A Cartografia Temática</i>	<i>38</i>
 CAPÍTULO 2 - O Turismo	47
2.1. <i>A Paisagem, a Geografia e o Turismo</i>	<i>47</i>
2.2. <i>O Turismo e a dinâmica global contemporânea</i>	<i>55</i>
2.3. <i>As incidências do Turismo no Brasil</i>	<i>65</i>
 CAPÍTULO 3 - Cartografia e Turismo	73
3.1. <i>A Cartografia Temática e o Turismo</i>	<i>73</i>
3.2. <i>Os produtos cartográficos destinados ao turismo na internet</i>	<i>83</i>
3.3. <i>A Cartografia do turismo em ambientes naturais</i>	<i>91</i>
 CAPÍTULO 4 - O município de Santo Antônio do Pinhal (SP)	95
4.1. <i>Caracterização do município</i>	<i>95</i>

4.2. <i>A origem do município e o transcorrer da sua história</i>	100
4.3. <i>Aspectos demográficos e socioeconômicos</i>	102
4.4. <i>Rede de transporte e acessibilidade</i>	107
4.5. <i>Aspectos relevantes sobre a incidência do turismo no município</i>	112
4.6. <i>Aspectos de relevância ambiental</i>	120
 CAPÍTULO 5 - <i>Cartografia de Análise e Cartografia de Síntese, sugerindo uma proposta de Zoneamento Turístico</i>	126
5.1. <i>Cartografia de análise no levantamento da caracterização do município</i>	126
5.2. <i>Uma proposta de cartografia de síntese para o turismo do município de Santo Antônio do Pinhal, identificando e delimitando os “tipos de paisagens”</i>	141
5.3. <i>Uma proposta preliminar para um zoneamento turístico do município de Santo Antônio do Pinhal</i>	146
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
 REFERÊNCIAS	153
 ANEXOS	158
ANEXO A - Orçamento municipal ano base 2006	158
ANEXO B - Orçamento municipal ano base 2007	162

INTRODUÇÃO

O crescimento significativo do turismo, que presenciamos na atualidade, fez emergir novas necessidades e possibilidades para os lugares que se apropriam desta atividade e prática social em sua realização.

Os desdobramentos sócioespaciais decorrentes desta apropriação pelo turismo provocaram e provocam diferentes consequências na vida social de cada lugar. Este dinamismo característico do turismo contemporâneo se transformou em objeto de estudo para diferentes áreas do conhecimento como a sociologia, a economia, a ecologia, a cartografia e, sobretudo, a geografia. As investigações das transformações espaciais estabelecidas pela prática social do turismo tem sido o foco de muitas pesquisas na área da Geografia.

A Cartografia, em seu turno, vem contribuir com a elaboração de mapas, que são expressões gráficas apresentadas por uma linguagem que trabalha com dados, atributos ou variáveis, podendo, depois de prontas revelarem informações, expressando conhecimentos e possibilitando estudos de lugares, contemplando resultados cartográficos que possam desvendar um amplo entendimento da realidade.

Atualmente, a comunicação do conhecimento promovida por representações gráficas está beneficiando as pesquisas e estudos em diversas áreas, e principalmente, nos estudos voltados ao entendimento do turismo, por permitir uma verdadeira apreciação da realidade.

O raciocínio de análise na construção das representações gráficas corresponde a um exame da realidade, mobilizando procedimentos de classificação, de combinação e de explicação dos fatos ou fenômenos observados. Os mapas indicando a relação entre os componentes tratados revelam o conteúdo da informação, mediante o arranjo do padrão espacial exibido, podendo formular hipóteses sobre o que explicaria a geografia dos fenômenos estudados (MARTINELLI, 2006).

Neste sentido, justifica-se o nosso interesse em empreender este estudo, objetivando analisar um município específico, como forma de ensaiar uma metodologia ancorada na geografia e na cartografia temática, que fosse capaz de lucubrar possibilidades e potencialidades para o desenvolvimento do turismo.

Deste modo, traçamos nosso objetivo nesta comunicação, alicerçado na abordagem da cartografia temática, delineando uma apresentação selecionada de mapas analíticos de apoio, para o tratamento cartográfico da área escolhida, que nos possibilitou a elaboração de um

mapa de síntese, especificamente dos tipos de paisagem, que pudesse subsidiar uma proposta preliminar de zoneamento turístico para o município de Santo Antônio do Pinhal.

Desta forma, organizamos cinco segmentos apresentando toda a dinâmica empreendida, elevando conteúdos fundamentais para a construção de um raciocínio que nos permitisse chegar à síntese. Assim, o ordenamento ficou estruturado da seguinte maneira:

Capítulo 1 - A Geografia e a Cartografia - História e evolução das ciências:

Neste capítulo destacamos a trajetória tomada pelas ciências geográfica e cartográfica no percurso da história, considerando os desmembramentos dos seus saberes, para podermos vislumbrar um panorama da importância do estudo dos mapas para estas ciências e para a sociedade.

Capítulo 2 - O Turismo:

Abordamos, no capítulo em questão, temas significativos sobre o turismo contemporâneo, com a finalidade de entrevermos como se estabelecem às relações que o dinamizam no âmbito global, permitindo um entendimento do processo e dos mecanismos que se estabelecem na escala do lugar, possibilitando uma visão abrangente e uma compreensão mais acurada de sua manifestação no município de Santo Antônio do Pinhal, objeto escolhido para este estudo. Para tanto, procuramos exaltar a relação entre turismo e paisagem, para podermos estabelecer conexões plausíveis de serem representadas em mapas.

Capítulo 3 - Cartografia e Turismo:

No presente capítulo, discorreremos sobre possibilidades e aplicabilidades da Cartografia temática direcionada ao turismo, nos permitindo uma ampla visão dos elementos que compõem as representações gráficas em suas diversas expressões.

Capítulo 4 - O município de Santo Antônio do Pinhal (SP):

Apresentamos neste capítulo a caracterização e análise do município de Santo Antônio do Pinhal, procurando enaltecer seus aspectos mais significativos que pudessem desvendar a sua realidade atual. Consideramos os componentes sociais, culturais, políticos e ambientais de maior relevância para a constituição da análise, que serviram de base na construção do raciocínio empreendido no estudo.

Capítulo 5 - Cartografia de Análise e Cartografia de Síntese, sugerindo uma proposta de Zoneamento Turístico:

Neste capítulo retomamos os levantamentos da caracterização do município, revelada em mapas analíticos que serviram de apoio para a construção de um raciocínio capaz de nos levar a síntese. Tal raciocínio, ancorado na abordagem metodológica da cartografia temática, possibilitou atingirmos à síntese, identificando e delimitando os “tipos de paisagens”, que gerou o mapa Tipos de Paisagem. Ao nos apropriarmos do mapa de síntese Tipos de Paisagem, pudemos estipular as potencialidades das unidades de paisagens, identificadas como tais na operação de síntese, da qual empreendemos uma construção capaz de nos conduzir a uma proposta preliminar de zoneamento turístico para o município de Santo Antônio do Pinhal.

Assim, transcorreremos esta dissertação de mestrado, procurando abordar de forma clara os conteúdos estudados, para conseguirmos transmitir o construto formado por esta pesquisa, vislumbrando possíveis aplicabilidades em outros estudos e lugares turísticos, assim como na gestão do município de Santo Antônio do Pinhal.

CAPÍTULO 1

A Geografia e a Cartografia - História e evolução das ciências

Os olhares para a realidade admitem diferentes visões e posturas de acordo com o contexto histórico e da perspectiva assumida pelos pesquisadores. São tantas as abordagens quanto os possíveis olhares.

Para que se possa alcançar um entendimento que favoreça a reflexão sobre a importância dos mapas para a Geografia e que permita uma compreensão do papel da Cartografia nos estudos geográficos, discorreremos pelo caminho da História. Consideraremos o desmembramento do pensar geográfico e cartográfico e, assim, poderemos ter um panorama da importância do estudo dos mapas para estas ciências e para a sociedade.

A Geografia e a Cartografia desde a Antiguidade se entrelaçaram em uma história de aproximações com intensidades maiores e menores de acordo com o avanço do conhecimento humano. Para uma melhor apreensão desta trajetória, destacaremos o percurso tomado por cada uma destas ciências. Entretanto, se faz esta colocação apenas por uma questão didática, uma vez que a história carrega em sua complexidade todos os acontecimentos de forma indissociável.

1.1. O percurso da Geografia

Desde a Antiguidade e durante muitos séculos a Geografia e o mapa eram indissociáveis para os pesquisadores, navegantes, comerciantes e para a elite dominante, nesta época a geografia focada no conhecimento e na descrição da Terra, era vista como um registro cartográfico de povos e territórios.

Os conhecimentos geográficos estavam ligados ao descobrimento e ao conhecimento da superfície terrestre, através de levantamentos de informações que tinham como destino o mapeamento e o cruzamento das informações, sendo realizado através dos mapas. Nesta medida, a percepção do espaço estava atrelada ao mapeável.

Entretanto, somente, a partir do século XVIII, marcado por grandes transformações, é que a Geografia inicia seu caminho científico e acadêmico, com a “escola alemã”, como ficou conhecida, representada por Immanuel Kant (1724-1804), Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), entre outros.

Em um contexto histórico marcado pelo desenvolvimento tardio do capitalismo alemão, quando se instaurava o processo de unificação da Alemanha, o Estado carecia de soluções práticas e não apenas de descrições conjunturais de uma dada situação.

Nesta medida, a Geografia acadêmica produzida nos centros universitários e ensinada nas escolas, baseada nas concepções de Kant, estava direcionada para um conhecimento voltado à percepção dos sentidos e orientada a experiência e a sistematização, fato que consolidou o método empírico e de síntese espacial.

Humboldt e Ritter, cada qual a sua maneira, se distanciaram, mas não romperam com o sistema kantiano, reforçando o método de análise empírica.

Humboldt por ser naturalista de formação (geólogo e botânico) e um explorador, realizando inúmeras viagens, deu grande ênfase à natureza concebendo-a como uma totalidade dotada de vida e movimento, traçando uma trajetória calcada na intuição a partir da observação.

Segundo Moraes, Humboldt propôs o *empirismo raciocinado*, onde o geógrafo deveria contemplar a paisagem de uma forma quase estética. O autor esclarece, ainda, que para Humboldt “a paisagem causaria no observador uma ‘impressão’, a qual combinada com a observação sistemática dos seus elementos componentes, e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria a explicação: a causalidade das conexões contidas na paisagem observada” (MORAES, 2005, p.62).

Assim, conforme Moraes, Humboldt afirmaria que a causalidade seria o elo, a unidade entre o mundo sensível e o mundo intelecto, uma vez que algo existente de fato na natureza e somente apreensível pela razão, conduziria a uma inerência do objeto e uma construção do sujeito.

No entanto, Ritter por ter uma formação em Filosofia e História e uma acentuada perspectiva religiosa, fará uma leitura da ciência geográfica no sentido de explicar a individualidade dos sistemas naturais e seus arranjos, onde “cada arranjo abarcaria um conjunto de elementos, representando uma totalidade, onde o homem seria o principal elemento” (MORAES, 2005, p.63).

Com uma visão antropocêntrica, a Geografia para Ritter teria como meta chegar a uma harmonia entre a ação humana e os desígnios divinos, manifestos na variável natureza dos meios, conforme descreve Moraes (2005, p.63) ao expressar que:

Para Ritter, a ordem natural obedeceria a um fim previsto por Deus, a causalidade da natureza obedeceria à designação divina do movimento dos fenômenos. Deste modo, haveria uma finalidade na natureza logo uma predestinação dos lugares. Compreender esta predestinação seria a tarefa do conhecimento geográfico.

Como observa Moreira, (2006, p.26) “Humboldt e Ritter, embora pondo pesos diferentes na natureza e no homem, vêem a geografia como a totalidade das coisas naturais e humanas, na qual os homens vivem e sobrevivem”. Humboldt privilegiou o meio como referência, enquanto, Ritter enfatizou o homem em suas considerações.

Apesar das diferenças entre Humboldt e Ritter, o primeiro buscando um entendimento do mundo sem privilegiar o homem e o segundo estabelecendo uma geografia regional¹ e antropocêntrica, ambos configuraram em suas formulações a base da Geografia Tradicional.

As representações gráficas de modo padronizado e preciso, era um requisito da reflexão geográfica desta época. Os mapas foram muito utilizados neste período.

Contudo, no final do século XIX, desta mesma “escola alemã”, desponta Friedrich Ratzel (1844-1904), como precursor do pensamento determinista, estabelecendo a noção de “espaço vital”. Como Moreira (2006, p.30) esclarece “para Ratzel as leis da história humana são as mesmas que regem as espécies vegetais e animais. A sociedade é um organismo”. Prosseguindo neste raciocínio, Moreira (2006, p.32) coloca que para Ratzel:

O homem, em todos os seus planos de existência, tanto mental como civilizatória, é o que determina seu meio natural (teoria do determinismo geográfico). Como na luta das espécies pelo domínio do espaço que contém sua nutrição, os homens organizam-se em Estados para os quais o espaço é fonte de vida (teoria do espaço vital).

Este raciocínio demonstra o pensamento linear em Ratzel, o que podemos evidenciar no encadeamento descrito por Moreira (2006, p.33), como segue:

Os homens agrupam-se em Sociedade, a Sociedade é o Estado, o Estado é um organismo. A Sociedade e o Estado são o fruto orgânico do determinismo do meio. [...] O Estado é um organismo em parte humano e parte terrestre. [...] Os Estados necessitam de espaço, como as espécies, por isto lutam pelo seu domínio como as espécies. A substância, energia, vitalidade e o crescimento dos Estados têm por motor a busca e conquista de novos espaços.

¹ Geografia regional no sentido da busca do conhecimento das individualidades dos lugares através das divisas territoriais políticas e naturais.

A principal obra de Ratzel, publicada em 1882, intitulada “*Antropogeografia – Fundamentos da Aplicação da Geografia à História*”, sendo fruto do seu tempo, expressava uma significativa influência do imperialismo alemão. Derivando das premissas de Ratzel, encontram-se embrionariamente as formulações que formaram o pensamento dos teóricos da geopolítica², onde os mapas apresentaram um papel decisivo para a implementação de suas estratégias.

Como adverte Moraes (2005), a grande importância da obra de Ratzel, foi ter trazido para o debate geográfico os temas políticos e econômicos, no qual o homem estaria no centro das análises.

As críticas francesas as colocações de Ratzel, fizeram emergir um pensamento geográfico centralizado na figura de Paul Vidal de La Blanche (1845-1918), que construiu sua proposta de Geografia, sempre como um diálogo crítico diante das formulações alemãs, buscando uma nova visão que pudesse ir além das enumerações exaustivas e dos relatos de viagens (MORAES, 2005).

Tais críticas emergiram em um contexto histórico, no qual a França e a Alemanha sofriam um embate, que culminou na guerra franco-prussiana, como discorre Moraes (2005, p.77) ao relatar que:

Na segunda metade do século XIX, a França e a Alemanha, no caso ainda Prússia, disputavam a hegemonia no controle continental da Europa. Havia, entre estes dois países, um choque de interesses nacionais, uma disputa entre imperialismos. Tal situação culminou com a guerra franco-prussiana, em 1870, na qual a Prússia saiu vencedora.

Com a guerra a França perdeu importantes territórios, que possuíam grandes reservas de carvão, significativas para sua industrialização. “No contexto da guerra, caiu o Segundo Império de Luis Bonaparte e ocorreu o levante da Comuna de Paris, e, sob as suas ruínas, ergueu-se, com o beneplácito prussiano, a Terceira República francesa” (MORAES, 2005, p.77).

Nesta conjuntura se dá o desenvolvimento da Geografia com o apoio deliberado do Estado francês, com a tarefa de refutar as diretrizes alemãs e fundamentar o expansionismo francês, através um uma nova forma de pensar o espaço.

A geografia francesa mesmo mantendo o empirismo da “escola alemã”, apoiou-se no pensamento funcionalista-positivista o que favoreceu aos geógrafos franceses, uma ampla reformulação dos postulados alemães (MOREIRA, 2006).

² Expressão cunhada pelo jurista sueco Rudolf Kjellén, que a utilizará em seu livro “*O Estado como Forma de Vida*”, publicado em 1916 (MOREIRA, 2006, p.38).

Assim, trazendo o eixo da discussão geográfica para a França, o que se manteve até o primeiro quartel do século XX, Vidal de La Blanche funda a “escola francesa” de Geografia e cria uma doutrina, o Possibilismo ³ (MORAES, 2005).

Vidal de La Blanche propõe o método empírico-indutivo, que considera a realidade como o mundo dos sentidos, a partir da observação direta dos elementos e processos visíveis. Deste modo, definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza na perspectiva da paisagem, colocando o homem como um ser ativo, que ao sofrer a influência do meio e atuando sobre o mesmo, acabaria por transformá-lo (MORAES, 2005).

Tal método seguiria a seguinte sequência como descreve Moraes (2005, p.84):

[...] observação de campo, indução a partir da paisagem, particularização da área enfocada (em seus traços históricos e naturais), comparação das áreas estudadas e do material levantado, e classificação das áreas e dos gêneros de vida, em ‘séries de tipos genéricos’. Assim, o estudo geográfico na concepção vidalina, culminaria com uma tipologia.

É nesta proposta que o mapa teve um grande estímulo, uma vez que os estudos consistiam em levantamentos detalhados e com aplicação de ampla estatística. As pesquisas geográficas necessitavam, nesta medida, de uma possibilidade capaz de representar os fenômenos observados, em geral era constituída por uma coletânea de mapas temáticos, onde cada tema seria representado por um mapa e ao serem superpostos produziam a síntese que espelharia a dinâmica da vida regional, dando uma visão global da realidade (MARTINELLI, 2005).

Os desdobramentos das concepções de Vidal de La Blanche orientaram o desenvolvimento do conceito de região em uma perspectiva humanizada, na medida em que a região foi sendo compreendida como um produto histórico passou a expressar a relação dos homens com a natureza (MORAES, 2005).

Este sem dúvida foi um legado importantíssimo para o pensamento geográfico que propiciou diversas análises ligadas a Geografia Regional e as diferentes especializações decorrentes dos estudos regionais, fato que legitimou a importância da Geografia Humana.

Como ressalta Martinelli (2005) o conceito de região balizaria a geografia francesa, por ser uma unidade de análise capaz de exprimir a maneira dos homens organizarem o espaço apresentando certa individualidade. Assim a região passou a ser compreendida como um processo histórico de organização espacial.

³ Na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre (MORAES, 2005, p.81).

A geografia francesa se voltou inteiramente aos estudos da região o que a consagrou como seu principal objeto de análise e, durante muito tempo, foi o foco das monografias para se atingir um conhecimento mais profundo da realidade (MOREIRA, 2006; MORAES, 2005).

Mantendo os fundamentos elaborados por Vidal de La Blanche, no entanto, aprofundando e desenvolvendo uma proposta de estudo sobre as formas pelas quais os homens organizam seu meio, desponta o geógrafo francês Max Sorre (1880-1962).

Como destacam Moraes (2005) e Martinelli (2005) é possível considerar a obra de Sorre como um estudo da Ecologia Humana, na qual a Cartografia seria o ponto de partida e imprescindível para compor a base do método por ele proposto. Com a sobreposição de dados da observação de um determinado espaço, considerando a formação de cada elemento em suas diversas expressões, sejam da natureza (solo, vegetação, etc.) como da sociedade (hábitos alimentares, religião, etc.), compor-se-ia um quadro da situação atual. Esta seria elaborada com a sobreposição das informações, que ofereceria uma base adequada para o estudo e o funcionamento, inter-relacionando os elementos presentes na realidade estudada. Tratar-se-ia de um estudo primeiramente histórico parcelado e posteriormente ecológico integrado. “Desta forma, a idéia de espaço geográfico de Sorre, é a de espaços sobrepostos (o físico, o econômico, o social, o cultural, etc.) em inter-relação” (MORAES, 2005, p.91-92).

Segundo Moraes (2005), as propostas que se seguiram e fecharam o ciclo da Geografia Tradicional na França, encontram-se nas publicações de M. Le Lannou e A. Cholley, em meados do século XX, as quais conceberam a Geografia como eminentemente regional tendo no “homem habitante” seu objeto de estudo. Lannou reforçou o caráter humano, privilegiou a organização social, entendendo que a questão das formas de ocupação e exploração do solo seria fundamental para um estudo dos sistemas de trabalho e das instalações humanas.

Para Cholley, o estudo das combinações existentes na superfície terrestre seria, por essência, a relação entre os elementos analisados, através de mapas analíticos como sintéticos, que permitiriam entender o equilíbrio expresso pela mesma. “Cholley concebeu a Geografia como uma ‘ciência de complexos’, tentando, em sua proposta, restaurar a unidade entre a Geografia Física e Humana” (MORAES, 2005, p.92).

Ao lado de Le Lannou e Cholley, temos ainda que ressaltar as propostas do americano Richard Hartshorne (1899-1992), que buscou a singularidade da análise geográfica no estudo do caráter de cada área pela integração de fenômenos inter-relacionados.

Hartshorne propôs a Geografia Nomotética, que deveria ser generalizadora, ou seja, o estudo nomotético estaria baseado nas comparações das integrações obtidas através da análise dos fenômenos pela inter-relação, sendo reproduzido em outros lugares, e estas comparações

permitiriam chegar a um padrão de variações o que possibilitaria um conhecimento genérico dos fenômenos tratados. Esta Geografia possibilitou análises tópicas, como destacou Moraes (2005, p.100) acrescentando que:

A Geografia Nomotética possibilitou a agilização do estudo regional, que ia ao encontro dos interesses do planejamento, pois abriu a perspectiva de trabalhar com um número bastante elevado de elementos, relacionando-os de acordo com os interesses do plano. [...] esta perspectiva instrumentalizou os ‘diagnósticos’ e deu possibilidade para o uso da quantificação e da computação em Geografia. Observa-se a operacionalidade que a introdução do computador propicia, na ótica das inter-relações e integrações.

Todavia, a proposta de Hartshorne, mesmo que inovadora para sua época mantém o método interpretativo baseado na indução e no empirismo a procura de generalizações. Utilizando este mesmo método, podemos destacar o americano Carl Ortwin Sauer (1889-1975), ao desenvolver a “Geografia Cultural”, também chamada de “Escola de Berkeley”, se aproximando muito da Antropologia.

A Geografia Cultural é firmada como campo da Geografia no ano de 1925, através da obra de Carl Sauer, intitulada “*The Morphology of Landscape*”.

Ao destacar o emprego da fenomenologia para o estudo da paisagem, Sauer define a paisagem geográfica como resultado da ação da cultura, de modo que a morfologia física deveria ser vista como um meio transformado pelo agente que é a cultura. Para Sauer, a paisagem era vista como o conjunto das formas físicas e culturais associadas ao território.

Sauer e Hartshorne privilegiaram os conceitos de *área* e *integração*, abrindo novas perspectivas para o pensamento geográfico.

Entrelaçada aos temas da Geografia Cultural surge, também, nos Estados Unidos no final da Segunda Guerra Mundial, a Geografia Humanística assentada nas bases filosóficas da fenomenologia. Esta abordagem procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos lugares. O geógrafo Yi-Fu Tuan foi um precursor na ampliação da Geografia Humanística, dedicando-se ao estudo do termo “topofilia” criado por ele. A topofilia refere-se aos vínculos de afetividade que o homem estabelece com o lugar. As noções de lugar e de espaço são muito importantes para essa abordagem geográfica.

Nos anos de 1950 até por volta de 1970, a Geografia Tradicional entra em uma crise profunda em busca de um novo pensar, de uma nova linguagem capaz de uma reflexão com maior liberdade de criação, o que traz a tona o questionamento sobre o objeto, o método e o próprio significado da Geografia.

Nos debates em torno de outras metodologias em busca de novos caminhos para a Geografia, dá-se uma dispersão de perspectivas e a perda da unidade contida na Geografia Tradicional. Fato que promove um processo de renovação para a Geografia.

Este movimento de renovação acontece em uma base social marcada por um processo monopolista do capital, no qual “o espaço terrestre se globalizara nos fluxos e nas relações econômicas”, como esclarece Moraes (2005, p.105), que ressalta, também, a importância do planejamento econômico como uma forma de ação intervencionista do Estado, ao estabelecer através do planejamento territorial a organização do espaço.

Neste contexto, onde o modo de produção capitalista havia tornado a realidade mais complexa, com a mundialização da economia assentada na presença de empresas multinacionais nos diversos ramos de atividades, facilitada pelo desenvolvimento dos meios técnicos e o aprimoramento dos meios de comunicação e transportes, favoreceu a concentração urbana e promoveu um elevado grau de industrialização e mecanização agrícola.

Este processo acelerado de transformações não foi acompanhado pelo instrumental de pesquisa da Geografia, o que implicou em uma crise das técnicas tradicionais de análise, como aponta Moraes (2005, p.105) ao expressar que:

O instrumental elaborado para explicar comunidades locais não conseguia apreender o espaço da economia mundializada. [...] Estas não davam mais conta nem da descrição e representação dos fenômenos da superfície terrestre. Criadas para explicar situações simples, quadros locais fechados, não conseguiam apreender a complexidade da organização atual do espaço. [...] Estabelece-se uma crise de linguagem, de metodologia de pesquisa. O movimento de renovação vai buscar novas técnicas para a análise geográfica.

Em meados da década de 1970, surgem duas vertentes que se destacaram no processo de renovação da Geografia, a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica.

A crítica mais contundente realizada pela Geografia Pragmática, dizia respeito à visão retrospectiva e o caráter não prático da Geografia Tradicional, propondo através de uma ótica prospectiva um instrumental, uma tecnologia geográfica, que fosse capaz de uma intervenção na realidade, voltada para o futuro, um móvel utilitário, uma Geografia Aplicada (MORAES, 2005).

A Geografia Pragmática irá redundar em algumas propostas diferenciadas. Primeiramente, temos a Geografia Quantitativa que se apropriará dos métodos matemáticos para explicar a totalidade das relações e inter-relações de fenômenos e de elementos, a ação da natureza sobre os homens, as variações locais da paisagem, etc., tais métodos seriam passíveis de ser expressos em termos numéricos e compreendidos na forma de cálculos (MORAES, 2005).

A Cartografia encontra na corrente quantitativa um campo vasto de solicitações, principalmente, com o avanço de tratamento com análises matemáticas e estatísticas dos dados, traçando modelos, tudo objetivando o planejamento.

Para esta corrente a análise se fundamentaria no levantamento e na contagem dos elementos presentes na realidade estudada, tratados estatisticamente em ambiente computacional, possibilitando a elaboração de diagnósticos e, assim, se permitiria chegar a uma explicação geográfica.

Temos outra corrente que advém da teoria dos sistemas, daí chamar-se Geografia Sistêmica, que se baseia no uso de modelos de representação para explicar os temas geográficos. “O modelo apóia-se na idéia de que os fenômenos, na realidade, se manifestaram como sistemas: relações de partes articuladas por fluxos” (MORAES, 2005, p.113).

Assim, continua Moraes (2005, p.113) ao apontar que:

O modelo tentaria expressar a estrutura do sistema, em Geografia o ‘geossistema’, ou o ‘ecossistema’, os ‘sistemas de cidades’, ou a organização regional como ‘subsistema do sistema nacional’. Assim, os modelos seriam tantos quantos os sistemas existentes no real, passíveis de uma análise geográfica.

O conjunto metodológico da Geografia Pragmática, contando com o tratamento estatístico dos dados, o uso do computador, do sensoriamento remoto e do mapeamento automático, favoreceu o desenvolvimento de inúmeros estudos.

As produções realizadas tanto pela Geografia Quantitativa quanto pela Sistêmica, atingiram números consideráveis, devido às facilidades oportunizadas pelos computadores, que possibilitaram trabalhar com mais agilidade e com um número maior de dados. O uso de mapas se intensificou e os mapas ganharam status de modelos. Os mapas forneciam um conhecimento da área e permitiam mostrar os fenômenos estudados na organização do espaço, permitindo a ação estratégica do planejamento.

Uma perspectiva que, também, podemos destacar, dentro das vias de objetivação da Geografia Pragmática, denomina-se Geografia da Percepção. Esta, ao se aproximar da Psicologia, busca entender como os homens percebem e reagem diante das condições e relações com os elementos da natureza ambiente e como este processo reflete na ação sobre o espaço. Moraes (2005, p.114) indica que “os seguidores desta corrente tentam explicar a valorização subjetiva do território, a consciência do espaço vivenciado, o comportamento em relação ao meio”.

Nesta linha, se apresentaram alguns teóricos como o inglês Peter Gould que explorou a percepção dos indivíduos através da construção de mapas mentais.

A Cartografia, de maneira geral, foi muito utilizada na Geografia Tradicional e Pragmática, não deixando dúvidas de sua importância para a análise geográfica.

Contudo, a Geografia Tradicional, bem como, a Pragmática sofrerão incisivas críticas da outra vertente que se destacou no processo de renovação da Geografia: a Geografia Crítica.

Os autores críticos, ao fazerem uma avaliação da Geografia Tradicional, pautaram sua reprovação no empirismo exacerbado e nas análises voltadas ao mundo das aparências, que por estarem fundamentadas em uma visão positivista, conduziram a uma despolitização ideológica do discurso geográfico, afastando a discussão das questões sociais (MORAES, 2005).

No entanto, com relação às abordagens pragmáticas as maiores ressalvas feitas pelos representantes da Geografia Crítica, apontaram para o uso excessivo das estatísticas, das técnicas e das análises matemáticas, por promoverem um distanciamento da realidade.

Outro ponto de destaque, nesta crítica, se dirigia ao caráter utilitário contido nas formulações da Geografia Pragmática, que baseada em uma visão neopositivista, vislumbrava o uso de tecnologia de intervenção na realidade, se transformando em uma arma de dominação (pelo planejamento) para os detentores do Estado, acarretando no escamoteamento das contradições sociais existentes na realidade. Como adverte Martinelli (2005) e Moraes (2005) a Geografia Pragmática era vista como instrumental da dominação burguesa, um aparato do Estado Capitalista.

A Geografia Crítica, baseada no materialismo histórico-dialético, agrupando um conjunto de propostas com uma crítica radical ao pensamento geográfico existente seja a Geografia Tradicional ou a Pragmática, promoverá uma ruptura e assumirá uma postura antagônica das abordagens precedentes.

Foram diversos os autores, não só os geógrafos, que contribuíram para a construção do pensamento crítico, segundo Moraes (2005, p.119):

São os autores que se posicionaram por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

Os caminhos trilhados para atingir esta crítica social em busca de uma sociedade mais justa, são as bases pelas quais as diversas propostas contidas na Geografia Crítica fundamentaram suas análises. Ultrapassaram um questionamento puramente acadêmico com relação ao pensamento tradicional e assumiram uma postura de negação da neutralidade científica, enfocando sobremaneira as razões da crise da Geografia nas suas raízes sociais.

Neste sentido, Moraes (2005, p.120) faz o seguinte comentário:

Os geógrafos críticos apontaram a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista. Desvendaram as máscaras sociais aí contidas, pondo a luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista.

Nesta linha, o autor que teceu as maiores críticas à Geografia Tradicional, foi Yves Lacoste. Em seu livro *“A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra”*, publicado em 1976, o autor apresenta o saber geográfico em dois planos: a “Geografia dos Estados Maiores” e a “Geografia dos Professores”. O primeiro plano se fundamenta nas estratégias de ação de intervenção no espaço, pelos detentores do poder, seja através do Estado ou das empresas; o segundo plano daria sustentação ao primeiro, ou seja, a “Geografia dos Professores” apresentaria o conhecimento geográfico como inútil, camuflando o valor estratégico do saber pensar o espaço, tornando-o desinteressante, assim, funcionaria como um dissimulador das estratégias políticas, militares, econômicas e sociais elaboradas pela “Geografia dos Estados Maiores” (MORAES, 2005).

Nesta perspectiva, Lacoste admite que todos que detêm o poder, seja o Estado ou as grandes empresas, possuem uma visão integrada do espaço, dada pela intervenção articulada em vários lugares, ao passo que o cidadão comum só consegue captar as lógicas espaciais contidas nos lugares de sua vivência cotidiana, fazendo com que possua uma visão fracionada do espaço.

Desta forma, conforme Moraes (2005, p.122) esclarece ao citar os argumentos de Lacoste, carregados de um conteúdo político explícito, dirá que para o autor:

É necessário construir uma visão integrada do espaço. Numa perspectiva popular, e socializar este saber, pois ele possui fundamental valor estratégico nos embates políticos. Diz explicitamente: ‘é necessário saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater’.

Lacoste (2002) acredita que o espaço deve ser pensado a partir das possibilidades de mapeamento, em seu ponto de vista, é impossível dissociar mapa e Geografia, pois através dos mapas é que o espaço poderia ser conhecido e dominado estrategicamente, assim, o uso dos mapas seria imprescindível para a ligação entre o poder e a Geografia.

Conforme Moreira (2007), a preocupação de Lacoste com o mapa estaria circunscrita no domínio do saber estratégico dos que lidam com o espaço como arma de construção de hegemonias de uns poucos sobre muitos.

Dentro deste raciocínio, desponta a proposta da Geografia Ativa, que marcou toda uma geração de geógrafos. Opondo-se a Geografia Aplicada a Geografia Ativa, manifestou

sobremaneira a crítica social, descortinando as contradições do modo de produção capitalista ao denunciar as realidades espaciais injustas.

Esta proposta veiculava um ideal humanista e conseguia um peso político, em função de sua potencialidade de constatação e divulgação da manifestação espacial de problemas sociais. Daí a idéia, desenvolvida por seus autores (P. George, Y. Lacoste, B. Kayser e R. Guglielmo), do espaço como base da vida social, e sua organização como reflexo da atividade econômica (MORAES, 2005, p.124).

O autor que mais se destacou nesta abordagem foi Pierre George, através uma extensa obra, introduziu os conceitos marxistas no pensamento geográfico.

Segundo Moraes (2005) a Geografia de denúncia se mostrou problemática por não ter atingido por inteiro a crítica à Geografia Tradicional, não rompendo em termos metodológicos com a tônica empirista e descritiva da análise regional tradicional e, assim, limitando-se a um estudo das aparências sem indagar a respeito da essência dos problemas. Seguindo nesta linha Moraes (2005, p.125) adverte que os autores desta vertente “tinham uma ética de esquerda, porém instrumentalizada numa epistemologia positivista”.

Podemos ainda, destacar importantes contribuições na formação do pensamento crítico não somente de geógrafos, como também, de autores de outras áreas do conhecimento, que se tornaram expoentes nesta vertente crítica, expressas nas obras de David Harvey, Richard Peet, Eduard Soja, Michel Foucault, Henry Lefebvre, Manuel Castells, Massimo Quaini e Milton Santos, entre outros.

O movimento de renovação da Geografia inicia-se com uma crítica ideológica, e posteriormente formula uma profunda e minuciosa crítica epistemológica, como expressa Moreira (2007, p.32) ao dizer que: “a renovação começa com a denúncia ético-finalista de um saber posto secularmente a serviço do poder e dos poderosos, e daí avança rumo aos seus fundamentos”.

No tocante ao processo de reformulação epistemológica e ontológica, presente no movimento de renovação da Geografia pode-se destacar as contribuições de Milton Santos (1926-2001), que produziu uma extensa obra com um arcabouço teórico bastante amplo, apresentando um instrumental metodológico complexo voltado ao estudo do espaço geográfico.

Na concepção de Milton Santos (2008a, p.63) o espaço geográfico é visto como: “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Esclarecendo a maneira como os sistemas de objetos e de ações interagem, Milton Santos (2008a, p.63) coloca o seguinte:

[...] de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão às ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

O espaço, assim expresso, seria o produto-produtor da existência do homem na sociedade, na visão de Moreira que prossegue seu raciocínio pautando o pensamento de Milton Santos ao relatar que:

O espaço organiza o fluxo da história, distribui as relações da sociedade no território, articula a unidade dessas relações na dimensão política do Estado, estratifica e ordena as relações societárias por intermédio das escalas do espaço. E desse modo o espaço condiciona, gera e sobredetermina a sociedade em seu vir-a-ser na história, atuando como determinação objetivo-subjetiva do seu rumo (MOREIRA, 2007, p.33-34).

Entretanto, do ponto de vista de Moraes a proposta de Milton Santos é uma das mais amplas e substantivas da Geografia Crítica. Moraes (2005, p.128) acentua que os argumentos de Santos, levam a uma visão do “espaço como um campo de força, cuja energia é a dinâmica social”, e para que se possa ter uma compreensão da realidade seria necessária uma discussão do espaço social, e ver a produção do espaço como objeto da análise do geógrafo.

A Geografia Crítica pode ser bem exemplificada pelas abordagens de Milton Santos, no que tange a postura política e no posicionamento social que a caracteriza.

Cabe ressaltar que a preocupação com os problemas sociais, associada à crítica feita à vertente Pragmática, pelo uso excessivo das técnicas, levou alguns autores do pensamento crítico a se afastarem das representações cartográficas, negligenciando o uso dos mapas.

Para uma parte dos representantes da Geografia Crítica, o uso de mapas se traduziria em uma forma obsoleta de representação da realidade estudada, e acreditavam que a Cartografia, assim como a Geografia, necessitava de renovação teórico-metodológica.

Porém, com outra perspectiva com relação ao uso de mapas nas propostas objetivadas pela Geografia Crítica, podemos citar Martinelli ao expor que os mapas teriam que ter um compromisso social, não bastando participar das explicações das regiões, apenas mostrando as formas e sua funcionalidade. “Eles deveriam revelar as contradições sociais presentes e tornarem-se meios de luta” (MARTINELLI, 2005, p.8).

Nota-se que o movimento de renovação da Geografia abarca uma pluralidade de propostas com uma múltipla bibliografia o que estimula e faz avançar a reflexão, afluindo os debates e as polêmicas na busca de novos caminhos para uma Geografia que se atenha a um

espaço mais justo, que seja organizado em função dos interesses dos homens (MORAES, 2005).

Assim, a Geografia vem se desenvolvendo e ganhando novos enfoques, ampliando seu instrumental metodológico e teórico e realizando uma importante aplicação temática.

Os estudos temáticos, como o do turismo objeto central desta dissertação, assumem um papel relevante nas abordagens geográficas contemporâneas.

1.2. Os caminhos percorridos pela Cartografia

A Cartografia desde seus primórdios teve como objetivo conhecer e representar a Terra através de mapas, sempre se preocupou em expressar na elaboração destes mapas um conjunto de estudos científicos, técnicos e artísticos que descrevessem uma porção do espaço geográfico estudado com suas características qualitativas e/ou quantitativas (JOLY, 2008).

Pode-se identificar que o homem desde o tempo das cavernas procurou, com o auxílio de registros gráficos, elaborar e demonstrar sua espacialidade. Nas figuras 1 e 2 destacamos algumas imagens que nos permite perceber tais considerações, como segue:

Figura 1 : Mapa do Neolítico

Fonte: apresentação em aula pelo prof. Dr. Marcello Martinelli (2009).

Figura 2: Mapa de Bedolina

Este mapa é o “Mapa de Bedolina”. É de uma aldeia neolítica gravado em rochedo na localidade de Capo di Ponte no Vale Camonica, onde escorre o rio Oglio, norte da Itália, Região do Piemonte, datado de 2.500 a.C. Já representava a prática de relações espaciais e expunha o conteúdo das relações sociais da comunidade.

Fonte: apresentação em aula pelo prof. Dr. Marcello Martinelli (2009).

A Grécia Antiga com suas expedições militares e de navegações, muito contribuíram para o desenvolvimento dos trabalhos voltados a buscar métodos capazes de representar a superfície terrestre.

O filósofo, astrônomo e matemático, Eratóstenes (275-194 a.C.) da escola de Alexandria, aperfeiçoando os conhecimentos da época, efetuou a primeira medição científica da circunferência da Terra⁴. Por sua vez, Hiparco de Niceia (190-125 a.C.), astrônomo da escola de Rodes, no século II, foi quem “dividiu a circunferência terrestre em 360 graus e depois cobriu o globo com uma rede de meridianos e de paralelos equidistantes” (JOLY, 2008, p.39).

Todavia, foi Claudio Ptolomeu (85 - 165 d.C.) o protagonista do primeiro Atlas, e ficou conhecido, com a obra “*A Grande Síntese Matemática*” (*Almagesto*)⁵ na qual sintetizou o legado de seus predecessores, aprimorando a concepção da Terra esférica, tendo-a como o

⁴ Eratóstenes utilizou como referência para o cálculo da circunferência da Terra a altura angular do Sol e a distância entre as cidades de Alexandria e Syene, chegando ao valor de 46.000 km, para um valor real de 40.000 km (JOLY, 2008, p.42).

⁵ Nesta obra escrita em 13 volumes, Ptolomeu compilou grande parte dos conhecimentos astronômicos da Antiguidade, apresentando o sistema geocêntrico.

centro do mundo e desenvolvendo o fundamento teórico que ficou conhecido como a teoria geocêntrica.

Na figura 3 podemos observar alguns mapas que representavam o mundo como era visto na Antiguidade, e podemos perceber a forma como foram evoluindo a maneira de representar a Terra com o passar dos tempos:

Figura 3: Quadros do mundo grego: Homer, Hecateus, Eratósthenes and Ptolemy

Fonte: Disponível em: <<http://www.henry-davis.com/MAPS/Ancientimages/106D.gif>>.
Acesso em: 05 fev. 2010.

Enquanto os gregos experimentavam um grande avanço nos conhecimentos cartográficos os romanos focavam suas representações para suas necessidades práticas, através de mapas com ênfase no registro das rotas para fins militares, administrativos e comerciais.

Com a queda do Império Romano (476 d.C.) a humanidade entra no período da Idade Média, fase na qual as ciências, de um modo geral, sofreram uma estagnação e as conquistas científicas alcançadas pela Cartografia foram substituídas por uma representação simbólica de cunho religioso.

Nesta época, criou-se o mapa “T. O.” que representava o ecúmeno, simbolizando uma cruz que na sua junção estaria localizada Jerusalém como o centro do mundo. Segundo Joly (2008, p.10), “mapas chamados ‘T dentro de O’ mostravam uma Terra circular simbolicamente dividida em três, como a Trindade, com dois braços de mar em T com a Europa à esquerda, a África à direita e a Ásia acima, sede do Paraíso terrestre”.

Na Europa no final do século XII, introduzida por viajantes provenientes do Oriente, a bússola⁶ possibilitou um grande progresso para a Cartografia, favorecendo a leitura de mapas onde figuravam os principais rumos, as principais direções marítimas a serem seguidas.

Neste período em Portugal, a “Escola de Sagres” assumiu a liderança nas investidas marítimas e se destacou no treinamento dos navegantes (pilotos) e cosmógrafos; utilizando mapas direcionados a representar as novas descobertas e a auxiliar os viajantes em suas navegações, registravam apenas as direções e as distâncias entre os portos sem uma maior preocupação com o sistema de projeções⁷.

Estes mapas receberam o nome de *portulanos*⁸ e se propunham representar a costa continental em especial o Mediterrâneo. O acesso a eles era restrito e um privilégio da elite.

Martinelli (2006, p.8) faz uma colocação extremamente pertinente, neste sentido, ao ressaltar que:

A finalidade mais marcante em toda a história dos mapas, desde seu início, parece ter sido aquela de estarem sempre voltados á prática, principalmente a serviço da dominação, do poder. Sempre registraram o que mais interessava a uma minoria, fato este que acabou estimulando o incessante aperfeiçoamento deles.

Entretanto, cabe ressaltar que os mapas por serem representações de um saber socialmente construído, portanto vinculado ao contexto histórico, estão carregados de

⁶ Instrumento que indica o norte magnético. Segundo Joly, a bússola teria sido introduzida pelos árabes por volta do fim do século XII (JOLY, 2008, p.38).

⁷ “Projeções cartográficas são operações matemáticas utilizadas para representar a superfície esférica da Terra em uma superfície plana” (ALMEIDA, 2007b, pg.21).

⁸ Na atualidade o termo *portulanos* é aplicado a todas as cartas marítimas antigas.

intencionalidade. Como afirma Joly (2008, p.10), “o mapa não é neutro. Ele transmite uma certa visão do planeta, inscreve-se num certo sistema de conhecimento e propõe uma certa imagem do mundo”.

Nesta mesma linha, Martinelli (2006, p.21) prossegue concluindo que: “o mapa é o resultado do raciocínio que seu autor empreendeu diante da realidade”.

Contudo, somente no período entre os séculos XIV e XVI, estando relacionado com o Renascimento, quando começaram a surgir às relações capitalistas, é que a Cartografia encontrará as condições históricas e materiais favoráveis para retomar seu desenvolvimento. O início das grandes viagens marítimas, as guerras e as conquistas além mares, a invenção da imprensa que foi sem dúvida um marco histórico cultural da época, fizeram emergir novas necessidades.

Com a introdução da imprensa uma nova dinâmica se instala, permitindo a reprodução de mapas em grandes quantidades, barateando seu custo e também minimizando os erros dos copistas. A difusão dos mapas marca, de acordo com Martinelli (2006, p.9) “a passagem do mapa registro, do mapa memória, para o mapa mercadoria”.

A Europa em ebulição, já no século XVI, vivenciava a cristalização do capitalismo que incrementou as relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente, favorecendo a expansão do mercantilismo europeu, intensificando a circulação das mercadorias e consequentemente, promovendo a criação de novas rotas marítimas para as conquistas coloniais em outros continentes. Tal conjuntura exigia, por parte dos navegantes, colonizadores e comerciantes, mapas mais precisos e que pudessem representar de forma global a articulação entre as várias partes do mundo.

Neste sentido, Martinelli (2006, p.9) ressalta que:

A busca crescente de mapas para registrar o mundo inteiro, bem como a procura de novos tipos de representações para questões específicas forçaram a entrada da cartografia na manufatura, passo decisivo para a integração no processo capitalista de produção. Os mapas confirmaram-se como armas do imperialismo, promovendo a política colonial.

A partir do século XVII, os recursos adotados para responder as exigências de mapas que procuravam precisar a representação da superfície terrestre de forma exata, ampararam-se na elaboração de mapas, envolvendo aspectos matemáticos.

Para atingir este objetivo, sempre coube ao mapa a tarefa de responder a uma questão básica de localização geográfica - onde estou? - qual a distância? - e realizar uma representação de forma precisa e com fidelidade; estes pontos sempre pautaram as grandes

preocupações para os cartógrafos. Neste contexto dá-se o desenvolvimento da *cartográfica topográfica*, uma cartografia de precisão, considerada como uma cartografia de base.

Com o avanço dos meios técnicos, após o século XVII, viabilizou-se a construção de relógios mecanizados com precisão necessária para determinar a longitude, os cronômetros. Possibilitou também, o aperfeiçoamento dos instrumentos de medições, tornando-os capazes de aferir com exatidão as distâncias, altitudes e quaisquer elementos possíveis para a confecção de mapas mais precisos que pudessem atender as exigências da época, melhorando a sua utilidade prática.

O impulso dado à cartografia pelas academias científicas, instituídas durante o século XVIII, marcou o início da ciência cartográfica moderna, segundo Martinelli (2006), que, também, ressalta as grandes inovações proposta pelo astrônomo francês Cesar-François Cassini de Thury (1714-1784), ao elaborar a primeira série sistemática de mapas topográficos para a França, como uma marcante contribuição na trajetória desta ciência.

O desenvolvimento da cartografia topográfica, voltada a um objetivo essencialmente utilitário, favoreceu a confecção de mapas dedicados aos aspectos particulares da superfície terrestre, como o fizeram ao longo dos séculos XVIII e XIX, como observa Joly (2008, p.73):

[...] fizeram-se mapas da declinação magnética para os navegantes, mapas de rotas e de posições militares, mapas das florestas e mapas das águas, mapas das reservas de caças, mapas geológicos, administrativos, políticos, demográficos, agrícolas, industriais etc. Esses mapas especializados são os *mapas temáticos*.

A diversificação e especialização praticada pela cartografia científica, no final do século XVIII e princípio do século XIX, respondia a crescente demanda de aplicações dos diferentes ramos de estudos constituídos com a divisão do trabalho científico.

Neste contexto de grandes transformações, com a cristalização do processo de produção capitalista concomitante a sistematização do conhecimento geográfico, consolida-se uma nova lógica requerendo novas exigências intelectuais.

Nesta medida, podemos citar Martinelli (2005, p.1) ao colocar que:

[...] o homem tornou-se objeto de ciência, passando a solicitar sua representação, seja em respeito à sua distribuição na Terra, como em relação às suas atividades, constituindo-se numa etapa histórica e epistemológica essencial na lucubração dos mapas da geografia.

Desta forma, acrescenta Martinelli (2003, p.15): “essa nova demanda norteou a passagem da representação das propriedades apenas ‘vistas’ (Cartografia Topográfica) para a representação das propriedades ‘conhecidas’ dos objetos (Cartografia Temática)”.

Assim, dá-se o desenvolvimento da Cartografia Temática, que ao invés de se constituir em outro ramo distinto da representação topográfica, acrescenta-se a ela, na busca da elaboração de mapas detalhados e tematicamente diversificados, que pudessem atingir as necessidades de uma demanda crescente, com novas possibilidades de análise do espaço geográfico.

De acordo com Martinelli (2006), a construção dos mapas temáticos inicia com a delimitação da parte da realidade a ser representada, tal representação apresentará as respostas a problematização colocada pelo pesquisador, definindo-se, assim, o *tema*.

1.2.1. A Cartografia Temática

O domínio dos mapas temáticos, a Cartografia Temática se consubstanciou em atendimento as necessidades de aplicação definidas historicamente, na segunda metade do século XIX.

Os acontecimentos que marcaram esse século, em especial a Revolução Industrial, foram decisivos para a consolidação de uma nova lógica econômica e social. Os interesses expansionistas, voltados para o domínio e conquista de novos territórios, sobretudo dos países imperialistas europeus, demandavam um corpo de conhecimentos com um instrumental técnico que fosse capaz de atender as exigências da época.

Como ressalta Martinelli (2003, p.15) de acordo com Palsky e Salichtchev, o progresso significativo dos mapeamentos no final do século XIX, se deu com o avanço imperialista, no qual “cada potência necessitava de um inventário cartográfico preciso para as novas incursões exploratórias, incorporando, assim, também, esta ciência às investidas espoliativas nas áreas de dominação”.

Martinelli (2005, p.7) enfatiza, ainda, que:

No final do século XIX, a cartografia temática já munida de um consistente leque de métodos de representação extravasa uma restrita aplicação científica e técnica para tornar-se progressivamente um meio de educação e de informação geral. Ela passa a ser utilizada nos atlas geográficos, nos livros texto de geografia, e até mesmo na imprensa, engendrando uma verdadeira revolução cartográfica.

No início do século XX houve uma busca mais intensa por parte dos estudiosos da cartografia em dar-lhe, afinal, um *status* de ciência. Neste processo, foram se estabelecendo

novos paradigmas. Assim, a Cartografia temática teve sensíveis ganhos (MARTINELLI, 2006).

A progressiva busca de uma confirmação como ciência, fez com que a cartografia como um todo transitasse por vários paradigmas como o da Comunicação Cartográfica, da Cartografia da Cognição, da Modelização Cartográfica, da Representação Gráfica (Semiologia Gráfica) e da Visualização Cartográfica.

O conjunto destas abordagens teórico-metodológicas, com suas características particulares, buscam explicar um saber científico coerente para a representação espacial, expressando de diferentes formas e com técnicas específicas a compreensão do processo cartográfico.

Utilizamos como base metodológica no estudo empreendido nesta dissertação, a Cartografia Temática como sendo uma linguagem, a linguagem da Representação Gráfica⁹, tendo uma gramática que combina, relaciona, articula signos gráficos, fundamentada em uma semiologia bastante específica, a Semiologia Gráfica, proposta elaborada por Jacques Bertin na década de 1960.

A Representação Gráfica por se tratar de uma linguagem exprime, necessariamente, através de um sistema de signos, um pensamento capaz de armazenar, entender e comunicar informações essenciais. Neste sentido, pode ser considerada como uma linguagem universal, na medida em que transmite relações entre objetos, fatos e fenômenos da realidade por meio de relações entre signos compreensíveis por todos (BERTIN, 1998; JOLY, 2008; MARTINELLI, 2006).

Sendo uma linguagem gráfica bidimensional, atemporal, exclusivamente visual, exprime a essência das relações entre os significados dos signos, integra o sistema semiológico monossêmico (significado único) e forma a porção racional do mundo da imagem, portanto, pertencente ao domínio das operações mentais lógicas. Assim, não pode ser confundida com outras formas de linguagem gráfica figurativa ou abstrata como: a pintura, a fotografia, o desenho, o grafismo, a publicidade, de características polissêmicas (significados múltiplos) (BERTIN, 1998; MARTINELLI, 2006).

A representação gráfica sendo uma linguagem, pertencente ao domínio da percepção visual, de caráter monossêmico¹⁰ possibilita o leitor captar por meio da imagem os aspectos

⁹ A Representação Gráfica desenvolvida por Jacques Bertin, apoiada em uma semiologia, a Semiologia Gráfica tem raízes no estruturalismo de Ferdinand de Saussure (1857-1913), linguista suíço que desenvolveu estudos de semiologia com base na Teoria Geral dos Signos.

¹⁰ O domínio monossêmico é aquele no qual cada signo representado tem seu significado pré-estabelecido por um conjunto de regras definidas e conhecidas *a priori*.

mais significativos perceptíveis num instante mínimo de visualização. Assim, através da imagem representada no mapa pode-se ter um amplo entendimento de seu conteúdo, sem possibilidades de interpretações dúbias. A eficácia desta representação está no fato de pertencer a um domínio monossêmico de percepção espacial (BERTIN, 1998).

Martinelli (2003) e Joly (2008) descrevem que na representação gráfica os dados são expressos por variáveis visuais em suas relações, sendo possível apreender de uma só vez as três variáveis da percepção visual: as duas dimensões do plano (X, Y) que definem os componentes de localização, ou seja, as coordenadas geográficas, que são ortogonais entre si, sendo x , na dimensão linear horizontal a longitude, e y , na dimensão linear vertical a latitude, e o par ordenado das grandezas em x e em y que determinam um ponto; e a terceira variável chamada de terceira dimensão visual, determinando a variação visual (Z) de uma mancha visível em uma localização (X, Y) no plano.

A construção da imagem pode ser observada, conforme demonstra Martinelli (2006), na figura 4.

Figura 4: As duas dimensões do plano construindo a imagem

Fonte: Marcello Martinelli (2006, p.15).

De acordo com esta abordagem, podemos ainda destacar mais seis variáveis visíveis ou retínicas que são: tamanho, valor, cor, forma, orientação e granulação responsáveis pela representação dos dados que somente podem ser expressas nas duas dimensões do plano. Ao se manifestarem no plano, estas variáveis podem apresentar três tipos de implantação: em ponto, em linha e em área.

Segundo Bertin (1998) se levantam dados¹¹, se tratam ou processam dados, que em seguida são representados. A representação, depois de terminada se for bem feita seguindo as regras da gramática da linguagem da representação gráfica, revelará a informação¹² (WURMAN, 1991).

Na figura 5, Bertin (1998) apresenta as variáveis visuais relacionando-as com os tipos de implantações e os correspondentes níveis de organização:

Figura 5: As variáveis visuais

FORMAS DE MANIFESTAÇÃO				PROPRIEDADES PERCEPTIVAS			
	EM PONTO	EM LINHA	EM ÁREA				
* DA IMAGEM							
AS DUAS DIMENSÕES DO PLANO				Q	O	≠	≡
TAMANHO				Q	O	≠	≠
VALOR					O	≠	≠
* DE SEPARAÇÃO							
GRANULAÇÃO				AS TRANSCRIÇÕES GRÁFICAS QUE RESULTAM NESTA ÁREA DESTROEM O SIGNIFICADO DA IMAGEM			
COR							
ORIENTAÇÃO							
FORMA							
				≠ DISSOCIATIVA ≡ ASSOCIATIVA ≠ SELETIVA O ORDENADA Q QUANTITATIVA			

Fonte: Jacques Bertin (1973; 1977; 1998, p.3).

Esclarecendo estas correspondências, Martinelli (2006, p.18) deixa expresso que:

Essas seis variáveis visuais mais as duas dimensões do plano, portanto, num total de oito, têm propriedades perceptivas que toda transcrição gráfica deve levar em conta para traduzir adequadamente as três relações fundamentais entre os objetos: relações de diversidade (≠), de ordem (O) e de proporcionalidade (Q).

Estas três componentes de relações fundamentais entre objetos de mesma natureza podem ser classificadas em níveis de propriedades perceptivas, e para que possam ser

¹¹Dado: registro de situações percebidas concretamente de forma sistemática. Pode ser de natureza qualitativa ou quantitativa, ambas ordenadas ou não. Aquele de natureza qualitativa informa sobre as características dos objetos. É chamado *atributo*. Aquele quantitativo refere-se à possibilidade de se efetuar contagens ou medidas acerca da manifestação dos fenômenos. É denominado *variável* (MARTINELLI, 2006).

¹² Informação: é o sentido que se atribui aos dados. Ela leva à compreensão. Esta, por sua vez, aumenta o conhecimento (WURMAN, 1991).

eficientemente representadas, torna-se necessário que sejam associadas a uma variável visual no mesmo nível de percepção, proporcionando ao leitor diferentes agrupamentos, distribuições, associações ou isolamento dos signos.

Assim, as variáveis visuais podem ser classificadas por suas propriedades perceptivas, como descrito por Martinelli (2006, p.18):

Percepção *dissociativa* ($\neq$) – a visibilidade é variável: afastando da vista tamanhos diferentes, eles somem sucessivamente.

Percepção *associativa* ($\equiv$) – a visibilidade é constante: as categorias se confundem; afastando-as da vista não somem.

Percepção *seletiva* ($\neq$) – o olho consegue isolar os elementos.

Percepção *ordenada* (O) – as categorias se ordenam espontaneamente.

Percepção *quantitativa* (Q) – a relação de proporção visual é imediata.

Martinelli (2003) ressalta, também, que os fenômenos que compõem a realidade poderão ser considerados dentro de uma ótica de análise ou de síntese, e para contemplarmos estas abordagens temos uma Cartografia de Análise, atentando para os elementos constitutivos de uma realidade caracterizados por seus atributos, dispostos sobre mapas analíticos; e uma Cartografia de Síntese que atenta para a fusão em “tipos”, que individualizam conjuntos espaciais feitos por agrupamentos de unidades espaciais de análise caracterizadas por agrupamentos de atributos ou variáveis.

Prosseguindo nesta linha de raciocínio Martinelli (2006) nos esclarece, ainda, que para dominarmos a sintaxe da linguagem da representação gráfica, precisamos saber coordenar as relações entre os objetos, fatos e fenômenos e, assim, obtermos uma transcrição gráfica de caráter universal, sem ambiguidades.

Porém, cabe ressaltar que dentre as variáveis visuais a cor merece um destaque, por ser uma variável com um grande poder sensorial e de comunicação visual, interferindo na emotividade humana e assumindo um papel relevante na representação gráfica, por ter a propriedade perceptiva de ser bastante seletiva.

Martinelli (2006) coloca que na percepção das cores podemos destacar três dimensões fundamentais que se realizam conjuntamente: o *matiz* que é uma cor pura, espectral, a *saturação* que representa a variação entre os extremos, do máximo neutro até a cor pura espectral de um mesmo matiz, e o *valor* que é uma sequência escalonada compondo uma ordem visual que vai do claro para o escuro ou vice-versa.

Para entendermos a organização entre as cores podemos dispor do círculo das cores demonstrado na figura 6, que nos permite compreender a disposição das cores no espectro das radiações visíveis.

As cores podem ser combinadas entre elas. Estas combinações podem se manifestar de forma contrastante, quando as cores são totalmente divergentes entre si, estando opostas no círculo das cores; ou de forma harmônica quando as cores possuem uma similitude como na escala monocromática, sendo vizinhas sobre o círculo das cores.

Figura 6: Círculo das cores

Fonte: MARTINELLI (2006, p.20).

Nota-se que a partir do amarelo posicionado na parte superior do círculo, organizam-se duas ordens visuais com trajetórias opostas. Partindo do amarelo no sentido ao violeta compõem-se uma ordem visual crescente das cores mais claras em direção as cores mais escuras, entre as cores frias. No sentido oposto, também, partindo do amarelo rumo ao vermelhão, temos uma ordem visual crescente das cores mais claras as cores mais escuras transitando entre as cores quentes.

Na figura 7 visualizamos a composição com a combinação das cores, por contraste e por harmonia, como segue:

Figura 7: Combinação de cores

Fonte: apresentação em aula pelo prof. Dr. Marcello Martinelli (2009).

Assim, “a combinação entre as cores numa composição não é fortuita” (MARTINELLI, 2006, p.20).

Nesta medida, podemos afirmar que na visão da linguagem do mapa, tendo uma Semiologia Gráfica a Cartografia é uma representação gráfica que através da imagem exprime um pensamento, um desejo de comunicação, uma informação por meio de signos, transcrevendo as variadas relações entre os dados.

Duque e Mendes (2006, p.68) alertam que “um mapa deve ser construído e não apenas desenhado. A percepção visual está intimamente ligada com a construção do mapa, pois por meio dela, pode-se garantir a correta interpretação dos dados”.

Para Joly (2008, p.17), um mapa pode ser definido como:

[...] um conjunto de sinais e de cores que traduz a mensagem expressa pelo autor. Os objetos cartografados, materiais ou conceituais, são transcritos através de grafismos ou *símbolos*, que resultam de uma convenção proposta ao leitor pelo redator, e que é lembrada num quadro de sinais ou *legenda* do mapa.

A legenda é o componente do mapa, que tem um papel fundamental na transmissão da mensagem representada, por ser o responsável, não só pela exposição do significado de cada signo, como também, pela demonstração do raciocínio empregado pelo autor na elaboração

do mapa, deixando evidente a postura teórica por ele tomada. Não só a legenda como o título e subtítulo, a orientação, as coordenadas geográficas, a escala e a projeção, auxiliam a comunicação facilitando a compreensão da informação contida no mapa.

“A escala de um mapa é a relação constante que existe entre as distâncias lineares medidas sobre o mapa e as distâncias lineares correspondentes, medidas sobre o terreno” (JOLY, 2008, p.20).

Porém, a escala de um mapa não se resume na simples relação de redução, cada valor da escala corresponde uma apropriada sutileza do desenho, é também, um meio de enfocar diversas ordens de grandeza, e, portanto, fornecer uma nova possibilidade de formulação, daí a importância fundamental da escala nos estudos cartográficos (JOLY, 2008).

Devemos, ainda, observar o que aponta Martinelli (2006, p.33) ao colocar que:

Os mapas temáticos podem ser construídos levando-se em conta vários métodos; cada um mais apropriado às características e à forma de manifestação (em ponto, em linha, em área) dos fenômenos considerados em cada tema, seja na abordagem qualitativa, ordenada ou quantitativa. Podemos empreender também, uma apreciação sob o ponto de vista estático ou dinâmico.

No tocante as características estática e dinâmica representadas nos mapas temáticos, Martinelli (2006) aponta que grande parte das produções se utiliza de uma visão estática, ao mostrarem temas como fotos instantâneas, sem grandes dinamismos, apresentando a realidade de forma estanque e imutável. Ele considera, também, que é muito comum mostrar alterações mediante várias edições de um mesmo tipo de mapa, confrontando-as em uma sequência temporal, para se produzir um efeito dinâmico.

Entretanto, como o próprio Martinelli (2006) adverte existem mapas que incorporam o tempo, tanto no conteúdo temático, como na simbologia utilizada, porém ele, ainda, observa que do ponto de vista metodológico, as representações dinâmicas, se configuram em um grande desafio para a cartografia na atualidade.

Pontuando a necessidade de se buscar uma sistematização para a cartografia dinâmica, Martinelli (2006) refere-se à carência e aos desafios de se alcançar uma manipulação interativa da informação espacial, com a respectiva visualização, possível em tempo real.

Atualmente, em decorrência aos grandes avanços envolvendo a Cartografia Digital, estes desafios poderão ser trabalhados e quiçá resolvidos, mas certamente promoverão sensíveis mudanças que singularizarão a disciplina. As tecnologias atreladas ao progresso da Cartografia Digital poderão oferecer perspectivas promissoras para a representação dinâmica em seu total conteúdo.

Contudo, a que se exaltar o papel dos mapas no processo do conhecimento, que transcende seu escopo preliminar, ampliando seus usos e atingindo um saber multidisciplinar representando elementos essenciais em todas as suas dimensões.

Como coloca Martinelli (2006, p.97) com muita propriedade:

É expressiva, hoje, a abundância de representações. Constituem um feito social por excelência. Elas são produtos da mente humana. Designam objetos ausentes. Elas se dirigem a toda sociedade. Nesta linha de raciocínio, os mapas passam a ser meio destas representações. A geografia tem que aprender a entendê-las e explorá-las com máximo proveito. Como desprezá-las? Como aniquilá-las? Sabe-se muito bem, que algumas representações podem tapar a vista, porém outras abrem os horizontes. A geografia precisa reencontrar os mapas perdidos.

Diante do exposto, é preciso compreender a Cartografia como uma construção social e não como um acumulado de técnicas; ela constrói, reconstrói e, acima de tudo, revela informações.

Conforme aponta Joly (2008, p.10), “a mensagem cartográfica também pode ser uma mensagem de interpretação e de comunicação científica”.

Segundo Martinelli (2006, p.97):

[...] os mapas da Geografia são aqueles que, quando os fazemos, estamos fazendo Geografia. A cartografia temática, por sua vez, não é um insumo técnico de apoio. Esse ramo científico é um corpo de conhecimentos teóricos e práticos, capaz de participar do saber geográfico.

Assim, todo processo de criação e utilização de qualquer produto cartográfico, possibilita uma análise do espaço geográfico, considerando o espaço como sendo expressão de uma realidade conjugando a Natureza e a Sociedade, isto é, a sociedade compondo com a natureza.

CAPÍTULO 2

O Turismo

Ao esboçarmos a trajetória do pensar geográfico e cartográfico procuramos traçar um panorama da importância do estudo dos mapas para estas ciências e para a sociedade, dando segmento ao raciocínio, consideramos pertinente apontarmos aspectos relevantes sobre o turismo no âmbito global com o intuito de vislumbrarmos como se dão às relações que o engendram e, assim, podermos compreender os mecanismos que se instalam na escala do lugar, possibilitando um entendimento mais consistente de sua manifestação no município de Santo Antônio do Pinhal (SP) objeto de estudo desta análise.

Para tanto, tecemos algumas considerações sobre o conceito de paisagem, do ponto de vista da Geografia e do Turismo, que pudessem ampliar o entendimento e substanciar a análise, posteriormente, decorremos sobre a dinâmica que envolve o turismo contemporâneo, nos permitindo compreender as suas incidências no território brasileiro.

2.1. A Paisagem, a Geografia e o Turismo

A paisagem mesmo correspondendo a um conceito deveras controverso e polêmico, pressupõe uma reflexão abrangente permitindo diferentes formas de abordagem.

O termo paisagem é extremamente polissêmico, de uso cotidiano, em que cada pessoa utiliza a seu modo. Paisagem, um dos temas clássicos da investigação geográfica, também, desperta o interesse como objeto de estudo por outras áreas do conhecimento. Entretanto, se um geógrafo, um cartógrafo, um historiador, um arquiteto, um sociólogo, um planejador, um turismólogo, um artista se debruçarem sobre a mesma paisagem, o resultado de seus trabalhos e a maneira de conduzi-los serão diferentes, de acordo com o ângulo de visão e a postura teórico-metodológica empreendida em cada abordagem.

Como destaca Corrêa e Rosendahl (1998), a importância da paisagem na trajetória do pensamento geográfico sofreu grandes variações, ora vista como conceito-chave no contexto de afirmação da ciência geográfica, posteriormente sendo relegada a uma posição secundária

pela ênfase dada aos conceitos de região, espaço, território e lugar. Entretanto, após a década de 1970, novas acepções se estabelecem ao conceito de paisagem com a fundação de outras matrizes epistemológicas.

Corrêa e Rosendahl (1998, p.8) expressam que “na realidade, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia”. Ao caracterizar a paisagem como sendo um conceito complexo portador de inúmeros significados os autores apresentam suas várias dimensões, a dimensão morfológica, entendida com um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana; a dimensão funcional por apresentar relações entre as partes; a dimensão histórica ao ser considerada um produto da ação humana ao longo do tempo e a dimensão simbólica expressando valores, crenças, mitos e utopias.

José Bueno Conti (2003) nos lembra que desde Alexander von Humboldt a paisagem está presente nas reflexões geográficas, ao introduzir o conceito de *landschaft*¹³ extremamente divulgado pela geografia alemã nos séculos XIX e XX. Sauer (1998) reitera que Humboldt foi o primeiro a reconhecer, a importância da vegetação na caracterização da paisagem, por meio da observação sistemática.

Conti destaca, também, a importância dada ao conceito de paisagem na obra de George Bertrand que a dispõe como o resultado da combinação dinâmica de uma determinada porção do espaço, considerando os elementos físicos, biológicos e antrópicos interagindo como um conjunto único e indissociável em contínua evolução.

Martinelli e Pedrotti (2001) ressaltam que com Bertrand, a partir da segunda metade do século XX, a atenção aos estudos da paisagem é retomada, dentro de uma proposta de uma geografia física global, fundamentada na concepção sistêmica.

Segundo Ross (2006) foi com Bertrand que ao procurar demonstrar que o estudo da paisagem deveria basear-se no conceito e nos métodos do geossistema, que se teve, inicialmente, o conhecimento deste conceito no Brasil. Embora, o conceito de geossistema tenha sido formulado de forma pioneira pela escola russa por meio de Sotchava, através de estudos publicados em 1960, foi à escola francesa que difundiu a teoria no ocidente em 1968 (RODRIGUES, 2001).

¹³ *Landschaft* é um termo da língua alemã que surge na segunda metade do Século XIX, e não tem correspondente em outras línguas que abarque sua amplitude, ao admitir um duplo sentido, tanto como uma porção limitada da superfície terrestre que através de um ou mais de seus elementos compõe sua unidade, quanto como à aparência da terra na percepção de um observador.

Ross esclarece, ainda, que para Bertrand a paisagem “permite ao geógrafo acessar o mundo das representações sociais e da natureza, assegurando uma ligação de conveniência com os objetos naturais na sua dimensão geossistêmica” (ROSS, 2006, p.33-34).

Cabe uma ressalva para um melhor entendimento sobre o conceito de geossistema; na proposta de Bertrand, apoiando-se na teoria geral dos sistemas, este conceito segue na direção de uma relação interativa entre o natural e o social em uma escala temporoespacial adequada, que comporta uma classificação da paisagem em tipos, em função de sua dinâmica e dos diferentes estágios de sua evolução. Para Bertrand o geossistema é uma unidade, um nível taxonômico, na categorização da paisagem.

Na visão de Conti (2003, p.60) a paisagem é particularmente importante para o geógrafo por expressar uma ideia de síntese a definindo como “uma realidade viva e, nesse sentido, seria adequado designá-la de tecido ecológico que recobre a superfície das terras emersas”.

Entretanto, se observarmos os estudos de Carl Sauer (1998) temos que a paisagem está associada a uma visão de conjunto, sobre uma determinada área, das formas naturais e culturais integradas entre si e analisadas pela sua morfologia. Podemos perceber a busca por um plano sistemático mais geral, enfatizando as análises estruturais e funcionais. Apoiado nas bases do pensamento positivista, Sauer (1998, p.23) afirma que:

Por definição, a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto, em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica.

Para Sauer a importância da paisagem natural, está no fato de fornecer os materiais com os quais a paisagem cultural se forma. O autor evidencia que: “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998, p. 59).

Agustin Berque (1998, p.84-85), com um ponto de vista cultural, acrescenta novas considerações em seus estudos sobre a paisagem, ao pronunciá-la como “[...] uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura [...]”. O autor completa anunciando que essa marca tem “um sentido que implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e matriz” (BERQUE, 1998, p. 88).

Assim, Berque imprime simultaneamente uma dupla condição à paisagem geográfica,

como marca, na medida em que transcreve na superfície terrestre as expressões da sociedade que a constitui, ao mesmo tempo em que estabelece matrizes próprias para a existência da ação humana. Nas palavras de Berque (1998, p.86) “a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial etc.) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; [...] a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz”.

Como nos adverte James Duncan (2004, p.106) a paisagem por ser um dos elementos centrais no sistema cultural, expressa “um conjunto ordenado de objetos, um texto, age como um sistema de criação de signos através do qual, um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado”. Assim, para Duncan a paisagem se reveste em uma retórica, uma textualidade e intertextualidade que desempenha um importante papel na sociedade, na medida em que evidencia as diferentes interpretações, podendo ser lida pelo impacto objetivo de suas formas, ou por meio de figuras de linguagem nela impressa. Como observa Paul Claval (2004, p.70), as pesquisas que faz Duncan se atêm “à dialética entre a escritura e a leitura da paisagem”.

Entre as diversas leituras geográficas da paisagem, podemos citar as contribuições de Denis Cosgrove (1998, p.98) em que a paisagem refere-se à ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra, sendo “a paisagem, de fato, uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual”. Cosgrove ressalta, ainda, que a paisagem é um conceito que atinge a vida cotidiana, por isso cheio de significados, estando ligada a uma racionalidade ordenada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis a mente humana, implicando na ideia de intervenção e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo pelas ações humanas. “Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem” (COSGROVE, 1998, p.108).

Em outra perspectiva, Milton Santos (2008b, p.67-68) define a paisagem, “como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”. O autor coloca a dimensão da paisagem como a mesma da percepção, aquilo que chega aos sentidos, portanto, tida como um processo seletivo de apreensão da realidade.

Para Santos a paisagem considerada do ponto de vista dialético, expressa a combinação de objetos naturais e sociais fabricados pelo homem, convertidos no resultado da acumulação de tempos, sendo modificada, suprimida ou mantida, para acompanhar as transformações sociais.

Reafirmando a paisagem como uma realidade visível, em uma visão de conjunto percebida a partir do espaço circundante, Martinelli e Pedrotti (2001) acrescentam que a

paisagem não tem existência própria, estando vinculada ao sujeito que a apreende. “Revelaria, assim, um dinamismo diacrônico, confirmando a evolução estrutural do processo espacial, demonstrando fases que poderão ser de estabilidade, de reformulação parcial ou de completa remodelação, engendrando novos espaços” (MARTINELLI; PEDROTTI, 2001, p.40). Os autores ressaltam, também, que:

Qualquer paisagem, por mais simples que seja, é sempre social e natural, subjetiva e objetiva, espacial e temporal, produção material e cultural, real e simbólica. Para sua completa apreensão, não basta a análise separada de seus elementos. É preciso compreender sua complexidade, que é dada pela forma, estrutura e funcionalidade (MARTINELLI; PEDROTTI, 2001, p.41).

A citada definição expressa à abrangência do conceito de paisagem, nos remetendo a associação de uma apreensão objetiva (científica) e subjetiva (artística), lhe conferindo uma característica integradora, junto aos objetos e as ações ao mundo em movimento.

Neste sentido, Luchiari (2001) acrescenta que a ideia de paisagem traz em si natureza e sociedade, objetividade e simbolismo.

No entanto, Xavier (2007) ao esclarece que à paisagem definida por nossa visão e interpretada por nossa mente, se apoia nas concepções de Yi-Fu Tuan, que a concebe através de uma perspectiva humanística. Assim, a “paisagem é uma combinação de pontos de vista objetivos e subjetivos, que tem lugar no ‘olho da mente’. Ela nos aparece mediante um esforço de imaginação, [...] a partir de um sentido determinado” (XAVIER, 2007, p.40).

Segundo Cruz (2002) apesar das diferentes abordagens pertinentes ao conceito de paisagem, um consenso se estabelece apontando para o sentido de compreendê-lo como a porção visível do espaço geográfico. Para a autora, a paisagem entendida como reflexo do espaço representa, essencialmente, as transformações que nele ocorre, ou seja, “toda transformação no espaço representa simultaneamente alguma transformação na paisagem, se não em sua fisionomia, certamente sobre seus significados” (CRUZ, 2002, p.108).

Paul Claval (2004) ao discorrer sobre a trajetória dos estudos da paisagem realizada pelos geógrafos, nos revela que apesar da profundidade das mudanças de perspectivas empreendidas ao longo do tempo, as inquietações atuais vão mais além, apontando para uma preocupação em apreender as relações mais complexas “que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam as identidades que ali nascem ou se desenvolvem. Este é um dos caminhos reais para compreender o mundo” (CLAVAL, 2004, p.71).

Se para a geografia a paisagem tem sua relevância apregoada em diversas abordagens, para o turismo não é diferente, assumindo grande importância como uma categoria

fundamental para sua análise.

Ao tratar da relação entre paisagem e turismo, Castro (2002) admite que para esta análise existam várias abordagens com diferentes desdobramentos, porém, destaca que a paisagem revestida de um poder simbólico, possa ser elevada a um bem coletivo e, por esta razão, deva ser pensada na dimensão das relações sociais como uma imagem.

Castro (2002, p.123) dirá que: “A paisagem vai, portanto, muito além do real oferecido pela natureza, embora ela também o incorpore, resultando – e ao mesmo tempo fazendo parte – da cultura”. A autora acentua que o conteúdo simbólico da paisagem, evocado nas imagens, se traduz em atrativos, em recursos turísticos, que ultrapassam a questão da mercantilização, oriunda da sociedade de consumo, indo além e atingindo uma lógica do imaginário social. Esta lógica considerada a partir da existência de uma estética da paisagem, estabelecida socialmente, alimenta e desperta o imaginário social para todas as possíveis imagens, tanto as passadas como as por vir.

Neste sentido, Castro (2002, p.129) esclarece que: “O conteúdo simbólico da paisagem evocado nas imagens por elas oferecidas tem sido avaliado como problema central na relação entre paisagem e turismo e entre os conteúdos do território e o planejamento”.

A paisagem destacada como um recurso no mundo das imagens do turismo é o que pontua Martinelli, ao estabelecer o importante papel que exerce na motivação do turista. Nas palavras do autor: “Toda imagem encerra uma mensagem que depende de sua composição e de nossa interpretação do sentido conotativo. [...] Carrega um valor metafórico na medida em que realiza a transferência de significados do concreto para o abstrato” (MARTINELLI, 2001b, p.160-161).

Assim, para Martinelli a paisagem, tanto de conteúdo natural, como dotada de vida humana terá grande destaque no mundo das imagens turísticas. Este imaginário com forte dose de fantasia exerce um encanto e mistério, estimulando a venda do espaço produzido para este fim. “Embora a imagem fracione o mundo, a imaginação o completa. [...] Uma imagem de paisagem pode realizar o desejo de ir até ela. Viaja-se” (MARTINELLI, 2001a, p.151-152).

O mistério, a busca pelo desconhecido, o desejo de conhecimento de novas culturas são motivações que levam à viagem, e as paisagens podem despertar estes sentimentos.

As paisagens como o motivo condutor do viajante, como prazeres a serem desfrutados, influenciando na escolha dos lugares turísticos, são colocações que Silva (2007) destaca ao caracterizar as paisagens como construções históricas que testemunham visualmente seus conteúdos estéticos e simbólicos, despertando no viajante um interesse pelo lugar visitado. A

autora coloca que “a produção da paisagem turística envolve, de um lado, os meios de comunicação que veiculam as imagens e descrição dos lugares; de outro, a construção de cenários de lazer pelas intervenções urbanísticas e através da arquitetura” (SILVA, 2007, p.27).

Enfatizando a paisagem como motivadora de novas experiências, retratando lugares a serem descobertos, é o que expressa Yázigi (2002, p.23) ao dizer que:

Buscam-se lugares que se revelam pelas paisagens, daí a importância que elas tem de elo entre o estranho e o mundo a ser descoberto. [...] As culturas e o modo como elas criam paisagens diferentes despertam o desejo do conhecimento, da experiência vivida.

O autor acrescenta que a paisagem “é muito mais do que uma visão, é a epiderme de toda condição histórica, social, econômica, política e cultural na qual, para se poder intervir, é preciso ir além dos projetos descomprometidos com a realidade” (YÁZIGI, 2002, p.9).

Com relação às intervenções na organização social, podemos observar o que expõem Leite (2006) ao caracterizar a paisagem como sendo o conjunto dos fatores naturais e construídos enquadrados nos contornos da organização social, a autora enfatiza que estes fatores são sempre percebidos e avaliados de acordo com os parâmetros, necessidades, possibilidades e limitações da sociedade, podendo, em um determinado momento, ser sintetizados num mapa de uso do solo ou de zoneamento da paisagem. A autora aponta que: “Projetos de intervenção não são instrumentos de mudança da ordem estabelecida, mas expressões da capacidade de captar a realidade em transformação e propor alternativas de organização” (LEITE, 2006, p.83).

Com uma preocupação voltada aos aspectos sociais, podemos destacar a reflexão que faz Meneses (2002, p.61) sobre a relação do turismo com a paisagem, alertando que:

O turismo e a paisagem têm enorme e inegável potencial de fecundação mútua e enriquecimento da vida humana. Não é, porém, um potencial que se atualize automaticamente. São as hierarquias de interesses humanos e as estruturas dentro das quais eles se expressam e operam que definem as condições segundo as quais esse potencial poderá realizar-se ou, ao contrário, dar lugar a mais um instrumento de exclusão social e embotamento da consciência crítica.

Meneses acrescenta que as paisagens carregam “traços fósseis” por oferecerem pistas materiais que possibilitam a compreensão de seu caráter histórico, conduzindo a um entendimento de sua formação geomorfológica e social presente e de suas sucessivas fisionomias anteriores, ao longo do tempo.

O turismo em seu caráter histórico está inserido no tempo, o que significa que seu foco muda com o rumo da história, como nos lembra Luchiari (2004, p.122) “O tempo e as

paisagens – categorias fundamentais para o turismo – são transformadas em bens de consumo e produto turístico”.

Como produto apropriado pelo turismo a paisagem passa a ser um recurso que deve propiciar eficiência. No entanto, a paisagem como um recurso turístico, pode estar impregnada de conotações culturais e ideológicas por estar vinculada ao olhar do observador, podendo desvendar alguns objetos, camuflando outros, como observa Rodrigues (1997). A autora adverte que o estudo do turismo centralizado no sujeito, combinando a percepção com a capacidade sensorial do ser humano para captar a realidade, proporciona uma leitura complexa da paisagem. Neste enfoque, a paisagem por conter a energia necessária para estimular as modalidades sensoriais¹⁴, associada à percepção e permeada pelo imaginário, pode ser considerada um notável recurso turístico de grande importância para os estudos de Geografia do Turismo (RODRIGUES, 1997).

Também favorecendo os estudos do turismo, só que por outro caminho, em que se pretenda captar a dinâmica do espaço turístico, Rodrigues expõem uma abordagem centrada na interpretação do espaço geográfico, em especial do espaço turístico, e dos processos sociais que o engendram, elevando as categorias forma, função, estrutura e processo, objetivando a decomposição e recomposição da totalidade nas perspectivas sincrônica e diacrônica.

Diante destas considerações, anuímos com o que Rodrigues ressalta, ao alertar que desvendar o espaço turístico em suas especificidades com o apoio em diversas linhas teórico-metodológicas, pode representar um enriquecimento na análise do fenômeno turístico revelando uma realidade muito mais rica.

Rodrigues, ainda, destaca que os estudos do turismo avançam no sentido meramente técnico e operacional, porém, acredita que seja possível uma reflexão mais adequada “quando a análise espacial capta a complexa engrenagem que expressa todos os elementos da oferta e todos os elementos da demanda e da população residente, em ação e interação recíprocas” (RODRIGUES, 1997, p.74).

Situando sua abordagem no âmbito do espaço, Cruz (2002, p.108) traz a tona o caráter dinâmico atribuído à paisagem, ao tecer a seguinte consideração:

Ao refletir os espaços, as paisagens revelam (ainda que não de forma completamente explícita) sua dinamicidade. Se o espaço é dinâmico porque construído socialmente, também o são as paisagens, tanto em função dessa dinâmica social como em decorrência de uma dinâmica natural.

¹⁴ O organismo humano apresenta dez modalidades sensoriais: a visão, a audição, o tato, a temperatura, a sinestesia, a dor, o gosto, o olfato, o sentido vestibular e o sentido químico comum, através das quais contata o mundo externo (RODRIGUES, 1997).

O dinamismo revelado pelas paisagens e presente no espaço que a envolve possibilita destacarmos o turismo em suas diversas expressões, tanto como uma atividade econômica que tem apresentado um crescimento significativo na atualidade, como por ser uma prática social com a capacidade de permear e penetrar em diferentes temáticas.

2.2. O Turismo e a dinâmica global contemporânea

Quando tratamos da paisagem, necessariamente, tocamos na concepção de espaço, nos parâmetros geográficos, tais como, conhecimentos do relevo, da vegetação, do clima, do uso e ocupação do solo e das construções humanas. Estes atributos em suas essências tornam-se elementos atrativos do turismo, que permitem e estimulam as suas múltiplas práticas. Neste sentido o turismo cria, transforma e valoriza de maneira diferenciada os lugares.

Ao estabelecermos um vínculo entre turismo e Geografia podemos apontar o que menciona Conti (2003, p.68) ao considerar que:

O turismo é um processo que interessa à sociedade e à natureza, e, por essa razão, está vinculado de forma muito estreita aos objetivos da Geografia enquanto ciência que se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre e a decodificar toda a complexidade de seu dinamismo.

Neste sentido o turismo encontra na Geografia, uma dimensão capaz de proporcionar um entendimento profundo e abrangente das diferentes relações que se estabelecem nesta atividade econômica e prática social.

A complexidade que envolve o mundo contemporâneo, diante do processo de globalização que tem provocado grandes e contínuas transformações no mundo inteiro, associado ao aprimoramento dos meios técnicos, de comunicação e transportes contribuiu e contribui para o desenvolvimento e o crescimento do turismo em escala mundial.

As transformações conjunturais estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, com o fim da Guerra Fria, marcaram o mundo todo por um processo gradativo de profundas mudanças promovendo intensas reformulações estruturais, o que favoreceu o desenvolvimento de novas relações comerciais entre diferentes países, possibilitando a concretização da abertura de mercado, que se transformou em uma força propulsora para que o setor terciário despontasse na economia mundial.

O setor terciário, também conhecido como setor de serviços, abrange o comércio, as finanças, a saúde, a educação, os transportes, a administração pública e privada, a comunicação, as artes e cultura, a publicidade e propaganda, o lazer e o turismo, entre outros.

Nos últimos tempos verificamos uma tendência mundial de crescimento do setor de serviços, o que avaliza o grande destaque do turismo no cenário internacional.

Em um mundo cada vez mais dinâmico e mutável, contando com um expressivo avanço de novas tecnologias, podemos enfatizar o turismo como uma expressão destes novos tempos, capaz de redesenhar as estruturas mundiais.

O mercado internacional tem investido no setor turístico quantias elevadas movimentando valores cada vez mais expressivos com retornos ainda maiores.

Conforme dados da Organização Mundial de Turismo - OMT (*World Tourism Organization* - UNWTO)¹⁵, o total de rendimentos gerados pelo turismo mundial foi de aproximadamente US\$ 5 trilhões, alcançando um fluxo de 922 milhões de turistas em 2008. Entretanto, podemos destacar, de acordo com esta organização, que mesmo diante de uma crise financeira internacional que atingiu a economia global em meados de 2008, o turismo conseguiu, ao final deste mesmo ano, um pequeno incremento de aproximadamente 2% no total de desembarques internacionais em relação ao ano de 2007, interrompendo uma trajetória de quatro anos sucessivos de acentuada expansão mundial.

O que podemos verificar no gráfico1, que demonstra o fluxo de turistas internacionais no período de 1995 a 2008, publicado pela Organização Mundial do Turismo em junho de 2009.

Gráfico 1: Comportamento do fluxo turístico internacional (1995 – 2008)

Fonte: Organização Mundial do Turismo - OMT, 2009.

¹⁵ OMT. World Tourism Barometer. Madri, v. 7, n. 2, junho 2009. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br> >

Entretanto, segundo dados mais recentes apontados pela OMT – UNWTO ¹⁶, no ano de 2009 os desembarques internacionais foram de aproximadamente 880 milhões de turistas, indicando um acentuado declínio na ordem de 4,5% em relação ao ano anterior.

Este fato demonstra a influência direta do comportamento da economia mundial sobre a atividade turística, no qual os dados econômicos internacionais mostram uma forte relação entre o ambiente econômico e o crescimento do turismo, em todo o mundo.

No entanto, devemos ressaltar que de uma maneira geral os efeitos desta crise financeira internacional ainda persistem mesmo se apresentando de forma diferenciada e desigual entre os diversos países. Mas a tendência de recuperação, tanto da economia global, como do setor turístico, já mostram seus sinais nos últimos meses do ano de 2009, o que se pode observar no gráfico 2:

Gráfico 2: Mundo – Desembarque internacional de turistas: variação percentual mensal (jan./2008 a dez./2009).

Fonte: UNWTO, 2010.

Porém, o turismo mais que uma atividade econômica, é uma prática geradora de atividades econômicas, proporcionando a distribuição de renda pelos diversos lugares por onde se realiza.

Como destaca Krippendorf (2006, p.40) o turismo envolve:

[...] a indústria das agências de viagens, das empresas aéreas, ferroviárias, rodoviárias e marítimas; dos hotéis e alojamentos; dos restaurantes e dos estabelecimentos de diversão; das empresas de construção; dos construtores de casa de campo e de *trailers*; dos fabricantes de equipamentos para acampamentos; dos escritórios de planejamento e consultoria; dos conselheiros econômicos e publicitários; dos arquitetos; dos construtores de teleféricos e dos fabricantes de esqui e roupas; dos vendedores de *souvenirs*; dos cassinos e parques de diversão; do setor automobilístico; dos bancos; dos seguros etc.

¹⁶ Dados publicados na: Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo, em fevereiro 2010, ano VI - p. 4. Disponível em: < www.turismo.gov.br/dadosefatos >. Acesso em: 20 jul. 2010.

O turismo pelo seu dinamismo e poder de penetração na vida social, torna-se uma atividade capaz de abrigar diversas expressões, uma vez que se inter-relaciona com diferentes segmentos econômicos e demanda um complexo conjunto de ações setoriais para seu desenvolvimento.

É importante ressaltar que a atividade turística, outrora caracterizada como uma prática exclusiva das elites, tem se transformado, com o passar do tempo, em possibilidade para um número cada vez maior de pessoas com menor poder aquisitivo. Como evidencia Castro (2002, p.131) “a expansão da atividade decorre, do acesso da massa trabalhadora, especialmente nos países centrais, aos recursos que nas últimas décadas têm sido colocados à sua disposição”.

Neste sentido, podemos citar Eduardo Brito Henriques (1996, p.28) ao colocar que:

O turismo com as características formais e materiais que se lhe reconhecem actualmente (férias, infra-estruturas hoteleiras, serviços de apoio diversos...) e o valor simbólico e cultural que se lhe atribui - é um produto da sociedade moderna, capitalista e industrial. [...] Foi à nova ordem social, econômica e cultural instaurada pela Revolução Industrial que possibilitou, em última análise, o desenvolvimento do turismo moderno. [...] entre as transformações que a industrialização veio provocar na vivência do mundo e nos estilos de vida, as mais profundas e abrangentes residiram na emergência de uma nova experiência do tempo e na redefinição da geografia do quotidiano.

Nesta linha, Krippendorff esclarece que a sociedade após o final do século XX, procura voltar-se para novos horizontes no qual o tempo livre está no centro das preocupações da vida. Entretanto, observa que todo processo de transformação no sistema de valores de uma sociedade é muito lento, e nem sempre se adequa a todas as pessoas. Mas ressalta que “trabalhar menos abriria o caminho para mais humanidade no trabalho, no lazer, na vida inteira” (KRIPPENDORF, 2006, p.116).

Porém, temos que admitir que o tempo livre na atualidade, sendo fruto de uma das conquistas da classe trabalhadora que conseguiu regulamentar e transformar em lei a redução da jornada de trabalho, um dia livre por semana e o direito as férias remuneradas, não é outro senão um tempo de consumo. “A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores” (RODRIGUES, 1997, p.109).

O tempo social, a que se reporta Rodrigues, expressa os ritmos temporais pertencentes à estrutura social, que se manifestam através de diferentes categorias: “o tempo de trabalho; profissional ou escolar; o tempo obrigatório ligado à locomoção, transportes; o tempo das

ocupações familiares e o tempo livre” (RODRIGUES, 1997, p.109).

É no âmbito do tempo livre que o turismo se instala, em busca da satisfação das necessidades de lazer criadas pela sociedade contemporânea. Necessidades produzidas por uma sociedade baseada no consumo, que apoiada na mídia conduz o imaginário coletivo à valorização das viagens, promovendo possibilidades e facilitando os deslocamentos.

Os deslocamentos ocasionados pelo turismo possibilitam práticas sociais distintas das rotineiras, ou seja, o deslocamento da esfera do trabalho e da residência, para a prática do lazer, a possibilidade de efetuar um deslocamento espacial, uma viagem. A viagem procurada pelo turista o possibilita mudar de ambiente, romper com o cotidiano, realizar-se pessoalmente, concretizar suas fantasias, aventuras e o inusitado, proporcionando novas circunstâncias e experiências. Tal viagem é a transição dos espaços, que permite o indivíduo sair da prática cotidiana, para a prática do lazer, um deslocamento em que o tempo é fundamental.

Assim, o turismo consiste no movimento espacial de uma ou mais pessoas do lugar de residência permanente em direção a outro lugar em que serão visitantes ou hóspedes, onde devem permanecer por um período mínimo de 24 horas. É um deslocamento temporário.

O deslocamento é essencial para que ocorra a prática turística, o que evidencia Marc Boyer (2003, p.16) ao dizer que o “Turismo é o conjunto dos fenômenos resultantes da viagem e da estadia temporária de pessoas fora de seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial”.

A dinâmica social contemporânea introduziu uma necessidade imperiosa de consumo, imputando a viagem como uma necessidade, não importando outra coisa senão o volume de vendas, pois o único interesse gira em torno da esfera comercial. O tempo livre empreendido na viagem transforma-se em produto para turismo.

O que podemos verificar nas considerações feitas por Luchiari (2004, p.122) ao expressar que:

O turismo mercantiliza o tempo livre e transforma o valor de uso do território em valor de troca. O tempo é um produto perecível, o uso das paisagens fugaz, de modo que o produto vendido pelo turismo é altamente valorizado e deve propiciar eficiência na apropriação dos recursos e na otimização do tempo.

Este processo de mercantilização cooptado pelo turismo favorece a apropriação de novos ambientes, promovendo a valorização de lugares potenciais para a prática turística.

Como adverte Carlos (1999, p.180) ao destacar que o turismo e o lazer articulam uma tendência de transformar o espaço em mercadoria, mencionando que:

O turismo e o lazer que se transformam em mercadoria, como consequência da separação do tempo de trabalho/não-trabalho, unem-se de modo inexorável pela mercantilização dos espaços que os direcionam e os reproduzem para a auferição de lucro [...] neste sentido, alguns lugares só têm existência real por causa de sua trocabilidade, isto é, enquanto mercadoria que se consome.

Os lugares valorizados ou com suas existências calcadas no seu valor de troca transformam-se em matéria prima para o turismo.

Contudo, é importante ressaltarmos que o turismo incide no território reformulando o espaço, apresentando áreas de dispersão (as cidades emissoras) e áreas de atração (as cidades receptoras), ocorrendo a partir do deslocamento, podendo ser estabelecido nos critérios de redes, onde os nós desta rede são os polos emissores e os polos receptores, que necessariamente não precisam ser contíguos, nem próximos, bastando apenas existir o fluxo de pessoas de um lugar para outro. Nestas incidências é que se produz o espaço turístico, reformulando, ou não, o espaço anteriormente ocupado. Neste quadro se dá o consumo do espaço.

O turismo por emanar de cidades para cidades, se apresenta como um vetor de externalidades, causando a desordem, na medida em que muda a ordem anterior, entretanto esta mudança ocasionada pelo turismo pode assumir diferentes resultados, dependendo de como e para quem ele se serve.

O espaço distinto força uma nova atitude, mas não podemos classificá-la como apenas uma questão comportamental, “pois a prática do turismo tem seus efeitos progressivamente em todos os setores da vida coletiva: das instituições, da mentalidade, das concepções e da identidade até a ideia que a sociedade sente de si mesma” (NICOLAS, 2001, p.40).

Neste sentido, o turismo envolve uma ação coletiva que integra mecanismos distintos e diversas atividades em relação ao espaço e, por se tratar de uma prática social é determinado pela cultura. A cultura expressa os valores que a sociedade assume em um dado momento histórico, manifestando na vida social os paradigmas que as norteiam.

Na atualidade vivemos sob a égide do consumo, carregando em si a tendência a um consumo massivo, no qual a mídia tem um papel fundamental, por seu poder difusor em larga escala, propicia e direciona os desejos coletivos para determinados lugares turísticos¹⁷, os quais passam a representar polos receptores de grandes fluxos.

¹⁷ De acordo com Cruz (2001, p.7) “Lugar turístico é uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos”.

Cabe salientar o que Cruz (2001, p.8) destaca ao expressar que “[...] nenhum lugar turístico tem sentido por si mesmo, ou seja, fora do contexto cultural que promove sua valorização, em dado momento histórico”.

A valorização empreendida pelo turismo, baseada em parâmetros assentados sobre modismos veiculados pela mídia, nos lembra as ponderações feitas por Boyer a respeito do turismo do século XX, apontando que os valores do ócio são mais facilmente difundidos nas massas, devido à influência da mídia. O autor esclarece que o turismo de massa contemporâneo, não engendrou novos discursos, apenas reforçou o esquema que a mais de dois séculos se reproduz, “[...] invenção de distinção – difusão e apropriação dos modelos por camadas inferiores – em seguida novas invenções de distinção. Quanto mais forte é a imitação, maior é a necessidade de inovar – como na moda; a analogia impõe-se” (BOYER, 2003, p.63).

No entanto, este esquema se apresentando como uma tendência da atualidade, ao se instalar em quase todos os lugares turísticos, pode ocasionar sérios problemas dentre os quais destacamos: a ocupação massiva e sazonal permitindo o desencadear de um processo de degradação e, conseqüentemente, a destruição dos recursos que a engendraram; outro problema que podemos aludir é o da segregação espacial no qual o turismo, por ser uma atividade definidora da ocupação do espaço, requalificando os lugares, ao pinçar um determinado lugar acaba fragmentando o espaço. As conseqüências desta intervenção provocam transformações na essência e na vida que ocorre neste lugar, podendo ao longo do processo, ser abandonado e substituído por outro, dando continuidade a este ciclo e reproduzindo o esquema apontado por Boyer.

Todavia, o turismo ao intervir sobre o espaço tem a capacidade de criar, ou melhor, produzir lugares turísticos, para atender a uma demanda potencial pronta para consumir este tipo de produto, fruto de uma intervenção planejada, movida por objetivos de cunho econômico.

Os lugares turísticos “inventados culturalmente” (KNAFOU, 1996), são produtos do nosso tempo, são formas de apropriação que ignoram o contexto físico-natural e cultural no qual se inserem, revelando, como Cruz (2002, p.113) deixa expreso, a “incrível capacidade tecno-científica do homem para criar e recriar lugares à sua conveniência”.

Podemos citar como exemplo de lugares criados artificialmente, Cancun no México, Las Vegas nos Estados Unidos, entre outros. Estes lugares possuem um grande fluxo de turistas, porém destoam completamente do seu entorno, podendo ser considerados como diz Cruz (2002, p.112) “produtos do momento, produtos do turismo”.

O grande fluxo, a concentração de demanda a lugares turísticos, inventados ou não, favorece a competitividade entre diferentes localidades, que por vezes assumem estratégias nem sempre adequadas ao seu momento, para angariarem cada vez mais fluxos que possam lhes projetar como grandes locais receptores.

Porém, esta competitividade pode desencadear outros problemas devido às ações empreendidas pelos agentes turísticos, que imbuídos de interesses econômicos, podem interferir na rotina e na identidade dos lugares apropriados para o turismo. Consequentemente, como demonstra Luchiari (2004, p.123) “[...] um novo sistema de objetos é introduzido nos lugares para adequar e dar familiaridade ao novo sistema de ações trazido pela demanda social do turismo”.

Entretanto, para que um lugar transforme-se em um receptor de grandes fluxos turísticos, faz-se necessário que possua infraestrutura, como acessibilidade, meios de hospedagem, objetos de lazer, mesmo não sendo objetos exclusivos da atividade turística, como nos lembra Cruz (2001), são fundamentais para sua realização. Assim como, para que ocorra à prática do turismo é fundamental e essencial à presença do turista.

O turista, o Estado e os agentes de mercado formam o tripé que sustenta e conduz a atividade turística contemporânea.

O turista, conforme descrito por Cruz (2001, p.8) “é o principal elemento que caracteriza o lugar turístico. Todo lugar em que houver a presença do turista, ainda que solitário ou aventureiro pode ser considerado um lugar apropriado pela prática turística”.

O Estado, por sua vez, é o responsável pelo controle social, exercendo o papel de regulador das relações sociais, normatizando a vida pública e privada, para estabelecer a harmonia social, porém as ações estatais, ao longo da história do capitalismo, e presentes ainda hoje, demonstram um grau acentuado de comprometimento com os interesses do mercado, da elite hegemônica dominante.

O que esclarece Cruz ao referenciar Milton Santos, apontando a relação entre o Estado e o mercado, que mesmo formando um par dialético, não inibe o fato de o Estado exercer um auxílio ao mercado. A autora chama a atenção para a subserviência do Estado aos interesses do mercado, expressando que: “Subserviência ou não ao mercado, o Estado tem uma inquestionável hegemonia na produção do espaço, dado seu papel de ente regulador das relações sociais e de provedor de infra-estruturas” (CRUZ, 2007, p.10).

Seguindo este raciocínio, fica claro que o Estado aliado aos interesses do mercado passa a prescrever o rumo dos lugares, assumindo um importante papel como elemento constitutivo da produção do espaço. O Estado tem a capacidade de afetar a vida de todos

mudando o cotidiano coletivo, na medida em que exercendo seu papel de mediador dos conflitos, através do planejamento e das políticas públicas, acaba de alguma forma alterando e afetando a vida de cada indivíduo. O planejamento tem sido utilizado pelo Estado, nos últimos anos, como um instrumento capaz de fortalecer as desigualdades inerentes à estrutura social.

O Estado ao fomentar a produção do espaço turístico, elegendo alguns lugares em detrimento de outros para implementar suas infraestruturas, acaba favorecendo o capital imobiliário em expansão que promove transformações, na ocupação e no uso dos lugares. Assim, podemos dizer que as políticas setoriais têm favorecido a realização do capital, expressando cada vez mais seu caráter seletivo do ponto de vista espacial.

Diante desta temática podemos ainda destacar, que a partir do final do século XX, o mundo regido pelo paradigma *toyotista*¹⁸, tem exercido uma forte influência sobre o setor hoteleiro, que apresenta sua organização calcada na flexibilidade, visando aumentar a lucratividade do capital, procurando formas de se realizar com mais rapidez e com mais eficiência, para melhorar as suas condições de realização.

Um bom exemplo, neste sentido, é a Rede hoteleira Accor – a maior rede hoteleira do mundo na atualidade – que não imobiliza capital nos lugares em que se instala, flexibilizando o processo produtivo ao estabelecer contratos com empresas do setor da construção civil, geralmente financiado através de incentivos do poder público local, para realizarem a construção dos hotéis e a Accor somente coloca sua bandeira, não firmando, desta forma, um vínculo mais forte com o lugar. Desta forma, a Accor se espalha pelo mundo instando sua bandeira nos lugares que possam oferecer maiores oportunidades de lucros.

Esta lógica estabelecida no contexto global cria vínculos profundos entre o mercado e o Estado para sua realização. Diante da relação do Estado com o mercado, Cruz (2007, p.11) explica que:

[...] a hegemonia de um e de outro não anula as possibilidades de contramovimentos. A sociedade civil organizada seja na forma de associações, de Organizações Não-governamentais, ou outras, pode ‘tomar para si as rédeas do processo’, como demonstram experiências nas escalas local e regional. A ausência ou ineficiência do Estado e a voracidade conquistadora de agentes de mercado obrigam sociedades a reagirem na luta cotidiana pela sobrevivência.

Contudo, a solução dos conflitos, inerentes à vida social acontecendo, jamais deverá estar focada somente no planejamento estatal, por estar impregnado de um forte conteúdo

¹⁸ O paradigma toyotista foi atribuído ao modelo produtivo instalado nas fábricas da Toyota (indústria automobilística japonesa), caracterizado por apregoar uma maior flexibilidade na gestão administrativa, estabelecendo a capacitação da mão de obra para atuar em diferentes funções e etapas do processo produtivo.

ideológico e totalmente comprometimento com a ideologia de quem o faz. Todavia, na escala do lugar o planejamento pode vir a ser um instrumento capaz de adequar às reais necessidades da população local favorecendo uma possível equidade social.

Neste sentido, cabe salientar que as sociedades têm a possibilidade de obter autonomia econômica através da atividade turística, como nos lembra Luchiari (2004, p.115) “os fluxos turísticos funcionam como um vetor de transformação e não apenas de dominação de lugares”. Entretanto, continua a autora:

O fenômeno contemporâneo do turismo coloca-se como um vetor de transformação contraditório e emblemático: acentua a produção de lugares e o consumo dos lugares. Mas não pode ser tomado apenas do ponto de vista negativo, como um desarticulador voraz de antigas formas e funções sociais que, num processo linear, destrói o velho substituindo-o pelo novo. A mediação entre o global e o local, empreendida pelo turismo, possibilita tomarmos o lugar e o mundo em sua unidade. Permite também trazermos à luz novas formas de sociabilidade, articuladas em função do processo contemporâneo de revalorização das paisagens para o lazer. Esse movimento, ao invés de contrapor o tradicional ao moderno, o lugar ao mundo, o natural ao artificial, impulsiona a reestruturação das relações do lugar com o mundo e a formação de organizações socioespaciais cada vez mais híbridas, cujas formas e lógicas antigas associadas às novas originam uma outra composição (LUCHIARI, 2004, p.121).

O mundo sob a égide do capitalismo global conduz a mercantilização do espaço, porém o movimento contínuo da história favorece a existência de contra racionalidades, criando as possibilidades de uma nova forma do agir e do pensar no sentido contrário da lógica reinante, permitindo a ocorrência de alternativas direcionadas a atitudes mais solidárias e humanistas.

Nesta medida, o turismo é capaz de exercer fortes pressões entre as diversas atividades que se desenvolvem na sociedade, através de um movimento que ao mesmo tempo pode reproduzir a lógica global no lugar, como favorecer a ocorrência de expressões singulares com características únicas e típicas do lugar. Como nos diz Milton Santos (2008a, p.339) “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Contudo, o turismo pode abranger diversas tipologias, como: turismo de negócios, turismo cultural, ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, turismo religioso, turismo de saúde, entre outros, representando modalidades que se realizam no lugar, o qual ao expressar uma ou outra, ou até mesmo reunindo um conjunto destas modalidades, refletirá sua identidade.

Cada lugar reflete sua identidade expressando suas particularidades e peculiaridades, consolidando sua personalidade diante da complexidade e do dinamismo contemporâneo, como destaca Yázigi (2001, p.35-36) ao colocar que:

Num mundo globalizado, a personalidade do lugar encerra múltiplas identidades, produto dos movimentos de migrantes, fluxos de objetos e informações que, praticamente, puseram um ponto final à quase todas as comunidades da terra. [...] É assim que o trabalho, por ser estrutural do cotidiano das pessoas, e por muitas vezes manifestar-se visivelmente no espaço geográfico, converte-se numa marcante forma de identidade. É assim também que o próprio turismo, como prática social e econômica, também é identidade, dependendo da intensidade e forma como se organiza, no contexto em que está inserido.

Para entendermos a personalidade do lugar, temos que nos ater a sua estrutura e organização diante do contexto histórico no qual se insere, elevando os aspectos culturais, sociais, políticos e ambientais, em conexão com o mundo que o rodeia.

Neste contexto, se desenvolve o turismo manifestando expressões tão diversas quanto os diferentes lugares onde se realiza, retratando suas múltiplas feições, sendo mais um componente deste imenso jogo de relações que acontecem no mundo contemporâneo.

2.3. As incidências do Turismo no Brasil

Na atualidade, as incidências do turismo no Brasil estão estritamente relacionadas às estratégias desenvolvidas pelo Ministério do Turismo (MTur) criado em janeiro de 2003, que tem procurado promover o país como um destino turístico, através de crescentes investimentos em programas de promoção internacional.

O reflexo destes investimentos pode ser evidenciado pelo fluxo de turistas estrangeiros com destino ao Brasil, que de acordo com os dados divulgados pela Infraero¹⁹, através da Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo, apontou um total de desembarques internacionais de 6.483.944 passageiros em 2009. A procura de estrangeiros pelo Brasil ratifica a elevação de quatro posições no *ranking* de competitividade mundial do setor turístico, pois em 2008 o país ocupava a 49ª posição, passando para a 45ª em 2009, ocupando, neste mesmo ano, a 5ª colocação no *ranking* das Américas (MTur, 2010).

¹⁹ Dados publicados na: Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo, em fevereiro 2010, ano VI - p. 4. Disponível em: < www.turismo.gov.br/dadosefatos >. Acesso em: 8 abr. 2010.

Segundo dados do Banco Central (BC), também contidos na Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo, mostram que os gastos de turistas estrangeiros em visita ao Brasil no ano de 2009, somaram US\$ 5,305 bilhões, mesmo diante do contexto da crise financeira mundial. O BC, também, aponta um crescimento na entrada de divisas em 2009, alcançando 114% comparativamente a 2003, ano em que a Embratur²⁰ iniciou o trabalho de promoção turística mundial, focando o aumento da permanência e do gasto dos turistas estrangeiros no território nacional. Entretanto, este trabalho de promoção do turismo no Brasil, ainda incipiente, não conseguiu atingir uma expressiva visibilidade internacional.

Mas o MTur, em contrapartida, tem priorizado o incremento e incentivo aos projetos dirigidos ao crescimento do mercado interno de viagens. O resultado destas medidas evidencia o número de desembarques em voos nacionais nos aeroportos do país, totalizando 55.856.928 passageiros em 2009, conforme dados da Infraero disponibilizados na Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (2010).

Podemos observar no gráfico 3 a evolução dos desembarques nacionais nos aeroportos brasileiros no período de 2004 a 2009, possibilitando uma visualização desta dinâmica.

Gráfico 3: Brasil – Desembarque de passageiros em voos nacionais - 2004 a 2009

Fonte: INFRAERO, 2010.

Este movimento crescente da atividade turística no Brasil, reflete os inúmeros incrementos que o MTur vem implementado, dentro de uma política voltada ao fortalecimento do mercado interno, julgando ser esta estratégia a principal fonte de desempenho do setor. O

²⁰ Embratur, inicialmente Empresa Brasileira de Turismo criada através do Decreto-Lei 55/66 de 18 de novembro de 1966 (já revogado), posteriormente com a Lei 8.181 de 28 de março de 1991, muda do Rio de Janeiro para Brasília e perde boa parte de sua autonomia, passando de empresa para autarquia, neste momento denominado de Instituto Brasileiro de Turismo (PAIXÃO; SILVEIRA; COBOS, 2006).

lançamento de pacotes de viagens com preços promocionais para a baixa estação está na tônica das medidas de inclusão social promovida pelo MTur, que conta com a parceria dos governos em todas as instâncias e da iniciativa privada, para o aquecimento do mercado turístico diante da sazonalidade típica da atividade.

O MTur estabeleceu como diretriz, através do Plano Nacional do Turismo 2007/2010, a regionalização da atividade turística no país, para tanto estabeleceu duas linhas estratégicas com a estruturação de dois programas: a segmentação da atividade e a roteirização turística com o intuito de qualificar internacionalmente o turismo brasileiro.

Cabe lembrar, que foi durante o 1º Encontro Nacional de Segmentação do Turismo²¹, que o MTur lançou uma publicação com as orientações básicas, para uma proposta de segmentação do turismo, dividida em nove livretos com os temas: Turismo Rural, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Pesca, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo Náutico, Turismo de Negócios e Eventos, Ecoturismo e Turismo de Aventura. Atribuindo a esta orientação, uma tendência mundial, o MTur reafirmou a implantação deste trabalho, adequando esta segmentação como a forma mais pertinente de qualificar e reposicionar o turismo brasileiro na tentativa de transformá-lo competitivo mundialmente. Esta proposta favoreceu o mercado, os agentes turísticos, que ao incrementarem o setor, acabaram desencadeando um processo de massificação segmentada da atividade turística.

Segundo as orientações contidas no Plano Nacional do Turismo 2007/2010, o MTur estabelece a seguinte conduta:

A roteirização turística é voltada para a construção de parcerias e promove a integração, cooperação e comprometimento entre os atores locais, o adensamento de negócios, o resgate e preservação dos valores socioculturais e ambientais da região, como uma forma de integrar a oferta turística. É válido destacar que a elaboração e estruturação de roteiros turísticos é de responsabilidade da iniciativa privada e o programa tem o papel de indutor desse processo (MTur, PNT 2007/2010, p. 68).

Podemos notar que a intenção do MTur com este programa de roteirização assentado na regionalização, corrobora com uma política que depende de arranjos produtivos locais e regionais que suscitem a capacidade gerencial em uma nova esfera, que possivelmente não disponha de representantes tradicionais, fundamentando seu discurso na dimensão econômica, com uma visão mercadológica da prática social do turismo.

No entanto, para a construção destes roteiros torna-se fundamental um aporte a segmentação da atividade, que norteará a implementação deste programa. Contudo, um alerta

²¹ Evento realizado em 26/03/2008 em São Paulo (SP). Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br> >.

se faz necessário, enfocando os possíveis desdobramentos destas políticas, para que os lugares possam preservar suas identidades e garantir sua governança.

Tal orientação pode desencadear, entre outras possibilidades, um processo de padronização dos lugares envolvidos em um determinado roteiro, conduzindo-os a uma homogeneização de suas paisagens, tornando-as artificiais, por estarem descoladas de sua realidade. Em contrapartida, este processo pode vir a promover e fortalecer as condições necessárias para o desenvolvimento local.

Nesta medida, podemos salientar, de acordo com Cruz (2001, p. 30) que:

O turismo tem, reconhecidamente, uma capacidade avassaladora de transformar os lugares (natureza e cultura), mas, *a priori*, isso não é bom ou ruim. Somente as análises de caso podem revelar como, quando e onde o turismo impactou positiva ou negativamente o patrimônio natural ou cultural de um lugar. E, quando se tratar de impactos socioeconômicos e culturais, é preciso ter ciência de que todo julgamento será permeado por ideologias e que, portanto, aquilo que for considerado negativo por determinado autor poderá ser visto como positivo por outro.

No tocante aos potenciais impactos que o turismo possa causar sobre o patrimônio natural, destacamos o ecoturismo como sendo o segmento da atividade que oferece o mais baixo impacto ambiental.

Como menciona Rodrigues (2003, p.31) o ecoturismo, visto como uma atividade econômica, “se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreativas e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras”.

Vale ressaltarmos que o Brasil tem potencializado, por sua dimensão e diversidade natural, as condições ideais para a prática do turismo de natureza, o ecoturismo. Esta prática de turismo em ambientes naturais faz parte de uma tendência que vem se estabelecendo, a partir dos anos de 1980, quando o movimento mundial de revalorização da natureza torna-se mais expressivo e, conseqüentemente, dá-se uma procura mais acentuada por viagens orientadas a estas áreas.

Esta tendência ganha um novo impulso em decorrência dos efeitos nefastos do mundo contemporâneo globalizado, sendo influenciado, em grande parte, conforme destaca Lima (2003), pelas conseqüências negativas do turismo de massas, pelo estresse e a qualidade de vida dos espaços urbanos na atualidade, como também, por uma nova consciência ambiental, enaltecendo a finitude dos recursos naturais e os riscos de sobrevivência da humanidade. Nesta conjuntura, não deixam de ter importância “o *marketing*, o modismo e o ideal

consumista característicos da sociedade atual, amplamente veiculados pela mídia” (LIMA, 2003, p.72).

Em um contexto marcado pelos excessos provenientes do turismo de massa, que desencadeou profundas transformações nos lugares turísticos pelos quais se apropriou de forma avassaladora, causando sérios problemas sociais, culturais e ambientais, se estabelece o ecoturismo assentando suas premissas na oposição a estas circunstâncias legadas por um turismo predatório.

Como salienta Lima (2003, p.72) o ecoturismo com ênfase na natureza preservada ou pouco alterada, é um turismo mais leve e seletivo, “é visto como um veículo para financiar a conservação e promover o desenvolvimento de economias deprimidas e beneficiar comunidades rurais”. A autora coloca que o ecoturismo, em curto prazo, é capaz de promover menos mudanças nos lugares aos quais se destina se comparado ao turismo de massa, por requer menos instalações, por sua dimensão e pelos seus princípios.

Seguindo neste raciocínio, nos valem do que Cruz (2001, p.31) pondera ao expressar que “o ecoturismo não somente tem a natureza como seu principal objeto de consumo, mas, em função disso, requer uma densidade mínima de infra-estrutura sobre os territórios dos quais se apropria”.

Como mostra Rodrigues (2003) o escopo do ecoturismo se expressa em alguns princípios básicos: menor consumo de recursos naturais renováveis; fortalecimento e oportunidades de negócios para a população rural local e ser organizado para pequenos grupos por pequenos empreendedores locais, porém de uma maneira geral, esta última premissa não está sendo seguida na prática, uma vez que os empreendimentos e produtos estão sendo comercializados, também, por operadores estrangeiros.

Entretanto, devemos citar que o Estado é o maior responsável nos projetos de implementação do ecoturismo, facilitando e apoiando a comunidade local e executando suas obrigações fundamentais de provedor de infraestruturas e controle social. Como expressa Luchiari (2004, p.126) “todas as políticas e os instrumentos de regulação do uso do solo, da atividade turística e da preservação e conservação do meio ambiente nortearão, inevitavelmente, a nova configuração territorial dos lugares turísticos”. A autora prossegue lembrando que: “Cabe ao Estado impedir a auto-regulamentação do mercado, e conciliar os interesses diferenciados na gestão da paisagem” (LUCHIARI, 2004, p.127).

O turismo em ambientes naturais exige um constante monitoramento, devido à vulnerabilidade das áreas apropriadas para a sua realização. Além disso, o Plano Diretor, o manejo e o zoneamento ecológico e econômico são importantes aliados do planejamento

turístico, no tangente à espacialização de seus atributos, na implementação de infraestruturas e no uso e ocupação do solo, minimizando os potenciais impactos inerentes a atividade.

Desde os anos de 1990, o poder público federal busca orientar as práticas de turismo em ambientes naturais, estabelecendo metas e diretrizes, bem como, promovendo incentivos para o segmento do ecoturismo (Cruz, 2001).

Mas a ocorrência do turismo em ambientes naturais requer algumas premissas como aponta Cruz (2001, p.30-31):

1. Não há atividade humana que não interfira nos ambientes, de alguma forma. É impossível o homem viver sobre este planeta sem transformá-lo.
2. Nem todo impacto sobre os ambientes naturais é, *a priori*, negativo. Se estivermos tratando, por exemplo, de áreas naturais degradadas (por outras práticas humanas) das quais o turismo se apropria, promovendo sua recuperação e assegurando sua proteção a partir daí, estamos falando, nesses casos, de um impacto positivo do turismo sobre o ambiente natural.
3. Apesar de diversos autores ressaltarem os efeitos negativos do turismo sobre ambientes naturais, é preciso reconhecer que a degradação dos ambientes, de modo geral, não interessa ao turismo porque este tem o espaço como principal objeto de consumo. A degradação de ambientes naturais ou urbanos provocada pelo turismo contraria a lógica de reprodução da atividade. Nesses casos, ou há algum erro estratégico de planejamento subjacente ao processo de apropriação dos lugares pela atividade ou, simplesmente, o planejamento jamais existiu.

Diante destas considerações ressaltamos a importância do planejamento turístico, como um instrumento capaz de minimizar os possíveis impactos empreendidos pelo turismo, buscando um ordenamento para a atividade, bem como, o monitoramento contínuo para garantir a eficácia do projeto.

De uma maneira geral, o crescimento acelerado do turismo não foi acompanhado por inúmeros lugares. Este fato associado à ausência ou à omissão de um planejamento adequado, proporcionou uma ocupação do espaço de forma desordenada. As consequências deste processo acarretaram sérios problemas estruturais, sociais e ambientais.

Contudo, a degradação do ambiente é paradoxal ao turismo, que tem a natureza como seu principal objeto de consumo (CRUZ, 2001). Se por um lado, o turismo promove intervenções predatórias ao ambiente, por outro demanda que o ambiente esteja preservado para garantir sua matéria prima. Porém, os impactos positivos e negativos fazem parte da dinâmica da atividade turística contemporânea, ocorrendo por inúmeros motivos e circunstâncias.

Para obtermos uma maior compreensão das implicações suscitadas pelo turismo sobre ambientes naturais, apresentamos no quadro 1 alguns efeitos positivos e negativos, do ponto de vista econômico, sociocultural e ambiental, como segue:

Quadro 1 : Efeitos da atividade turística em ambientes naturais

Econômicos		Econômicos	
Efeitos Positivos		Efeitos Negativos	
<p>Geração de empregos;</p> <p>Diversificação da economia regional, com a criação de micro e pequenos negócios;</p> <p>Fixação da população no local, evitando o êxodo rural;</p> <p>Desenvolvimento e melhoria da infraestrutura de transportes, comunicações, saneamento, iluminação, etc.</p>		<p>Instalação de segundas residências, prejudicando espaços e fontes de renda da população;</p> <p>Possíveis desvios dos recursos econômicos gerados na localidade pelo envio de divisas para fora dela (pagamento de salários de trabalhadores de outras cidades ou de produtos comprados fora do município, por exemplo);</p> <p>Aumento de preços de produtos em geral - inflação;</p> <p>Especulação imobiliária.</p>	
Socioculturais		Socioculturais	
Efeitos Positivos		Efeitos Negativos	
<p>Valorização da herança cultural material e imaterial (festas, costumes, danças, culinária, artesanato);</p> <p>Orgulho étnico;</p> <p>Intercâmbio cultural;</p> <p>Conservação de locais históricos, preservando a arquitetura local;</p> <p>Resgate e perpetuação de atividades típicas da comunidade;</p> <p>Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.</p>		<p>Descaracterização da vida social local;</p> <p>Relacionamento precário entre turistas e moradores, gerando tensões;</p> <p>Aumento de problemas sociais como uso de drogas, prostituição e violência;</p> <p>Degradação do patrimônio histórico e cultural;</p>	
Ambientais		Ambientais	
Efeitos Positivos		Efeitos Negativos	
<p>Diminuição do impacto sobre o patrimônio natural;</p> <p>Criação de alternativas de arrecadação para as Unidades de Conservação;</p> <p>Aumento da consciência da população local e dos turistas sobre a necessidade de proteção do meio ambiente;</p> <p>Ajuda na conservação das áreas naturais;</p> <p>Criação de novas áreas protegidas;</p> <p>Conservação da biodiversidade;</p> <p>Melhoria da infraestrutura nas áreas naturais;</p> <p>Maior fiscalização por parte dos moradores, turistas e órgãos competentes.</p>		<p>Poluição sonora, visual e auditiva;</p> <p>Desmatamento;</p> <p>Introdução de espécies animais e vegetais exóticas;</p> <p>Prejuízos a espécies em seus hábitos alimentares, migratórios, etc.;</p> <p>Aumento na geração de lixo e esgoto e problemas com saneamento básico;</p> <p>Ocupação inadequada do solo;</p>	

Fonte: Caminhos do Futuro, Ecoturismo MTUR/A VT/IAP/USP (ALMEIDA, 2007a, p.12-13).

Podemos acrescentar que o turismo em ambientes naturais ocorre, também, em áreas protegidas inseridas em unidades de conservação, estando sujeito às legislações ambientais que controlam o uso e ocupação do solo, visando à proteção e preservação destas áreas, e consequentemente restringindo a colocação de infraestruturas para que o turismo possa acontecer.

Entretanto, o turismo poderá acontecer, nestas áreas mais vulneráveis, se adequando à legislação pertinente a cada categoria de unidade de conservação, as quais têm como objetivo garantir a manutenção e proteção de áreas de especial interesse ecológico, científico, faunístico, paisagístico e cultural. Estas áreas foram instituídas pelo poder público no âmbito federal, estadual e municipal para resguardar o patrimônio cultural e natural dos biomas ameaçados, para manter a qualidade dos recursos hídricos, preservar as características do solo, minimizar a poluição e controlar o uso indiscriminado dos recursos naturais.

Por estas premissas, a prática turística em áreas protegidas requer uma postura consequente de todos os envolvidos no processo, para que com atitudes conscientes possam fazer do turismo uma atividade benéfica para a população local, e menos predatórias para o ambiente.

O turismo nesta conduta pode revelar as relações e interações do homem com o meio ao qual está inserido, evidenciando as várias interfaces e favorecendo uma nova leitura desta relação homem/natureza.

CAPÍTULO 3

Cartografia e Turismo

A estreita relação entre turismo e paisagem, nos fornece a dimensão ideal para uma elaboração cartográfica, permitindo uma conexão capaz de revelar diferentes possibilidades de representação em mapas, das incidências do turismo sobre o espaço.

Desta forma, introduzimos considerações relevantes no enfoque da Cartografia do Turismo, que nos possibilite uma ampla visão dos diversos elementos que compõem o espaço turístico.

3.1. A Cartografia Temática e o Turismo

A Cartografia do Turismo faz parte do conjunto das representações gráficas que compõem a cartografia temática. Como já vimos no capítulo 1, a cartografia temática é um ramo científico com um corpo de conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos, capaz de participar do saber geográfico (MARTINELLI, 2006).

No contexto geral, as preocupações espaciais com a expansão da função turística derivam das análises da distribuição dos equipamentos e das suas incidências na organização sócio espacial. Incidências que despertam o interesse de estudos geográficos em torno do turismo.

A cartografia temática, neste sentido, pode contribuir não só pelo registro de pontos, áreas de interesse e orientações de itinerários, mas acerca dos mais variados elementos que compõem o espaço turístico. As informações contidas nos mapas, mesmo que não abarquem a totalidade, possibilitam uma representação do território que expressem a concretude do espaço turístico (MARTINELLI, 2001a).

Sendo uma representação, um meio de comunicação gráfica, a cartografia que a elaborou pode ser vista como uma linguagem, que possui signos com significantes e significados, podendo ser considerados universais o que facilita sua decodificação. Cabe lembrar que considerar a cartografia como uma linguagem, associa-se ao que Bertin (1998)

chamou de representação gráfica, definida como uma linguagem gráfica bidimensional, atemporal, destinada à vista.

Esta representação gráfica ao se integrar no sistema semiológico monossêmico, estabelece um sentido à monossema, que não está entre os signos e seus significados, mas sim entre os significados dos signos, expressando as relações entre os objetos que compõem a realidade (MARTINELLI, 2001b).

Fazer uso das representações é utilizar o mapa como forma de comunicação, motivo pelo qual sua elaboração, além de seguir as convenções cartográficas ou signos específicos permitindo sua leitura de forma objetiva, possa compor as demandas turísticas em uma sucessão de escalas com uma amplitude de abordagem, desde as generalidades até os detalhes que perfazem o lugar turístico. Esta cartografia traz resultados extremamente favoráveis para a atividade turística, tanto para os usuários dos mapas turísticos, como para os responsáveis pelo seu planejamento.

Os produtos cartográficos por terem a responsabilidade de transmitir de forma objetiva a informação tratada no mapa, remetem a relação entre o construtor e usuário do mapa, que numa visão da cartografia como uma “Comunicação cartográfica”, obedeceria ao infográfico da figura 8.

Figura 8: Comunicação da informação aplicada à Cartografia

Fonte: Marcello Martinelli (1991, p.37).

Já Bertin (1998) considera a transmissão da informação inserida no mapa como um diálogo entre redator e usuário, onde ambos se colocam diante de relações de diversidade, ordem e proporção entre objetos, fatos e fenômenos a serem transcritas. Como demonstrado na figura 9:

Figura 9: Linguagem da representação gráfica

Fonte: Marcello Martinelli (2006, p.25).

As análises realizadas através de representações gráficas em mapas estão sendo utilizadas com muita frequência pelo setor turístico, devido à sua eficácia. Entendemos que esta acentuada disseminação de mapas, com representações específicas para o setor turístico, demande uma preocupação no que tange a qualidade das informações transmitidas pelos mesmos.

Estas representações gráficas confeccionados com a finalidade de atender ao turista e ao mercado pertinente denotam a elaboração de mapas que possibilitem aos usuários uma fácil interpretação dos temas, localizações de lugares, meios de mobilidade e acesso. Desta forma, a relevância do uso dos mapas como fonte de informações para o setor turístico, destaca a importância na elaboração da representação gráfica, pautada em orientações condizentes com a responsabilidade de transmitir de forma clara, objetiva e coerente a realidade representada.

A discussão sobre a importância da cartografia no contexto turístico é extremamente relevante, pois remete a um conhecimento físico territorial dos lugares apropriados para o turismo como, também, integra as preocupações exaltadas pelos planos estratégicos de marketing turístico, que fundamentam os mapas temáticos necessários à articulação da gestão.

É necessário considerar que os produtos com qualidade são imprescindíveis na elaboração de um plano integrado de desenvolvimento turístico onde a elaboração de mapas temáticos toma evidência. A necessidade de relação dos mapas temáticos para o planejamento turístico destaca-se pelo suporte que eles oferecem ao monitoramento dos planos integrados e execução de projetos.

As orientações para a elaboração de um mapa temático turístico mostram a importância da qualidade técnica sob o prisma da aplicação da cartografia no segmento turístico,

evidenciando reflexões sobre o conhecimento dos profissionais responsáveis no processo, para que os trabalhos desenvolvidos tenham respaldo científico, técnico e econômico.

A elaboração de mapas exige o conhecimento do assunto tratado com bases científicas, para decidir quais dados serão ou não suprimidos em uma representação gráfica. Um mapa com muitas informações pode se tornar visualmente poluído, inviabilizando a comunicação cartográfica. A ausência de uma informação importante também comprometerá a qualidade do mapa.

Neste sentido, para que o mapa represente a realidade turística em suas diversas escalas e dimensões, como salienta Martinelli (2001b, p.158) deverá partir:

[...] de uma acurada sistematização teórico-metodológica voltada à representação da realidade turística, proporcionando sua compreensão a partir do potencial em recursos naturais, histórico-culturais e sociais, sejam de origem espontânea, sejam artificial, enaltecendo cada vez mais a realidade a partir do lugar com sua expressiva identidade e valor.

Para abarcar esta busca de conhecimento faz-se necessário o uso de uma cartografia que possa permitir a representação da realidade em questão em mapas mediante um raciocínio analítico ou de síntese.

As representações analíticas enfatizam os elementos constitutivos do espaço geográfico, permitindo uma reflexão a partir da visualização, mobilizando procedimentos de classificação, de combinação e de explicação da relação entre os componentes tratados em cada tema. Assim, a análise dos mapas básicos da geologia, do relevo, da hidrografia, do clima, da vegetação e do uso da terra, são elementos recomendáveis para expressar os atributos ou variáveis a cerca da manifestação dos fenômenos (MARTINELLI, 2006).

Entretanto, mediante um raciocínio de síntese, de acordo com Martinelli, a representação se fará atentando para a fusão dos elementos constitutivos em “tipos”, perfazendo agrupamentos de unidades espaciais de análise caracterizadas por agrupamentos de atributos ou variáveis proporcionando uma visão de conjunto. Martinelli (2006, p.90) acrescenta que: “Na síntese, não podemos mais ter os elementos em superposição ou em justaposição, e sim a fusão dele em *tipos* – unidades taxonômicas holísticas”.

Por meio de um raciocínio de síntese podemos propor uma cartografia turística, que estaria representando conjuntos espaciais como unidades de paisagem dotadas de agrupamentos de atributos ou variáveis, indicando um determinado potencial turístico, visto como instrumental básico na expressão da realidade concreta resultando da convergência de uma multiplicidade de componentes para a promoção do turismo.

Para tanto, é de fundamental importância a organização da legenda, pois constitui a porta de entrada para que o usuário do mapa ingresse na singularidade do conteúdo do mapa de forma completa. Como exalta Martinelli (2006) a legenda é o momento da simbolização, um guia de leitura do mapa.

A legenda tem a função de relacionar os signos utilizados no mapa decodificando seus significados na linguagem verbal corrente, para que possibilite uma leitura objetiva do tema abordado. Porém, a forma como se estrutura esta legenda é que determinará o conteúdo e a intencionalidade proposta pelo seu autor. Neste sentido, a legenda adquire uma abrangência, que ultrapassa o caráter básico de enunciado do mapa, pronunciando um raciocínio que reflita não apenas a concepção de quem o elaborou, mas também os reflexos da sociedade a que ele pertence (MARTINELLI, 2001b).

No caso específico dos mapas turísticos dirigidos aos usuários, onde a leitura imediata é fundamental para que a informação alcance seu objetivo, torna-se aconselhável o uso mínimo de legenda, sendo que para tanto, os símbolos utilizados procurem ser evocativos da realidade do público destinado. As legendas para estes mapas podem agregar junto aos signos e suas explicações, fotografias das paisagens e dos atrativos facilitando a comunicação.

Os mapas dirigidos ao turista podem ser representados, também, através de blocos-diagramas e perfis. Os blocos-diagramas como descreve Martinelli (2001a, p.160):

[...] são mapas tridimensionais perspectivos. [...] Eles podem ser idealizados com grande flexibilidade, mediante rotação, aproximação e afastamento, como vistos de vários pontos, que seriam ocupados pelo observador, por sua própria opção, trazendo para si uma imagem mais intuitiva da realidade.

Os blocos-diagramas em virtude destas características são expressões menos convencionais e fixas, possibilitando que o observador possa, por livre arbítrio, elevar para si uma imagem da realidade.

Já os perfis ressaltam as silhuetas permitindo uma visão inconfundível da paisagem. Possibilitam uma visualização em projeção vertical da paisagem do delineamento de seu conteúdo, permitindo compor seletivamente os aspectos marcantes dos sucessivos planos verticais, podendo enaltecer o valor turístico desta imagem. Como nos lembra Martinelli (2001b, p. 166) “A silhueta da Torre Eiffel é inconfundível. O perfil do Pão de Açúcar é notável”.

No tocante ao valor atribuído à imagem turística, a publicidade, como já citado anteriormente, tem um papel efetivo não só na divulgação, como na produção dos lugares turísticos os transformando em produtos comercializáveis pela mídia em todas as suas expressões.

Neste sentido, lembramos as considerações feitas por Martinelli (2001a, p. 152) ao exprimir que: “[...] a imagem que podemos produzir venderá o espaço turístico, espaço produzido para aquele fim. Para tal busca, as imagens evocarão paisagens, sejam naturais ou culturais”. O autor segue seu raciocínio declarando que:

Todas as culturas, desde as primitivas, em todos os tempos procuraram representar com estruturas abstratas seu espaço social. Porém, tais representações só tornaram-se testemunhos de mapeamentos apenas a partir de sua materialização em determinado suporte disponível (MARTINELLI, 2001a, p.152).

A cartografia turística associada à imagem, enfatizando as paisagens e lugares a serem explorados pelo turismo, adita uma forte tendência a agregar uma representação gráfica especialmente voltada ao turista, com o intuito de fornecer-lhe orientações essenciais para um bom aproveitamento do lugar visitado.

“Esta cartografia, como veículo de comunicação, permite ao usuário sentir-se inserido no espaço turístico, tendo noções de direção, distância e facilitando a tomada de decisão, como a escolha de determinados lugares para seu melhor aproveitamento” (DUQUE; MENDES, 2006, p.83-84).

Para efeito de veiculação e distribuição destas informações, a cartografia conta com duas vertentes que lhe dão suporte, representadas por expressões analógicas, mais convencionais que retratam as informações coletadas em papel e a cartografia digital que se utiliza de recursos tecnológicos através de *softwares* de desenhos, fazendo uso da automação dos dados (DUQUE; MENDES, 2006).

Estas expressões cartográficas, tanto a analógica como a digital envolvem diversas possibilidades de representação turística em mapas, podendo apresentar diferentes recursos se utilizando de símbolos, desenhos, fotografias, onde o uso de escala, coordenadas ou quadrículas não são obrigatórios, porém extremamente recomendáveis.

As representações gráficas com o uso de símbolos destinadas ao setor turístico demandam certos cuidados, que por estarem carregadas de valores culturais, podem facilitar, ou não, o entendimento da representação. Por isso torna-se conveniente o uso de símbolos já existentes que sejam bem aceitos e de fácil interpretação, podendo ser decodificados por usuários com pouca experiência e contato com os produtos cartográficos (ALMEIDA, 2007b).

A eficácia dos símbolos está na sua capacidade de comunicação, promovendo a compreensão dos elementos contidos na representação, possibilitando o usuário a apreender a informação com rapidez e facilidade.

Com a intensificação do turismo e a consequente popularização das viagens, sobretudo as internacionais, houve a necessidade de se criar um sistema de comunicação capaz de ultrapassar a limitação dada pela fronteira da língua. Estabeleceu-se, assim, um interesse pela linguagem dos signos, os pictogramas.

Estes sinais gráficos, usados com muita frequência pelo setor turístico, transmitindo informações essenciais e apresentando uma densidade semântica capaz de ultrapassar as barreiras comunicativas, tem a função de orientar o comportamento social. “Este tipo de comunicação é aplicado na maioria dos países, mesmo que seus traços gráficos sejam elaborados de maneiras e formas diversas” (ALMEIDA, 2007b, p.65).

No quadro 2 trazemos uma demonstração baseada em tabelas produzidas por Fiori (2007), que mostram diversos pictogramas voltados ao turismo, utilizados em várias partes do mundo, içados de publicações que trabalham a elaboração e o estabelecimento de símbolos de informação pública (SIP), no qual podemos observar uma lista de símbolos habitualmente usados nas atividades e práticas turísticas e suas variações de representação de acordo com a cultura de cada país.

Podemos perceber a partir deste quadro, de acordo com as diversas fontes selecionadas, a ocorrência de uma similaridade nos símbolos utilizados entre os diferentes países. O que ressalta Fiori ao comentar que esta semelhança vem, “demonstrando que se pode almejar uma possível homogeneidade em relação aos pictogramas, mesmo havendo a factual heterogeneidade intercultural” (FIORI, 2007, p.184-185).

Quadro 2: Pictogramas relacionados ao turismo e suas diversas versões

[illegible]

Fonte: Sérgio Ricardo Fiori (2007, p.186-190).

Os recursos pictográficos, também, estão presentes nos mapas turísticos que procuram uma aproximação maior com a realidade representada, como exemplificamos nas figuras 10, 11 e 12 a seguir:

Figura 10: Mapa de Roma

Fonte: Revista Viagens e Turismo. Ano IV, nº 11, 1999.

A representação da figura 10 faz uso de elementos pictóricos em perspectiva, enaltecendo os atrativos turísticos, utilizando-se de efeitos de sombra própria e projetada para atingir uma proximidade maior com a realidade representada, oferecendo uma orientação através das identificações das ruas traçadas no mapa.

Os símbolos na figura 11 são utilizados para exaltar os atrativos da localidade, cumprindo com sua tarefa de permitir que o observador possa, por seu intermédio, reconhecer e identificar o lugar. Esta figura 11 é um exemplo do uso de encarte no mapa, mostrando a sua localização em relação ao país a que pertence e a orientação do norte, facilitando sua leitura.

Figura 11: Mapa do norte da Espanha

Fonte: Revista Viagens e Turismo. Ano IV, nº 2, 1999.

Entretanto, podemos perceber na figura 12 a ausência de coordenadas, denotando uma preocupação maior em apresentar os atrativos turísticos, utilizando-se de elementos pictóricos e de indicações numéricas marcando os pontos de interesse os elencando no canto direito inferior, sem retratar as distâncias entre eles. A ausência de referências dificulta sua leitura, podendo causar transtornos ao turista em sua visita.

Figura 12: Mapa turístico de Santo Antônio do Pinhal (SP)

Fonte: Guia Pinhal, Prefeitura Municipal, sem data.

O uso de elementos pictóricos em mapas turísticos pode causar maior impacto na comunicação, despertando o desejo de viajar. Entretanto, estes grafismos devem estar integrados a uma relação lógica entre os significados dos signos, permitindo uma possível mistura entre os elementos polissêmicos, de significados múltiplos, e o sistema monossêmico de significado único.

A legenda pode expressar esta mistura ao trazer juntamente aos seus temas, fotografias que enalteçam os objetos referentes, associando a comunicação polissêmica à monossêmica, possibilitando um entendimento mais amplo do espaço turístico (MARTINELLI, 2001a).

Porém, o mapa turístico não pode ser visto apenas como um mero folheto ilustrativo, ele vai muito além, sua construção deve respeitar as bases da percepção visual constituída de diversidades, ordens ou proporcionalidades em seu movimento, pois os mapas devem ser construídos para serem vistos, assim, sua legibilidade se fará de imediato, para que produzam uma boa assimilação e o mínimo de ruído na comunicação visual.

3.2. Os produtos cartográficos destinados ao turismo na internet

Com o avanço tecnológico que presenciamos na atualidade, os turistas têm a oportunidade de usufruir de uma multimídia interativa, na qual os produtos cartográficos voltados ao turismo, também, marcam sua presença. Através destes produtos os turistas podem se lançar no mundo dos sonhos, das viagens e com apenas um *clique* se transportar para os lugares mais longínquos e desfrutarem de uma experiência simulada pela tecnologia, sem ao menos sair de casa (Martinelli, 2001b; Rodrigues, 1997).

Na *internet* a veiculação de mapas turísticos, também, facilita e permite as consultas prévias, proporcionando um planejamento seguro e adequado a possíveis viagens, ou mesmo fornece possibilidades de um maior conhecimento de outras localidades em todos os seus aspectos. Atualmente, são inúmeros os recursos disponíveis para que se tenha acesso às informações desejadas sobre diversos lugares e temas de interesse.

Podemos encontrar uma diversidade de mapas turísticos veiculados pela *internet*, o que justifica elencarmos uma amostra para demonstrarmos alguns itens relevantes do ponto de vista da cartografia e do turismo.

A figura 13 traz o mapa interativo da Alemanha, que permite uma navegação pelos diversos atrativos existentes, possibilitando o acesso às localizações de forma precisa,

oferecendo através de *links* informações de hospedagem, roteiros turísticos, museus, eventos, locais de compras e de serviços, entre outros, facilitando o usuário a obter um conhecimento prévio dos pontos de seu interesse.

Devemos salientar que, atualmente, podemos contar com outros exemplos similares sendo veiculados, gratuitamente, pela *internet* utilizando os mesmos recursos tecnológicos, disponibilizando informações, localizações e histórico dos atrativos turísticos de inúmeras localidades do mundo.

Figura 13: Mapa interativo da Alemanha

Fonte: Disponível em: < http://www.dzt-top50.de/index_neu.html/?long=es >.

Acesso em: 13 jul. 2010.

Outro aporte disponível na multimídia interativa em ambiente digital, também, com versões gratuitas, é o programa *Google Earth*²², no qual podemos visualizar qualquer parte do mundo, através de um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de um

²² *Google Earth* é um programa distribuído pela [empresa americana Google](http://www.google.com), com versões disponíveis gratuitamente na *internet* para download em computadores pessoais.

mosaico de imagens de satélite. Ao localizarmos o ponto desejado, com o deslizar do *mouse*, podemos aproximá-lo com um *zoom* ampliando nossa visão de forma vertical, possibilitando um panorama adequado de acordo com o interesse. Este programa pode ser usado como um gerador de mapas e imagens de satélite de tipo caseiro, sem grande resolução ou como um simulador das diversas paisagens presentes no nosso planeta. Assim, torna-se possível identificar lugares, construções, cidades, paisagens, entre outros elementos.

Na figura 14 podemos verificar uma imagem extraída do *Google Earth*, como segue:

Figura 14: Imagem da cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Disponível em: < <http://earth.google.com> > Acesso em: 19 de ago. 2010.

Dentro deste ambiente virtual podemos, do mesmo modo, utilizar do recurso provido pelo *Google Maps*²³ que oferece a possibilidade de navegação pelos mapas de inúmeras localidades do mundo, facilitando o usuário na localização dos endereços desejados, uma vez que este dispositivo disponibiliza algumas opções de rotas e trajetos prestando um serviço muito útil, viabilizando soluções alternativas, principalmente, para a locomoção em grandes centros urbanos.

A figura 15 permite observarmos um exemplo deste tipo de mapa interativo com seus diversos aplicativos, indicando uma sugestão de trajeto em vias de rodagem na cidade de São Paulo, saindo do Masp na av. Paulista sentido Praça da Sé, contendo informações complementares, como o trânsito em tempo real sinalizado por uma barra de cores, onde o

²³ *Google Maps* parte de uma base georreferenciada dos endereçamentos postais é, também, um produto disponibilizado pela empresa americana *Google* veiculado livremente na *internet*.

vermelho escuro indica o tráfego lento, passando pelo vermelho e amarelo até chegar ao verde que aponta para um fluxo mais rápido.

Figura 15: Mapa de rota viária em São Paulo

Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps>> Acesso em: 20 de ago. de 2010.

Uma grande vantagem na utilização deste tipo de produto associasse-se ao fato de agregar facilidades e rapidez no acesso às informações, onde o usuário pode se conectar a rede mundial através de qualquer computador, servindo-se de uma linha telefônica fixa, móvel, cabo, satélite, conexão 3G, *wi fi* ou *wireless*, disponíveis em vários estabelecimentos de grandes fluxos, como por exemplo, nos aeroportos. Outra vantagem são as constantes atualizações realizadas nestes *sites*, que facilitam e permitem aos seus usuários se programarem com mais eficiência, evitando contratempos por falta de informação, customizando sua viagem.

Através destes recursos o turista tem, também, a possibilidade de montar seu próprio roteiro de visita, selecionando as atrações de seu interesse e produzindo um guia a seu modo, se beneficiando das referências disponíveis, podendo imprimí-las para seu uso.

Os aparatos tecnológicos oferecidos, na atualidade, possibilitam maior mobilidade aos seus usuários, que através de celulares, *smartphone*, *netbooks*, *notebooks*, GPS, têm acesso liberado a inúmeras fontes de informações, permitindo o ingresso a um banco de dados virtual

onde suas demandas, em tempo real e no lugar desejado, podem ser realizadas, salvo problemas de conexão apresentando dificuldades pontuais e remotas.

A disseminação e popularização destes equipamentos atrelados à informação estão sendo utilizados com mais frequência e por um número cada vez maior de pessoas, possibilitando uma aproximação dos produtos cartográficos do cotidiano dos turistas.

Como adverte Martinelli (2001b, p.166)

[...] a sociedade ingressou em uma nova e frutífera era – a da informação, mais precisamente, da informática. Com isto, o turista ganhará grande desenvolvimento graças à multimídia interativa que chamará para si, além de textos, imagens, diagramas, som e animação, também os mapas cartográficos dedicados ao turista.

Neste contexto, podemos extrair que os mapas turísticos interativos disponíveis em ambiente virtual são frutos de um avanço tecnológico envolvendo a cartografia digital, que propicia uma representação da informação espacial em tempo real, ou muito próximo disto, proporcionando a visualização de deslocamentos em condições interativas, permitindo uma apreciação do dinamismo dos fenômenos, detectando processos no tempo e espaço. Tais representações concernentes a uma cartografia dinâmica, segundo Martinelli (2006) deveriam ocupar posição de destaque dentro das vertentes atuais da cartografia, por considerar que a contemporaneidade admite conceber a realidade, essencialmente mutante, fluída, não estática, não congelada.

Os mapas, nesta medida, passam a fazer parte da vida cotidiana, uma vez que a população mundial contemporânea, de uma maneira geral, está cada vez mais conectada ao mundo virtual, utilizando as contribuições legadas por estas tecnologias, abrindo um leque de inúmeras possibilidades servindo de base para qualquer tipo de intervenção no espaço.

O acesso disponibilizado por órgãos oficiais, a um banco de dados contendo informações confiáveis favorece e dá suporte às pesquisas e ao planejamento.

Segundo Duque e Mendes (2006, p.10) “As inovações propiciadas pelo advento da informática colocam a cartografia como instrumento acessível e de grande utilidade nas pesquisas que envolvam variáveis espacializadas”. Neste sentido, os produtos cartográficos tanto no tocante a pesquisa como ao planejamento turístico, permitem a construção de um arcabouço capaz de minimizar avaliações imprecisas, possibilitando uma ampla visão da realidade estudada.

Duque e Mendes (2006, p.10) consideram que:

[...] se uma informação pode ser georreferenciada (amarrada a um sistema de projeções e coordenadas), ela pode ser conjugada com outras informações, e a combinação de situações ambientais pode gerar ganho de conhecimento

sobre uma realidade existente, assim como permitir estudos de previsão de mudanças (cenários ambientais) e simulação de consequências de intervenção na paisagem.

Na construção de um planejamento turístico, em que as informações relacionadas aos dados ambientais são essenciais para a tomada de decisões, a utilização do potencial da Cartografia e do Geoprocessamento podem vir a suprir esta demanda e permitir que a comunicação da informação atinja sua finalidade.

Para tanto, é imprescindível que os produtos cartográficos com a finalidade da gestão turística, tenham a capacidade de expressar os temas abordados, apresentando elementos de identificação, conforme podemos observar no quadro 3, baseado no que Duque e Mendes evidenciam, que são:

Quadro 3: Elementos de identificação do mapa

Título e subtítulo	é o local em que se expressa o que está representado no mapa, qual porção da superfície terrestre, qual território e o que está sendo reproduzido, se é topografia, se é hidrografia, entre outros;
Legenda	a legenda é um fator extremamente importante, pois é ela que faz a ligação entre os significantes, gráficos e o significado;
Escala	é a relação entre as distâncias lineares medidas no terreno, permitindo a precisão dos detalhes em função das necessidades do usuário;
Orientações	são os indicadores cardeais, coordenadas geográficas (latitude, longitude, etc.).

Fonte: Duque e Mendes (2006, p.84).

Estes requisitos auxiliam a leitura e o uso dos mapas para que seja garantida a construção de uma representação de qualidade.

Segundo Joly (2008, p.117) “[...] as qualidades de um bom mapa são medidas por sua precisão, pela confiança que se lhe pode conceder e pela sua eficácia”.

A precisão de um mapa fornece ao leitor garantias legítimas que os diversos elementos retratados são rigorosamente semelhantes às posições ocupadas pelos objetos e lugares na realidade. A precisão está estritamente relacionada à escala, motivo pelo qual é aconselhável a

checagem e levantamento no campo, das medidas do terreno para posterior adequação a escala da publicação. Cabe ressaltar que ao diminuir a escala os sinais ficam cada vez mais ilegíveis e, portanto, com menor precisão.

A exatidão e fidelidade, também, permeiam a qualidade do mapa, fornecendo de maneira correta e de acordo com a realidade todos os dados representados. “Precisão, fidelidade e exatidão, essas são as qualidades básicas, científicas e legais, que correspondem às condições de emprego ideal do mapa e ao crédito que se lhe pode dar” (JOLY, 2008, p.119).

Estas qualidades prescritas aos mapas fundamentam, principalmente, a finalidade de gestão e do planejamento turístico, eventualmente, nas representações destinadas aos turistas, estas exigências não são tão rigorosas com relação à precisão e exatidão, entretanto, é fundamental que não ocorram distorções grotescas, pois uma orientação alterada pode se transformar em um grande problema para o turista, que perderá a confiança no mapa inviabilizando sua comunicação.

Neste sentido, podemos mencionar que existem algumas publicações veiculadas pelo setor turístico, em que o mapa contempla só o aspecto ilustrativo do *marketing*, como podemos observar através dos exemplos representados nas figuras 16 e 17 a seguir:

As duas figuras trazem representações utilizando recursos pictóricos artísticos, com encartes fotográficos, mostrando aspectos da realidade do local. Embora chamando atenção dos turistas no aspecto visual, afasta-os pela dificuldade de leitura da informação, devido ao excesso de grafismos tornando-as congestionadas.

Figura 16: Mapa de turismo rural

Fonte: Disponível em: < http://www.quinta-da-estancia.com.br/infra/infra_grande.htm >.
Acesso em: 18 ago. 2010.

relações hierárquicas ou dialéticas que existem entre os diferentes componentes do sistema estudado” (JOLY, 2008, p.120).

No caso de mapas destinados aos inventários, que compreendem uma documentação exaustiva e repleta de informações essenciais, a utilização dos meios digitais possibilita uma solução adequada para sua legibilidade, na medida em que as consultas podem ser realizadas em partições²⁴, ou selecionadas em conjuntos associados de acordo com o interesse, permitindo uma montagem específica para a necessidade.

A eficácia fornecida por mapas de qualidade é percebida em função de sua utilização, são frequentemente usados pelas gestões decisórias no planejamento de uma ação determinada, como os mapas rodoviários, marítimos, etc.

A eficácia é feita pela facilidade de manipulação, pela riqueza de informação, pela confiabilidade e facilidade de leitura. Finalmente, depende do tempo mínimo necessário para dele retirar o máximo de esclarecimentos de qualidade. O melhor mapa é o que requer menos esforço no mínimo de tempo para atingir o objetivo visado (JOLY, 2008, p.123).

Assim, um mapa bem construído e de qualidade é aquele que perfeitamente atinge seu objetivo, permitindo a total compreensão da informação representada.

3.3. A Cartografia do turismo em ambientes naturais

A questão ambiental desde os anos de 1972, com a realização da 1ª Conferência Internacional do Meio Ambiente (Estocolmo), inicia uma trajetória de crescente desenvolvimento no plano das discussões mundiais a respeito desta temática.

O direcionamento que tem sido empregado aos problemas ambientais, desde então, nos diversos Fóruns e Conferências mundiais, se voltam mais acentuadamente à natureza, quando na verdade os problemas ambientais, atualmente, são claramente sociais. Como enfatiza Martinelli (2001b, p.168) ao tecer a seguinte consideração:

Os problemas ambientais da atualidade são nitidamente sociais, pois emergem do interior da sociedade e não de dentro da natureza. A forma como, os homens se relacionam com a natureza depende do modo como eles se relacionam entre si, o que é determinado pelas relações sociais vigentes em certo modo de produção, em dado momento do percurso da história da sociedade humana.

²⁴ Para cada atributo do mapa fica disposto um *layer*, podendo ser acessado individualmente, em pares ou todos simultaneamente, de acordo com a necessidade.

Neste sentido, para que tenhamos um amplo entendimento da complexidade que envolve a natureza e a sociedade, devemos nos reportar a uma reflexão atenta e consciente que incorpore todas as relações, mediações e contradições existentes na sociedade. Para tanto, a cartografia pode contribuir neste entendimento, possibilitando através de mapas, vistos como imagens, um amplo conhecimento do ambiente.

Assim, o turismo realizado em ambientes naturais, como foi abordado no capítulo 2, direcionado ao ecoturismo, ao turismo rural, ou ao turismo de aventura, poderá se beneficiar dos estudos cartográficos em suas diversas expressões.

A cartografia do turismo ao tratar da paisagem como expressão material da natureza e da sociedade, permite uma articulação dos diferentes elementos ou atributos que se manifestam em conformidade com as ordens de grandeza dos fenômenos circundantes, bem como, eleva as contradições existentes nos conjuntos espaciais distintos pertinentes a uma apreciação em um mesmo nível temporoespacial (LACOSTE, 2002).

Para atingirmos esta representação cartográfica, que enfoca os conjuntos espaciais agrupados por atributos, torna-se fundamental a utilização de um raciocínio de síntese, como já mencionamos, no qual poderemos encontrar uma expressão adequada para representar as unidades de paisagem dotadas de potencial turístico.

O mapa que representa tais unidades expressará a realidade concreta, revelando o resultado da convergência dos múltiplos elementos que compõe a natureza e a sociedade em seu movimento, servindo de instrumental básico para a promoção do turismo (MARTINELLI, 2001a).

O raciocínio empreendido para esta construção, de uma cartografia das unidades de paisagens, partirá de uma lucubração metodológica sobre os problemas ambientais, considerando a natureza e a sociedade em interação, ressaltando as interferências, as apropriações e as transformações que o homem impõe a natureza para satisfazer suas necessidades. Assim, conscientes destas questões, partimos para primeira etapa da elaboração desta representação, na qual se torna fundamental o conhecimento litogeomorfológico da realidade estudada.

O relevo apontando a superfície modelada em seus desdobramentos, tomando por base as discontinuidades morfoesculturais, relacionadas às rochas e ao solo que os recobre são tão importantes quanto os fluxos climáticos, para caracterizar a dinamicidade do componente ambiental, que nortearão a base do traçado da representação em mapas de unidades de paisagens.

Em um segundo momento, devemos considerar a vegetação potencial ao representar o resultado das correlações morfoesculturais e climáticas incidentes na distribuição espacial, onde as categorias de paisagem apresentam suas condições ecológicas manifestando suas diversidades.

A terceira etapa levará em consideração a sociedade, a paisagem com o conteúdo humano, tomando por base as interferências no ambiente praticadas pelo homem na produção do espaço. Ao construir o espaço a sociedade altera a paisagem, estabelecendo novas dinâmicas ambientais que pronunciam expressões e tendências na vegetação. Neste momento, podemos esboçar preliminarmente a divisão da paisagem em partes, que poderá ser ajustada mediante correções necessárias para uma adequação à realidade estudada, na qual a checagem no campo é de fundamental importância.

Na quarta e última etapa, procedemos o raciocínio de síntese delimitando as unidades de paisagem, que identificam os agrupamentos de unidades espaciais de análise, caracterizadas por agrupamentos de atributos específicos articulados e interagindo entre si dentro da dinâmica do arranjo espacial da territorialidade estudada.

Os mapas de unidades de paisagem, neste contexto, podem servir para uma educação ambiental consciente, onde suas representações possam revelar a situação presente com diagnósticos precisos, favorecendo o monitoramento e possibilitando à tomada de decisões direcionadas, as ações de intervenções no espaço, como também, pronunciando orientações a um prognóstico favorável ao planejamento.

O planejamento turístico poderá se beneficiar desta cartografia e conduzir seus projetos nesta base, uma vez que:

O uso da cartografia na pesquisa da oferta turística permite uma análise mais abrangente das informações coletadas, tanto no campo, quanto em pesquisa de gabinete, viabilizando o cruzamento dos dados coletados e a visualização das análises efetuadas, otimizando os resultados esperados (DUQUE; MENDES, 2006, p.81).

Entretanto, os rumos que se seguirão são indefinidos. Somente as políticas públicas com sua forte influência ideológica, é que determinará, mediante as demandas sociais existentes no lugar estudado, a trajetória a ser implementada ao desenvolvimento da atividade e prática turística.

Nesta conduta, propomos um estudo do município de Santo Antônio do Pinhal (SP), para realizarmos a aplicação destes procedimentos, no intuito de vislumbrarmos o desenvolvimento do turismo e suas diversas expressões, enaltecendo a realidade a partir do lugar, considerando sua identidade e valor, e assim revelarmos uma possível proposta de

zoneamento turístico representada em mapa, como um ensaio pautado em uma ação [raciocínio] consciente, capaz de elevar questões fundamentais para uma gestão voltada a um turismo consumptivo mais atento.

A escolha deste município se deu em virtude das suas peculiaridades, associada à sua proximidade a grandes centros urbanos e por estar inserido em áreas de proteção ambiental, o que favoreceu a pesquisa, elevando questões ambientais de relevância, despertando o interesse pelo estudo do turismo voltado à natureza e suas implicações no espaço.

Assim, passamos, a seguir, a uma descrição do município evidenciando suas particularidades nos permitindo um contato mais próximo com a sua realidade, e a partir deste conhecimento introduzir a análise dos atributos, para alcançarmos um lineamento metodológico favorável ao raciocínio de síntese, culminado na proposta de um mapa de zoneamento turístico para Santo Antônio do Pinhal.

CAPÍTULO 4

O município de Santo Antônio do Pinhal (SP)

A escolha do município de Santo Antônio do Pinhal como objeto de pesquisa, possibilitou atingirmos o objetivo proposto neste estudo. Ao empreendermos a análise dos atributos e variáveis que pudessem expressar a realidade atual do município, considerando seus aspectos naturais e sociais, compusemos a base para realizarmos a construção de uma coleção de mapas que nos serviu de apoio para atingirmos a síntese cartográfica.

Para compreendermos o raciocínio empreendido na análise, se faz necessário correremos nosso olhar por Santo Antônio do Pinhal.

4.1. Caracterização do município

O município de Santo Antônio do Pinhal está inserido na região serrana da Mantiqueira paulista, contando com excelente acessibilidade, estando muito próximo de importantes rodovias que ligam os dois maiores polos urbanos do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

O dinamismo econômico concentrado na região sudeste do país, se tornou um fator decisivo para que a rede de circulação fosse incrementada, através de uma malha rodoviária que se transformou no meio mais usual e responsável pelo desenvolvimento de diversas atividades econômicas. Atrelado à fluidez das mercadorias circulando neste eixo, a atividade turística foi beneficiada, ganhando significativa expressão na economia dos municípios localizados nas encostas e no alto da Serra.

Cabe salientar que a Serra da Mantiqueira apresenta uma vegetação que faz parte integrante de um dos poucos remanescentes da Mata Atlântica brasileira, um ecossistema rico em biodiversidade, mesmo considerando o processo de extinção de muitas espécies, tanto da flora como da fauna, que presenciamos na atualidade. Suas paisagens deslumbrantes e imponentes com um clima mais frio, sempre atraíram o interesse de inúmeras pessoas o que incrementou, ainda mais, o turismo na região.

O município de Santo Antônio do Pinhal está localizado na porção norte da Serra da Mantiqueira no leste paulista, como podemos verificar na figura 18, que traz a correspondência de seus limites em relação ao Brasil e ao Estado de São Paulo.

Figura 18: Localização da área de estudo

Fonte: Disponível em: < <http://www.santoantoniopinhalsp.gov.br/Fotos/mapa.jpg> >.
Acesso em: 02 fev. 2009.

Santo Antônio do Pinhal localizado na mesorregião do Vale do Paraíba Paulista, pertence à região administrativa de São José dos Campos e a microrregião de Campos do Jordão, a demarcação de seus limites no quadrante norte se faz com o município de São Bento do Sapucaí, a noroeste com Campos do Jordão, a leste com Pindamonhangaba, a sul com Tremembé, a sudoeste com Monteiro Lobato e a noroeste faz divisa com o estado de Minas Gerais sendo limítrofe ao município mineiro de Sapucaí Mirim.

Como podemos observar na figura 19 que apresenta o mapa da região administrativa de São José dos Campos indicando a localização do município.

Figura 19: Mapa da região administrativa de São José dos Campos (SP)

Fonte: Disponível em: < http://www.igc.sp.gov.br/mapras_sjosedcamp.htm >.
Acesso em: 24 nov. 2009.

Com uma área²⁵ de 132, 886 km² em topografia serrana, e altitudes variando entre 900 a 1.900 metros acima do nível do mar, o município conta com uma temperatura média anual de 21°C e apresenta uma precipitação pluviométrica média anual de 2.020 mm.

O município abriga, atualmente, uma população estimada de 7.219 habitantes, com uma densidade demográfica de 53,0 hab./km², registrando um grau de urbanização de 55,35%, conforme dados disponibilizados pela Fundação Sistema Estaduais de Análises de Dados (SEADE/2010).

Os solos, do município em sua maioria, são correspondentes da classe LV, Latossolo Vermelho Escuro com intrusões de Cambissolo, conforme estudo desenvolvido por Catelani, Batista e Pereira (2003) como podemos verificar na figura 20:

²⁵ Área definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da RESOLUÇÃO Nº 05 de 10/10/2002.

Figura 20: Classificação de solos do município de Santo Antônio do Pinhal (SP)

Fonte: Disponível em: < <http://marte.dpi.inpe.br/rep/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.18.18.04> >
Acesso em: 18 out. 2009.

De acordo com os dados consolidados levantados no Projeto LUPA 2007/2008, podemos verificar que em Santo Antônio do Pinhal, a área agricultável representa cerca de 540 ha, na qual aproximadamente 110 ha são de culturas perenes e 430 ha de cultura temporária, apresentando 5.040 ha com pastagens, 356 ha com reflorestamento e 3.278 ha de vegetação natural. As pequenas propriedades são predominantes no município, distribuídas conforme demonstrado no quadro 4:

Quadro 4: Quantidade de propriedades e a área correspondente em hectares

quantidade de propriedades	área em hectares (ha)
383	0 a 50
46	50 a 500
nenhuma	Acima de 500

Fonte: LUPA (2007/2008).

A ocupação do solo no município, nos últimos anos, vem sofrendo sensíveis alterações no tocante às áreas destinadas às atividades agropecuárias, o que podemos constatar na comparação dos dados apresentados pelo Projeto LUPA de 2007/2008 em relação aos de 1995/1996.

Nos levantamentos realizados pelo Projeto LUPA 1995/1996, os dados pertinentes das áreas agricultáveis representavam cerca de 700 ha, com aproximadamente 140 ha de culturas perenes e 560 ha em culturas temporárias. As áreas com pastagens compunham cerca de 5.740 ha, com 391 ha de reflorestamento e 2.209 ha de vegetação natural. Podemos perceber

que a vegetação natural teve um acréscimo considerável, cerca de 48,4% entre 1995 e 2008. A tabela 1 expressa os dados comparativos deste período:

Tabela 1: Comparativo dos dados censitários Projeto LUPA - 1995/1996 e 2007/2008

períodos	Áreas em hectares (ha)			
	agricultáveis	pastagens	reflorestamento	vegetação natural
1995/1996	700	5740	391	2209
2007/2008	540	5040	356	3278

Fonte: LUPA (2010).

Estes dados elucidam um redirecionamento nas atividades produtivas do município, que fica ainda mais evidente ao observarmos o gráfico 4, que demonstra a importância do setor de serviços, entre as outras atividades, em relação ao valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) do município.

Gráfico 4: Produto Interno Bruto 2007 – Santo Antônio do Pinhal

Fonte: IBGE (2010).

Diante destes elementos, podemos constatar uma transformação na base econômica predominantemente agropastoril do município, que apesar de manter as mesmas características estruturais, aponta para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao setor de serviços, entre as quais o turismo têm-se revelado com muita importância. Afinal, Santo Antônio do Pinhal é representativo de uma categoria de município que oferece grande potencial de atrativos turísticos com pouco recurso financeiro, sendo o turismo, na atualidade, uma das atividades que registra um acentuado crescimento, com um volume de negócios

movimentando cifras cada vez mais expressivas, conduziu o município a se integrar nesta tendência.

Para entendermos este processo é fundamental conhecermos a origem do município e um pouco dos desdobramentos de sua história.

4.2. A origem do município e o transcorrer da sua história

O povoamento do alto da serra da Mantiqueira originou-se das incursões dos bandeirantes, no final do século XVIII, em busca do ouro e de índios. Estimulado pelos portugueses, o bandeirante Gaspar Vaz da Cunha, conhecido como Oyaguara, seguiu em direção as minas de Itagiba (atual Itajubá), abrindo diversas trilhas, acessando caminhos, com o objetivo de receber suprimentos e produtos e escoar o ouro, vindo de Minas Gerais, para o litoral e o transporte para Portugal.

Em 1809, foi aberto um caminho pelos mineiros em terras habitadas pelos paulistas da Vila de Pindamonhangaba que já possuíam as sesmarias na região, mas logo foi fechada. Sua abertura oficial deu-se em 1811, ligando as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais, época em que a região começa a prosperar, ocorrendo à fundação da Freguesia de São Bento do Sapucaí em 1828, e as terras do alto da Serra ficaram pertencendo à nova freguesia.

Os caminhos traçados pelo alto da serra percorriam, necessariamente, pelas terras do atual município de Santo Antônio do Pinhal, pois constituía passagem obrigatória das penetrações para Minas Gerais, uma área litigiosa marcada por conflitos entre paulistas e mineiros pelo limite de suas divisas, cada um pretendendo para si a posse da terra, inúmeras disputas ocorreram culminando na expulsão dos mineiros.

O quartel que fora construído, nestas terras em julho de 1814, servindo de base e palco de muitos confrontos é abandonado e acaba sendo queimado em novembro do mesmo ano, por ordem das autoridades de Pindamonhangaba. Fato este que levou o povoado a receber o nome de Santo Antônio do Rancho Queimado (CABRAL, 1986).

Uma das características do povoamento da região serrana da Mantiqueira, eram as doações de terras aos santos padroeiros, o que Antônio José de Oliveira e sua esposa o fizeram em 1856, doando terras para a construção de uma capela consagrada a Santo Antônio de Pádua, local onde mais tarde seria fundada, em 1860, entre os pinheirais que lhe sugeriram o nome, a vila de Santo Antônio do Pinhal. No ano seguinte foi elevada a freguesia,

em terras do município de São Bento do Sapucaí. Em 04 de março de 1876 foi reconduzida à categoria de povoado e incorporada às terras do município de São Bento do Sapucaí, época em que ficou conhecida com o nome de Bairro do Pinhal.

A freguesia foi novamente criada em 16 de março de 1880 e transferida em 14 de dezembro de 1934, ao município de Campos do Jordão, retornando, como distrito, em 30 de novembro de 1944 a fazer parte do município de São Bento do Sapucaí. Elevado a município em 18 de fevereiro de 1959, somente no ano seguinte consolida-se sua autonomia político administrativa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e em 1967 torna-se Estância Climática.²⁶

Santo Antônio do Pinhal é um dos 15 municípios paulistas considerados estâncias climáticas pelo estado de São Paulo, por se enquadrar aos pré-requisitos definidos por Lei Estadual. Esta classificação lhe garante uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional.

O responsável pela elevação do município a Estância Climática em 1967, foi o então prefeito João Batista da Mota, que fez o acesso ao Pico Agudo, distante 9 km do centro da cidade. O pico com 1.700 metros de altitude proporciona uma visão panorâmica de 360°, avistando desde a Pedra do Baú em São Bento do Sapucaí até várias cidades do Vale do Paraíba, onde em dias claros é possível se avistar desde São José dos Campos até Aparecida do Norte. O Pico Agudo, desde então, transformou-se em um dos principais atrativos turísticos do município. Na figura 21 podemos observar a visão panorâmica que se tem do Pico Agudo.

Figura 21: Vista panorâmica do Pico Agudo (2008)

Fonte: Jonathan Nóbrega (2008).

²⁶Para saber mais sobre o município consultar o livro: “Santo Antônio do Pinhal, de Sertão a Município 1785 a 2009” SILVA e SILVA, 2009.

O Pico Agudo é um local apropriado para a prática de esportes de montanha. Desde o início da década de 1980 este pico vem sendo utilizado pelos praticantes do voo livre, o que promoveu um fluxo considerável de turistas para o município. Esta demanda impulsionou a instalação de novas pousadas e a ampliação do comércio. Podemos entender que as mudanças provocadas por esta atividade, tenham marcado o início do desenvolvimento do turismo no município.

Na figura 22 temos uma imagem aérea do Pico Agudo mostrando, no canto inferior direito, a decolagem da face sul com asas delta sendo montadas:

Figura 22: Vista aérea da decolagem do Pico Agudo (2008)

Fonte: Jonathan Nóbrega (2008).

4.3. Aspectos demográficos e socioeconômicos

Santo Antônio do Pinhal contava no ano de 1980 com uma população de 5.334 habitantes, de acordo com SEADE²⁷, dos quais 66,54% ocupavam a zona rural, dez anos depois em 1990 a população assinalou um aumento de apenas 28 pessoas, porém a sua

²⁷ Pesquisa no Sistema de Informações dos Municípios Paulistas (IMP) SEADE. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em 23 abr. 2010.

distribuição entre a zonal urbana e rural começa a se modificar, já no ano de 2002 ocorre um equilíbrio e a taxa de urbanização fica em 49,56%.

No ano de 2009, Santo Antônio do Pinhal passa a contar com 7.126 habitantes, dos quais 3.944 situados na zona urbana e 3.162 na área rural, sinalizando que o município teve um relativo crescimento populacional no período de 1980 a 2009, porém um significativo aumento na taxa de urbanização, conforme nos mostra a tabela 2:

Tabela 2: Crescimento demográfico e taxa de urbanização no período de 1980 a 2009

Anos	População Urbana	População Rural	População Total	Taxa de urbanização %
1980	1.785	3.549	5.334	33,46
1990	2.363	2.999	5.362	44,07
2000	3.031	3.297	6.328	47,90
2009	3.944	3.182	7.126	55,35

Fonte: SEADE (2010).

O número de habitantes mencionado, de acordo com dados disponibilizados pelo SEADE (2010), se refere à população residente no município, mas devido a sua característica turística, faz com que nele convivam duas populações a residente e a flutuante, principalmente, nos meses de inverno que se configura a alta temporada, período no qual os turistas procuram a região com mais intensidade.

O aumento populacional registrado, nestas quase três décadas, foi mais acentuado na zona urbana, enquanto a área rural sofreu leve retração. O gráfico 5 exprime esta comparação.

Gráfico 5: Proporção entre a população urbana e rural nos anos: 1980, 1990, 2002 e 2009

Fonte: elaborado com base nos dados SEADE (2010).

Ao analisarmos estas informações podemos perceber que o município teve um crescimento populacional urbano de 121% no período de 1980 a 2009, acompanhando o movimento de concentração urbana, que nos últimos tempos, tem sido sinalizado por diversas localidades do interior paulista.

O rendimento médio da população no município registrou R\$ 569,97, de acordo com o censo de 2000 (IBGE), a distribuição dos empregos formais com vínculo empregatício, segundo informações disponibilizadas pelo SEADE (2010), fica demonstrado na tabela 3, como segue:

Tabela 3: Quantidade de empregos formais nos anos: 1991, 1995, 2000, 2005 e 2008

Estabelecimentos	Anos				
	1991	1995	2000	2005	2008
Agricultura	9	84	125	137	157
Comércio	47	41	70	148	127
Serviços	170	195	403	422	505
Indústrias	8	47	15	31	56

Fonte: SEADE (2010).

Notamos que o setor de serviços abarca a maior parte da empregabilidade formal no município, principalmente a partir do ano de 2000, apontando um crescimento significativo, entretanto, devemos considerar que os empregos informais, no atual cenário econômico brasileiro, representam uma parte relevante da população ativa na composição da dinâmica econômica em qualquer localidade, mas estes dados não são mensurados, o que pode promover distorções na análise.

Assim, para melhor compreendermos como se estabelece a dinâmica econômica no município, destacamos na tabela 4 a quantidade de estabelecimentos instalados, nos anos de 1991, 1995, 2000, 2005 e 2008. Na sequência demonstramos na tabela 5 a proporção que estes estabelecimentos registram, no mesmo período, em relação ao total do território, conforme segue:

Tabela 4: Quantidade de estabelecimentos nos anos: 1991, 1995, 2000, 2005 e 2008

Estabelecimentos	Anos				
	1991	1995	2000	2005	2008
Agricultura	3	35	41	48	55
Comércio	14	20	27	57	65
Serviços	8	13	30	61	63
Indústrias	6	8	10	12	18

Fonte: SEADE (2010).

Tabela 5: Proporção de estabelecimentos instalados em relação ao total no município nos anos: 1991, 1995, 2000, 2005 e 2008

	Anos				
	1991	1995	2000	2005	2008
Estabelecimentos	% do total	% do total	% do total	% do total	% do total
Agricultura	8,11	42,68	37,96	26,52	27,23
Comércio	37,84	24,39	25,00	31,49	32,18
Serviços	21,62	15,85	27,78	33,70	31,19
Indústrias	16,22	9,76	9,26	6,63	8,91

Fonte: SEADE (2010).

Podemos perceber que a dinâmica econômica atual do município converge para as atividades ligadas ao setor terciário, com ênfase nos serviços e no comércio.

O turismo sendo uma atividade relacionada ao setor terciário, como vimos no capítulo 2, assume fortes indícios de ser o responsável por este dinamismo no município. Esta suposição se fortalece ao atentarmos as informações contidas no orçamento do município para os anos de 2006 e 2007²⁸, em que se projetou um acréscimo de 10% nas despesas gerais, entre os dois exercícios, sendo que o percentual de aumento previsto para os gastos com o turismo, no mesmo período, foi de 40%, o que evidencia, do ponto de vista da administração pública, um expressivo incremento para o setor turístico.

²⁸ Documentos disponíveis nos ANEXOS A e B.

O turismo, na atualidade, tem se revelado como um fator gerador de economia, o que reitera as informações coletadas na Acasap²⁹, indicando que o maior número de empregadores do município são as pousadas, seguido da prefeitura e do comércio, o que revela o importante papel que o turismo vem desempenhando no município.

Santo Antônio do Pinhal na atualidade, ainda, conserva suas características rurais, mantendo uma relativa produção agropecuária, o que baliza uma forte presença de costumes e hábitos tradicionais, demonstrando uma tendência natural para o desenvolvimento do turismo rural.

É marcante a religiosidade da população, contando com muitas capelas espalhadas pelos bairros rurais, bem como templos não católicos, os quais realizam muitas festas durante o ano todo. A igreja matriz de Santo Antônio construída em madeira em 1811, originada da capela Santo Antônio de Pádua, passou por várias reformas e hoje é palco para diversas festas religiosas que sustentam as tradições populares. As manifestações folclóricas estão muito presentes em todo município, com ênfase as festas religiosas e juninas que marcam um intenso calendário de eventos, do mesmo modo, a congada no bairro rural do Lajeado, onde ocorrem danças e espetáculos teatrais de origem africana (SENA, 2006).

Há que se ressaltar a importância da imigração japonesa para a região³⁰, que se instalou no município desde 1929, dando início ao processo de diversificação nas atividades agrícolas, com o desenvolvimento da produção hortifrutífera, que durante muitos anos foi destaque na economia de Santo Antônio do Pinhal.

Cabe lembrar que a colônia japonesa por suas características culturais, estabelece novos paradigmas por onde se instala, em Santo Antônio não foi diferente, como podemos evidenciar no relato a seguir:

Historicamente as atividades agrícolas em Santo Antônio do Pinhal sofreram várias alterações ao longo do tempo, enfatizando distintos produtos em diferentes circunstâncias e épocas decorrentes das condições do produto e mercado. A forte presença da colônia japonesa, receptiva as mudanças de ramo em função das necessidades objetivas, pode ter favorecido a capacidade local de adaptar o uso agrícola do solo as circunstâncias ambientais e as perspectivas do mercado (SENA, 2006, p.32).

A exploração agrícola realizada pela colônia japonesa foi introduzida, principalmente, nas terras altas do município, o que acarretou a retirada de boa parte da vegetação original,

²⁹ Informações cedidas em 13 de maio de 2010 pela Acasap (Associação Comercial e Turística de Santo Antônio do Pinhal) fundada em 24 de novembro de 1992 com sede no centro urbano do município.

³⁰ Segundo depoimento do Sr. Shiguero Takayama (pioneiro no cultivo de orquídeas no município), seu pai e outras famílias chegaram à região, durante a imigração japonesa para o Brasil, e se instalaram por estas terras, devido ao clima mais frio das montanhas, em busca de cura para doenças pulmonares, como a tuberculose. (entrevista concedida em 7 de setembro de 2009).

ocasionando um processo de erosão nas áreas com maior declividade. Porém, foram eles os responsáveis pelo intenso plantio de peras e pêssegos alavancando a economia do município.

No início da década de 1970, dá-se a introdução do cultivo de nectarina³¹ produzida, em sua maioria, por famílias japonesas, obtendo grande destaque no desenvolvimento agrícola do município, entretanto, com o declínio produtivo desta cultura provocado por conjunturas macro econômicas instaladas no final desta década, ocorre o enfraquecimento da atividade e alguns de seus produtores iniciam o cultivo de flores, com destaque para as orquídeas.

Atualmente, os orquidários existentes no município produzem para o mercado regional e atende, também, a demanda turística. A comercialização direta ao consumidor ocorre em um galpão instalado na Estação Eugênio Lefèvre, ponto de parada do bondinho de turistas da Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ), e anualmente é realizado o Festival da Orquídea um evento tradicional no calendário turístico da cidade.

4.4. Rede de transporte e acessibilidade

A região do Vale do Paraíba, até por volta de 1930, teve um peso significativo no setor produtivo da economia nacional, com a produção cafeeira, após sua decadência a região sofreu grandes transformações. Entretanto, as localidades do alto da Serra da Mantiqueira, devido ao seu clima e relevo desfavoráveis a cultura do café, mantiveram suas características pouco alteradas e parcialmente preservadas.

Nos anos de 1950 algumas indústrias foram instaladas no Vale do Paraíba, atreladas ao incipiente processo de industrialização brasileira, ocasião em que foi construído no município de São José dos Campos, o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) na mesma época que inaugurava a rodovia Presidente Dutra (BR-116), o que dinamizou a economia de vários municípios. Em contrapartida, a região serrana paulista encontrou na atividade turística seu suporte.

A acessibilidade sendo um fator de extrema relevância para o incremento da atividade turística, contou nos anos de 1980, com a construção da rodovia estadual Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123), que sem dúvida, foi um importante vetor para que o turismo se

³¹ Fruta híbrida resultante do cruzamento do pêssego com a ameixa vermelha de grande valor nutricional.

estabelecesse no alto da Serra da Mantiqueira, transformando-se em um marco para o desenvolvimento da atividade na região.

Os acessos que facilitam a chegada ao município de Santo Antônio do Pinhal são feitos através da rodovia Monteiro Lobato (SP-50), que interliga os municípios de São José dos Campos, Monteiro Lobato, Santo Antônio do Pinhal e Campos do Jordão; a rodovia Vereador Júlio da Silva (SP-42) tem início na SP-50, dando acesso ao município de São Bento do Sapucaí, bem como, as localidades do sul de Minas Gerais. A rodovia estadual Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123) permite a chegada ao município através de uma ponte rotatória, passando a quatro quilômetros da sede, esta rodovia está interligada à rodovia Carvalho Pinto, cruzando, em seu término, com a rodovia Presidente Dutra. A rodovia Osvado Barbosa Guisard (SP-46), percorre o município no sentido leste-oeste, fazendo a junção da rodovia SP-123 com a SP-50. Podemos observar estes traçados na figura 23:

Figura 23: Mapa Rodoviário – acessibilidade para Santo Antônio do Pinhal (SP)

Fonte: Disponível em: <<http://www.santoantoniopinhal.com.br/mapa/mapapinhhal.php>> . Acesso em: 28 ago. 2010.

O transporte público oferecido no município é muito precário, contando com uma *Van* que faz a linha do centro sentido bairro do José da Rosa, um núcleo urbano em formação, dispondo de apenas três horários ao dia. Para o bairro do Rio Preto, de onde se tem linhas diretas para Campos do Jordão, o transporte é possível através de ônibus que fazem as linhas no sentido sul de Minas e passam pelo centro em cinco horários durante o dia.

Localizada no trevo de acesso ao município, temos a Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ), cuja construção teve início em 1910 sendo inaugurada somente em 1914, ligando Pindamonhangaba a Campos do Jordão. Após vários anos desativada voltou a funcionar e, atualmente, sua atividade está totalmente direcionada ao turismo operando apenas nos finais de semana e feriados.

A EFCJ foi idealizada pelos médicos sanitaristas Emílio Marcondes Ribas e Victor Godinho com o objetivo de facilitar o acesso mais rápido aos pacientes rumo aos sanatórios situados em Campos do Jordão. O clima favorável para o tratamento de pessoas com doenças pulmonares, em especial a tuberculose, fez de Campos do Jordão um centro de tratamento, contando na década de 1940 com, aproximadamente, 14 sanatórios e dezenas de pensões para doentes, marcando a história do município.

Em 1924 a ferrovia foi totalmente eletrificada, por um sistema de linha suspensa de contato que fornece energia ao trem, com uma única subestação a Estação Eugênio Lefèvre, alimentando toda a sua extensão. Cabe ressaltar que é na EFCJ que se encontra o ponto ferroviário mais alto do Brasil, no Alto do Lajeado com 1.743 metros, conforme confirmamos na figura 24:

Figura 24: Alto do Lajeado

Fonte: Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alto_do_Lajeado,_Campos_do_Jord%C3%A3o.JPG>

Acesso em: 28 ago. 2010.

Para alcançar o ponto culminante ferroviário do Brasil, o trem percorre um trecho em que rompe uma distância de 16 km com um desnível de 1339 metros, atingido por livre aderência dos trilhos uma inclinação de 11%, subindo rampas sem o auxílio de nenhum recurso, o que marca a EFCJ como a única no mundo a apresentar tal inclinação. O que podemos observar na figura 25:

Figura 25: EFCJ - trecho de 11% de inclinação

Fonte: Disponível em:

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cc/Estrada_de_Ferro_Campos_do_Jord%C3%A3o%2C_rampa_dos_11_porcento.JPG> Acesso em: 28 ago. 2010.

A EFCJ, desde sua inauguração, teve um papel muito importante para a região. Em Santo Antônio do Pinhal antes de sua construção, o transporte era feito exclusivamente por animais, principalmente os burros que serviam como o meio de locomoção mais usual. A ferrovia facilitou a vida de seus habitantes, escoando sua produção permitindo seu trânsito mais rápido, transformando-se no principal meio de acesso para as cidades do Vale do Paraíba.

O bondinho que transita pela ferrovia tem parada obrigatória na Estação Eugênio Lefèvre, inaugurada em 1919, considerada uma verdadeira reliquia da história ferroviária do país, mantendo até hoje, os traços originais de sua arquitetura.

Por ser um ponto de parada e localizada a beira da rodovia, a Estação é um atrativo muito frequentado, porém, muitos turistas acabam nem se dirigindo a sede do município, que está distante, apenas, 4 km.

Na figura 26 podemos observar uma área pitoresca, onde o bondinho realiza a manobra de retorno através de um processo manual.

Figura 26: Foto do bondinho sendo empurrado por um funcionário da EFCJ

Fonte: Disponível em : < <http://www.santoantoniadopinhal.sp.gov.br/atrativos> >
Acesso em: 23 mar. 2010.

Em frente à Estação Eugênio Lefèvre encontra-se o mirante, com um patio em que se ergue uma grande imagem da Nossa Senhora Auxiliadora, do qual podemos avistar os contornos do Vale do Paraíba e algumas de suas cidades.

Este mirante proporciona uma visão panorâmica permitindo a contemplação da paisagem, que expressa uma natureza pouco alterada em contato com as extremidades das cidades, traçando uma imagem que potencializa este atrativo, atraindo o interesse de muitas pessoas, o transformando em um dos principais pontos turísticos de Santo Antônio do Pinhal.

Na figura 27 podemos observar a imagem da Nossa Senhora Auxiliadora e termos a visão da paisagem oferecida do ângulo do mirante.

Figura 27: Mirante Nossa Senhora Auxiliadora

Fonte: Disponível em: <<http://www.itrip.com.br/turismo-brasil/sao-paulo/santo-antonio-do-pinhal/o-que-fazer/mirante-nossa-senhora-auxiliadora-3523>> Acesso em 29 ago. 2010.

4.5. Aspectos relevantes sobre a incidência do turismo no município

O turismo em Santo Antônio do Pinhal está intimamente relacionado ao município de Campos do Jordão, o qual exerce fortes influências em seus vizinhos, pela abertura de oportunidades impulsionada por um intenso fluxo de pessoas na região, principalmente, na alta temporada, que ocorre nos meses de junho e julho assinalando a estação do inverno brasileiro.

O entrelaçamento de suas histórias já sinalizava caminhos muito estreitos, a proximidade provocou o florescimento de um turismo incipiente em Santo Antônio do Pinhal, esboçando uma dependência da demanda turística saturada de Campos do Jordão, em que o transbordamento do seu excedente, potencializa, até hoje, o crescimento da atividade turística no município.

Campos do Jordão com um grande fluxo turístico, principalmente na alta temporada, acaba não comportando a excessiva demanda de turistas, que passam a procurar os municípios vizinhos, como alternativos para o pernoite, esta circunstância fez com que Santo Antônio do Pinhal hospedasse parte deste contingente, caracterizando-se como uma “cidade dormitório” (SENA, 2006).

A paisagem, o clima, traçado pelas mesmas condições geográficas, associado à infraestrutura viária e de transportes, fomentou o desenvolvimento do turismo na região, refletindo, também, na valorização das terras despertando cada vez mais o interesse de investidores.

Em Santo Antônio do Pinhal a tendência de crescimento de empreendimentos imobiliários, vem se solidificando com mais intensidade nos últimos tempos, porém, por estar inserido em área de proteção ambiental (APA) certas restrições lhe são impostas. Mesmo assim, o interesse por parte de especuladores tem crescido.

Entretanto, em Campos do Jordão tem ocorrido um processo, que pudemos observar no capítulo 2, no tocante a valorização da terra, na qual os especuladores imobiliários e loteadores se privilegiam dos investimentos públicos, deixando em desvantagem a população de baixa renda, que também, paga por estes implementos, ficando reservada, a esta população, áreas periféricas de difícil acesso, ou até mesmo promovem a retirada de famílias das terras que lhes interessam. Este tipo de dinâmica tem ocorrido com muita frequência na atualidade.

As atividades turísticas em Campos do Jordão estão em pleno desenvolvimento. Um exemplo disto é o festival de inverno, que se firmou como um evento de relevância na música erudita do País.

Cabe lembrarmos que Campos do Jordão sofreu uma transição, passando de cidade associada à saúde, como ficou marcada no início de sua história, para uma cidade voltada ao turismo. Este processo se deu devido alguns fatores que contribuíram decisivamente para que se estabelecesse esta transformação.

Um fator de extrema importância nesta transformação foi o zoneamento do município realizado no final dos anos de 1930, preconizando a localização dos sanatórios fora da zona urbana e a proibição de pensões para doentes na zona residencial, garantindo as condições de pleno usufruto dos turistas na cidade, sem o receio de contágio, pois as pessoas em tratamento ficaram confinadas em hospitais distantes do centro urbano. Outro fator a ser destacado neste processo foi à construção do Grande Hotel em 1944 pelo Governo do Estado, sendo instalado no ano seguinte o cassino que funcionou até 1946. O estabelecimento de alguns hotéis de luxo e os empreendimentos voltados a construções de casas de veraneio, também, constituíram-se em fatores de incremento do turismo em Campos do Jordão.

Estes eventos acompanhados pela procura cada vez maior de turistas motivados pela mídia, aparada por um forte *marketing* turístico, associado ao investimento realizado pelo Estado, com a implementação de equipamentos e a promoção de grandes acontecimentos artísticos e culturais, consolidou Campos do Jordão como polo turístico na região.

Refletindo este processo, podemos ressaltar as observações de Cruz (2007, p.112) ao expressar que:

O turismo é uma atividade que transforma parcelas do espaço em mercadorias, [...] redefinindo funções para cada um desses lugares. Cada território passa a ter um ordenamento específico e intencional, dependendo do que se pretende por meio das ações dos atores envolvidos no processo de turistificação dos lugares.

Desta forma, o turismo em Campos do Jordão intensificou-se, apropriando-se de uma imagem criada, identificada na sua urbanização através de construções em estilo alpino, remetendo a arquitetura de cidades européias, o que a levou ser chamada de “Suíça brasileira” (SENA, 2006).

Este traçado arquitetônico que caracteriza Campos do Jordão é reproduzido em Santo Antônio do Pinhal, por algumas construções direcionadas ao turismo, especialmente as pousadas, entretanto, o município reporta a um estilo bastante híbrido, não possuindo um padrão homogêneo como o firmado pelo seu vizinho.

A urbanização em Santo Antônio do Pinhal apresenta um núcleo central e diversos bairros rurais espalhados pelo seu território, alguns são mais populosos que outros, mas todos convivem com problemas marcados pelo relevo acidentado, o que dificulta a presença de infraestruturas básicas.

Os 20 bairros rurais são: Sertãozinho, São Gotardo, Cachoeira, Eugênio Lefèvre Renópolis, Barreiro, Machadinho, Santa Cruz, Fazenda Velha, Lajeado, José da Rosa, Cassununga, Mouras, São Judas, Pinhalzinho, Rio Preto, Rio Preto de Cima, Rio Preto de Baixo, Barreirinho e Boa Vista. No bairro do José da Rosa, distante 12 km do centro, onde residem em torno de 250 famílias, têm-se a formação de um núcleo urbano em expansão, possuindo escola, posto de gasolina, posto de saúde, igreja, olarias, fábrica de blocos e pousadas. No Lajeado, a 8 km do centro, contando com a moradia de aproximadamente 70 famílias, encontramos escola, posto de saúde, campo de futebol, igreja e pequeno comércio. No Rio Preto, a 7 km do centro, contando com cerca de 250 famílias, existe posto de saúde, campo de futebol, vendas, igrejas e pousadas. Na região do Sertãozinho e Pico Agudo, onde vivem em torno de 200 famílias, também, encontramos os mesmos equipamentos comuns aos demais bairros citados, além de muitas chácaras de lazer, pousadas e restaurantes (SENA, 2006).

Com relação à educação, de acordo com o SEADE, o município apresentou uma taxa de analfabetismo no ano de 2000 de 12,22%, muito alta se comparada aos 4,89% apontados no Estado de São Paulo, neste mesmo ano, no entanto, Santo Antônio do Pinhal assinalou no ano de 1991 uma taxa de 19,34%, o que mostra uma sensível redução no período.

Na atualidade, a estrutura educacional conta com o total de onze escolas, das quais nove são municipais, uma com educação infantil e creche, seis atendendo o ciclo básico I (ensino fundamental de 1ª a 4ª séries) e duas de ciclo básico I e II (ensino fundamental de 1ª a 8ª séries); uma estadual oferecendo o ciclo básico II (ensino fundamental de 5ª a 8ª séries), ensino médio (de 1ª a 3ª séries) e EJA (escola de jovens e adultos); e uma escola privada de educação infantil.

Cabe ressaltar que, atualmente, os alunos da rede municipal de ensino de 1ª a 8ª séries, apresentam na sua grade curricular uma disciplina denominada Ecoturismo, focando o aprendizado na importância de preservar o meio ambiente e a natureza (SILVA e SILVA, 2009). Este fato sinaliza que o município está direcionando suas bases na construção de um tipo de turismo consciente, voltado ao desenvolvimento de uma formação que privilegie uma prática da atividade com coerência e respeito à preservação e conservação do seu patrimônio natural.

No tocante a saúde o município conta com seis estabelecimentos públicos municipais, que são atendidos por dois médicos, assistido por uma equipe de seis enfermeiras e auxiliares, contando com treze agentes comunitários de saúde dando apoio ao programa de saúde à família (PSF) tanto na zona urbana quanto na rural³².

Podemos perceber que Santo Antônio do Pinhal precisa de maiores investimentos na área da saúde, pois sua estrutura é precária, não comportando as necessidades da população local, o que se agrava, ainda mais, ao considerarmos o acréscimo da população flutuante, principalmente, na alta temporada. Os tratamentos de saúde mais específicos e os casos mais graves são direcionados aos hospitais de Campos do Jordão ou para as cidades mais próximas no Vale do Paraíba.

Os investimentos públicos, nos últimos tempos foram direcionados a valorização do patrimônio urbanístico da cidade, com a realização de obras de revitalização, promovendo o embelezamento das ruas centrais, refazendo a iluminação, instalando bancos de madeira nas ruas e praças, a pavimentação, também, foi refeita, a rodoviária foi totalmente reformada, destinou-se um local para a Associação dos Produtores Rurais efetuarem suas vendas direto ao consumidor, e a inauguração do Parque Linear das Águas, que conta com equipamentos para ginásticos instalados na rua beirando o rio da Prata - a chamada Academia ao Ar Livre – gratuitos e com acesso para todos. Estas ações não só dizem respeito à vida dos moradores como favorecem o turismo no município.

Podemos verificar na figura 28 um comparativo das imagens do centro urbano, como se apresentava nos anos de 1930, tendo sofrido poucas alterações até os anos de 2006, quando iniciaram as obras de revitalização, e como se mostra na atualidade.

Figura 28: Imagem do centro urbano antes e depois das obras de revitalização

Fonte: Prefeitura de Santo Antônio do Pinhal, 1930 - arquivo pessoal, 2009.

³² Informações fornecidas pela Prefeitura, através do Programa de Saúde a Família (PSF), em 10 de setembro de 2008.

O centro urbano de Santo Antônio do Pinhal é cortado pelo rio da Prata, acompanhado por duas vias paralelas de sentido único e opostos, no qual o fluxo de veículos, nos finais de semana e feriados, acontece de forma tranquila. Porém, sendo uma destas vias a estrada estadual a Oswaldo Barbosa Guisard (SP-46), que permite o acesso ao sul de Minas Gerais, ocorre o tráfego de caminhões pesados que circulam neste trecho dando vazão e escoando mercadorias entre os dois estados.

Neste trajeto que corta o centro estão localizados alguns estabelecimentos voltados ao turismo, onde está situado o único *shopping* da cidade, 9 pousadas, 16 restaurantes e várias lojas. Conta, também, com a presença de atrativos específicos: pesqueiro, parque de jardins temáticos, igrejas, fontes, a trilha das cruzeiras, a praça do artesão, o parque linear das águas, a rodoviária, o clube e um campo de futebol.

Podemos observar diferentes roteiros compondo os principais atrativos turísticos do município e sua localização, através da figura 29:

Figura 29: Roteiros turísticos em Santo Antônio do Pinhal

Fonte: Disponível em: < <http://www.santoantoniopinhal.com.br> >. Acesso em: 28 de fev. 2009.

No centro da cidade fica localizada a praça do artesão que, também, recebeu implementações com as obras de revitalização empreendidas no centro urbano. Conta, atualmente, com um palco capaz de receber shows e eventos, um *toríi* e um jardim japonês, construído como forma de homenagear o centenário da Imigração Japonesa no Brasil e celebrar os 80 anos da presença da colônia nipônica no município. Cortada pela principal via de acesso à cidade, beirando o rio da Prata, temos seu prolongamento disposto em uma área que rodeia a Fonte Santo Antônio, ocupada por algumas barracas fixas em madeira, compondo uma pequena estrutura, que comercializa artigos em tricô e crochê. Segundo Sena (2006), o artesanato no município não possui uma representatividade capaz de expressar a cultura local.

O Mirante do Cruzeiro encontra-se, em um dos pontos mais altos do centro da cidade, com aproximadamente 1.300 metros de altitude do nível do mar, onde o visitante pode avistar todo o centro da cidade. No caminho pelo morro do cruzeiro para chegar ao mirante, localiza-se a Trilha das Cruzes um percurso considerado de nível fácil, de cerca de 1 km, ornamentada com cruzeiros de madeira, com calçamento em toda a sua extensão, permitindo um estreito contato com a natureza, podendo avistar diversas espécies animais e vegetais típicas da região.

Vale ressaltar que Santo Antônio do Pinhal apresenta condições ambientais ideais para a presença e manutenção de grande diversidade de espécies da fauna e da flora. Assim, encontramos no município muitos pássaros: tucanos, pica-pau, maritacas e, com maior efetivo, os jacus que convivem harmonicamente com o seu entorno, compondo um cenário autêntico e representativo do imaginário de lugares tranquilos situados nas montanhas.

Figura 30: Representantes da fauna e da flora no município

Fonte: Arquivo pessoal (2009).

Como bons representantes da flora no município, podemos destacar as bromélias, as orquídeas, as hortênsias, as quaresmeiras, entre outras, revelando uma paisagem extremamente atraente, tanto na diversidade de seus perfumes como em suas cores, integrando um ambiente agradável e muito diferente dos encontrados nos grandes centros urbanos contemporâneos. O que nos remete ao incessante desejo pela busca do inusitado, extremamente explorado e comercializado pelo *marketing* turístico na atualidade (BOYER, 2003).

Estes traços singularizam o município compondo uma imagem que potencializa, ainda mais, o desenvolvimento de um turismo voltado à natureza, esboçando possibilidades para práticas contemplativas, de observação dos pássaros, indicando fortes tendências ao estabelecimento do turismo rural e do ecoturismo.

As fontes de águas límpidas e medicinais estão localizadas na área central, a Fonte Santo Antônio com água radioativa, a Fonte Santo Estevão de águas ferruginosas e a Fonte São Geraldo, que fica na entrada da cidade com água magnesiana. As águas cristalinas e frias que percorrem o município favoreceram a instalação de diversos pesqueiros com tanques de trutas, um dos itens da gastronomia típica da região.

A gastronomia conta com eventos marcados no calendário turístico da cidade, com o Festival da Truta e a Festa do Pinhão, que atraem muitos turistas para o município. Podemos destacar, ainda, os famosos chocolates típicos da região, assim como, o mel e a própolis que são considerados de excelente qualidade, segundo IBGE o município produziu em 2008, 5.200kg de mel entre os diversos apiários existentes.

O município tem algumas cachoeiras, como a Cachoeira do Lajeado localizada na estrada que dá acesso ao bairro de mesmo nome, possui uma queda de 27 metros, permitindo a prática do *rappel* e tem um tanque apropriado para banho, esta cachoeira de propriedade privada, admite o acesso de visitantes mediante o pagamento de uma taxa de visitação. O Recanto das Águas é uma cachoeira que, também, se encontra em propriedade particular, tendo seu acesso restrito aos hóspedes da pousada instalada nesta área. A Cachoeira do Funil, situada no bairro do Rio Preto, as margens da rodovia SP-50, da qual sai um rio que desaparece na mata, percorrendo o subsolo por, aproximadamente, 500 metros até aflorar, novamente, à superfície. A Cachoeira do Rancho Feliz, também, localizada no bairro do Rio Preto, em meio à mata, está preservada e própria ao banho. Por esta mesma estrada a SP-50, em direção a Campos do Jordão, encontra-se a Cachoeira do Cassununga (SENA, 2006).

Estas características reafirmam a tendência cada vez mais marcante que vem se estabelecendo no município, para o desenvolvimento de um tipo de turismo ligado à natureza, aos esportes de aventura, ao ecoturismo e a ruralidade que o singularizam.

Em contrapartida, com a prerrogativa de fomentar o turismo de maneira mais abrangente, podemos destacar as ações do COMTUR³³ (Conselho Municipal de Turismo) que tem promovido em suas reuniões discussões de questões fundamentais para a promoção do turismo, como uma tentativa de organização e expansão da atividade no município.

Nos últimos tempos, Santo Antônio do Pinhal no âmbito das políticas públicas, embora não tenha finalizado um Plano Diretor, que ainda está em fase de elaboração, tem direcionado o foco do planejamento econômico do município para a atividade turística.

Diante deste cenário com perspectivas potenciais para o desenvolvimento de um tipo de turismo voltado para grandes fluxos, podemos vislumbrar rumos preocupantes para a atividade no município, do ponto de vista ambiental. Para atender a demanda já existente, Santo Antônio do Pinhal requer implementos em sua infraestrutura, se considerarmos um aumento significativo no fluxo, necessariamente teriam que ocorrer investimentos e adequações. Uma demanda acentuada, sem um planejamento participativo adequado, possibilitaria a ocorrência de agressões ao ambiente, comprometendo a rotina e a vida dos residentes, principalmente se não estiverem envolvidos no processo.

Tais evidências são nitidamente vivenciadas pelo município vizinho Campos do Jordão, que promoveu, durante o processo de intensificação da atividade turística, o crescimento da população pobre e desempregada que ocupou áreas de risco em condições habitacionais precárias, comprometendo e transformando a paisagem natural.

Nos últimos anos Santo Antônio do Pinhal tem recebido cada vez mais turistas, o que tem promovido grandes alterações em sua distribuição espacial. Podemos perceber um expressivo aumento na oferta dos meios de hospedagem no município, contado atualmente com 51 pousadas/hotéis com capacidade de aproximadamente 1200 leitos³⁴, agregando todos os estilos, desde as mais sofisticadas até as mais simples, todas voltadas a atender uma clientela cada vez mais exigente. Acompanhando este movimento o comércio local se ampliou de maneira efetiva, contando, também, com a presença de alguns empreendimentos que funcionam somente nas temporadas de inverno, situação que caracteriza a sazonalidade típica da região serrana.

³³ Composto por um colegiado contando em sua maioria com empreendedores ligados a hospedagem e com pequena representatividade da população local.

³⁴ Informações fornecidas pela secretária Benedita Edna da Silva Claro da Acasap, em 13 de agosto de 2010.

Estas alterações, também, estão associadas a um incremento no setor da construção civil e nos empreendimentos imobiliários com uma significativa oferta de imóveis destinados a demanda turística, que tem procurado estabelecer sua segunda residência³⁵, este movimento trouxe como consequência à valorização do m² do solo pinhalense.

A expansão imobiliária associada ao aumento do setor de serviços reflete um redirecionamento das atividades produtivas do município, destacando o turismo como um vetor de grandes mudanças na economia e na vida social de Santo Antônio do Pinhal.

Os investimentos e incrementos voltados ao turismo, somados as características que envolvem a região, apontando um clima, classificado como tropical de altitude, tendo na distribuição de suas temperaturas o seu traço mais emblemático, principalmente na alta temporada, constituem fortes atrativos, compondo belas paisagens, que desperta o interesse de muitos turistas para a região.

A paisagem, como foi tratada no capítulo 2, destacada como um recurso no mundo das imagens do turismo, sem dúvida, contribuiu e contribui para o desenvolvimento da atividade turística no município.

4.6. Aspectos de relevância ambiental

O processo de redução da cobertura florestal no município de Santo Antônio do Pinhal intensificou-se de forma mais acentuada por volta da década de 1950, quando a pecuária destinada à produção leiteira, concomitante ao estabelecimento das primeiras granjas e o desenvolvimento do cultivo hortifrutífero, se instalaram, principalmente, nos topos dos morros do município.

O incremento destas atividades nas áreas de mata, composta por vegetação nativa, secundária, com a presença de araucárias (*Araucaria angustifolia*), desencadeou um processo marcado por sensíveis transformações alterando a paisagem, o que ocasionou impactos negativos do ponto de vista ambiental (SENA, 2006).

Em um estudo sobre o município de Santo Antônio do Pinhal, Catelani e Barbosa (2007), analisaram as áreas de topos de morros, classificadas de acordo com a legislação

³⁵ Na classificação do IBGE figuram como residências de uso ocasional.

ambiental brasileira como áreas de proteção permanente (APPs), apontando duas situações que merecem atenção ao colocar que:

[...] em primeiro lugar, destaca-se que as APPs abrangem uma área de 7.218 ha, equivalentes a 52,2% da área total do município, um aspecto muito positivo do ponto de vista ambiental, porém extremamente restritivo em relação ao uso do solo. Em segundo, a ocorrência de APPs de topo de Morro em uma área de 4.227 ha, correspondente a 30,7% da área total do município, o que demonstra o caráter restritivo ao uso da terra imposto por essa classe de APPs, especialmente em regiões com relevo ondulado como no domínio dos Mares de Morros em que se insere a área estudada (CATELANI, 2007, p.33).

As restrições impostas pela legislação ambiental com a criação de dispositivos legais visando à proteção e preservação de áreas ou atributos da paisagem dotados de características especiais, se estabelecem através do Poder Público no âmbito federal, estadual e municipal, que determinam através de decretos a criação de unidades de conservação.

As unidades de conservação têm como objetivo garantir a manutenção e proteção de áreas de especial interesse ecológico, científico, paisagístico, faunístico e cultural. Estas áreas foram instituídas para resguardar o patrimônio cultural e natural dos biomas ameaçados, e para manter a qualidade dos recursos hídricos, para preservar as características do solo, minimizar a poluição e controlar o uso indiscriminado dos recursos naturais.

Para melhor atingir estes objetivos, foram criadas categorias constituídas dentro das unidades de conservação, diferenciadas pelo tipo de restrição em relação ao uso da área protegida. Nas áreas de proteção ambiental (APA) se permite a coexistência de diferentes usos desde que fique garantida a harmonia entre desenvolvimento e qualidade ambiental dos recursos naturais, o que não ocorre com as áreas de proteção permanente (APP) que se restringe o uso para qualquer tipo de atividade, prevalecendo à conservação da área de forma integral.

Os territórios dos municípios de Santo Antônio do Pinhal e de São Bento do Sapucaí, que lhe é limítrofe, formam a unidade de conservação a APA Estadual de Sapucaí Mirim, criada pelo Decreto nº 43.285 de 03 de julho de 1998, para proteger os remanescentes da vegetação nativa e a qualidade dos cursos d'água, especialmente a bacia hidrográfica do rio Sapucaí, responsável pelo abastecimento local e de boa parte dos municípios mineiros (SENA, 2006).

A APA Estadual de Sapucaí Mirim por estar em uma área geográfica continua e interligada, com atributos ambientais comuns a APA de Campos do Jordão, corroborou para a criação da Lei Estadual nº 4.105 de 26 de junho de 1984, que instituiu a gestão ambiental integrada (SENA, 2004).

Nestas áreas de proteção ambiental podemos encontrar algumas cabeceiras, com nascentes de água potável, que abastecem além de muitos municípios mineiros, grande parte dos municípios do Vale do Paraíba. Cabe lembrar que na língua indígena, Mantiqueira significa “o lugar em que nasce as águas” referenciando a importância de seus mananciais, que abastecem diversas localidades, motivo pelo qual são protegidos por unidades de conservação (SENA, 2006).

A Figura 31 mostra a localização da área da APA Estadual de Sapucaí Mirim em relação ao Estado de São Paulo e seus municípios integrantes.

Figura 31: Mapa: APA Sapucaí-Mirim

Fonte: Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo – SMA/CPA 1998.
Secretaria do Estado do Meio Ambiente / Coordenadoria de Planejamento Ambiental.

A Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal está protegida por duas áreas de proteção ambiental (APA Federal e Estadual), que se apresentam sobrepostas, como podemos verificar na figura 32:

Figura 32: Unidades de conservação na Serra da Mantiqueira

Fonte: SENA (2006, p.48).

O fato de Santo Antônio do Pinhal estar sob dupla proteção ambiental exige muita atenção e critério nas intervenções produzidas em seu espaço, na medida em que existem limites restritivos acentuados em relação ao uso e ocupação do solo.

Este caráter restritivo imposto pela legislação ambiental, paradoxalmente favorece o turismo voltado à natureza, que se apropria das paisagens preservadas ou pouco alteradas, para incrementar a atividade no município, sustentando e intensificando implementações voltadas ao ecoturismo. Reiterando o que citamos no capítulo 2, ao tratarmos do ecoturismo como um meio de inibir atividades mais predatórias promovendo um turismo mais leve e seletivo voltado a ambientes naturais.

Entretanto, devemos destacar uma tendência assumida neste tipo de turismo, conforme expõe Lima (2003, p.73) “[...] o turismo é cada vez mais desenvolvido para proporcionar um fundamento econômico lógico para a preservação de áreas naturais”.

Neste sentido, há que se ressaltar que toda e qualquer atividade introduzida em áreas preservadas, necessariamente, irá impingir impactos, sejam positivos, negativos, mais ou menos intensos.

No tocante aos aspectos físicos podemos ressaltar que as características morfológicas constitutivas da Serra da Mantiqueira, onde ocorre o predomínio de terras altas e desníveis abruptos originários de movimentos de elevação e descida da crosta terrestre, favoreceu a composição de diversificadas formas topográficas. Estes traços marcantes da Mantiqueira se apresentam em Santo Antônio do Pinhal, em seu relevo montanhoso e acidentado, contando com um solo de cobertura porosa e permeável. Esta estrutura morfoescultural associada à disponibilidade hídrica da região potencializa a predisposição do surgimento de processos de deslizamentos, assoreamentos dos cursos d’água e erosões (CBH-SM, 2009).

Conexo a estas circunstâncias o município apresenta um crescimento demográfico acompanhado de uma ocupação desordenada, ocorrendo, principalmente, nas áreas com maior declividade, o que intensifica situações propícias a eventos de desestabilização, acelerando o processo erosivo natural.

Este quadro pode ser verificado de forma mais acentuada no bairro do José da Rosa, que sendo limítrofe a Campos do Jordão, é absorvido por parte da população trabalhadora de baixa renda do seu vizinho, que acabam instalando suas moradias nas encostas, sem nenhum planejamento, predispondo a ocorrência de sérios problemas ambientais.

A dispersão espacial existente entre os bairros rurais e a sede do município, favorece o estabelecimento deste tipo de problema, pois não há contingente suficiente, por parte dos órgãos públicos, para uma fiscalização mais efetiva.

As construções irregulares, também, ocorrem na região urbana, como podemos observar na figura 33, que mostra o rio da Prata com uma casa construída sobre o seu curso.

Figura 33: Rio da Prata no centro de Santo Antônio do Pinhal

Fonte: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI-1 (SM/2004).

O rio da Prata, que corta o município no sentido Leste/Oeste, passando pela sede, hoje apresenta em seu curso trechos assoreados e construções irregulares, o que ocasiona sérios problemas do ponto de vista ambiental.

Devido ao relevo montanhoso e acidentado, a dispersão entre os bairros rurais, alguns bem distantes da sede, dificultaram a instalação de redes de esgoto que pudessem contemplar as necessidades de saneamento básico para todo município. Esta questão é extremamente delicada e impõem à gestão municipal, um grande desafio que terá que solucionar em caráter de urgência. O aumento da população flutuante, ocasionado pelo fluxo turístico intensificado, consequência dos crescentes incrementos realizados no setor, contribui para agravar, ainda mais, este quadro.

A expansão urbana desordenada, os loteamentos clandestinos, as agressões aos rios e mananciais, são pontos negativos a serem destacados. Entretanto, o município consegue manter preservado grande parte de seu patrimônio natural e cultural, tarefa delicada, quando consideramos um cenário com circunstâncias adversas.

Contudo, o turismo em seu dinamismo vem ganhando cada vez mais importância para o município, não só sob o aspecto econômico que lhe é intrínseco, como também, no sentido de favorecer um contato mais estreito do homem com a natureza e com a cultura local que ainda mantêm suas características rurais.

CAPÍTULO 5

Cartografia de Análise e Cartografia de Síntese, sugerindo uma proposta de Zoneamento Turístico

Dando continuidade à análise, apresentamos nesta sessão uma coleção de mapas que possibilitou empreendermos sucessivos raciocínios, embasados nas premissas teórico-metodológicas explanadas no corpo deste estudo, que nos forneceu a base necessária para realizarmos a síntese cartográfica, nos conduzindo a uma proposta preliminar de zoneamento turístico para Santo Antônio do Pinhal.

Para tanto, dividimos este capítulo em três partes evidenciando de forma clara a metodologia empregada na elaboração dos diversos mapas e o raciocínio empreendido até chegarmos ao produto final com a proposta preliminar de zoneamento turístico para o citado município.

5.1. Cartografia de análise no levantamento da caracterização do município

Partindo da análise desenvolvida no capítulo 4, pudemos construir uma coleção de mapas dos atributos e variáveis pertinentes, com o intuito de alcançarmos um amplo entendimento das manifestações presentes na realidade atual do município.

Foram utilizados mapas de fontes confiáveis que os adaptamos à escala de trabalho e mapas que construímos com o intuito de atingirmos uma visão compatível à proposta anunciada.

Para a construção destes mapas utilizamos o programa AutoCAD 2004, no qual inserimos a base digital cartográfica oriunda da fusão das cartas topográficas dos municípios de Monteiro Lobato (SF-23-Y-B-V-3) e do município de Tremembé (SF-23-Y-B-V-4), ano 1972 e 1974 respectivamente, na escala 1: 50.000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Delimitamos os aspectos de interesse e georreferenciamos os atributos ou variáveis selecionadas, as curvas de nível com equidistância de 100 metros, a hidrografia principal e a rede de transportes com as vias mais importantes.

Estabelecemos a equidistância de 100 metros para as curvas de nível na representação do relevo, devido ao excesso de linhas da carta topográfica original, que possui uma equidistância de 20 metros, possibilitando uma visualização menos congestionada, uma vez que o município possui características peculiares da região serrana do alto da Mantiqueira. Ela corresponde, em grande parte, a uma região paulista de terras altas, modelada sobre rochas cristalinas muito antigas, resultando em um relevo acidentado com desníveis altimétricos abruptos com vertentes íngremes e escarpadas.

Como podemos constatar na figura 34 que traz o mapa Santo Antônio do Pinhal (SP) Relevo – 2010, com o traçado do relevo apresentando as curvas de nível selecionadas, através de onze linhas coloridas obedecendo a uma ordem visual crescente, embasada na aplicação da proposta da representação do relevo por “cores hipsométricas”³⁶ em consonância com as regras da gramática da linguagem da representação gráfica, permitindo a construção de uma imagem estruturada pela sua legenda, promovendo uma leitura adequada a representação do relevo em pequena escala.

Assim, as cores selecionadas partem do amarelo claro correspondendo à região mais baixa identificada pela linha dos 900 metros, passando por uma sucessão crescente de tons em degradé, até chegar ao preto indicando os 1900 metros, representando a altitude mais elevada do relevo encontrada dentro do limite do município.

A escolha das cores em degradé, para elucidar as altitudes marcadas pelo relevo, vem de encontro às orientações metodológicas da representação gráfica, que define o uso de uma ordem visual, que organiza os matizes desde os mais claros até os mais escuros (MARTINELLI, 2006, p. 20). As variáveis visuais transcritas graficamente pela percepção ordenada, com o uso das cores em tons crescentes, balizaram a construção do mapa de relevo.

A ordem visual promovida por esta representação nos possibilitou a observação adequada da sequência das altitudes marcadas pelo relevo do município.

No tocante ao relevo associado ao turismo podemos ressaltar o que nos lembra Conti (2003, p.61) ao expressar que:

O relevo é uma característica geográfica muito significativa e um dos componentes da identidade regional, podendo associar-se à atividade turística de várias maneiras. A beleza cênica, a suntuosidade de sua configuração e até mesmo seu componente simbólico constituem atrativos nada desprezíveis que podem se transformar em mercadorias a serem vendidas.

³⁶ Expressão trabalhada por Martinelli (2003, p.85).

Figura 34: Santo Antônio do Pinhal (SP) Relevo – 2010

Elaboração: Marinyl Ribeiro da Silva
Fonte: IBGE (2010).

O mapa de relevo nos revela que o município apresenta predominância de altitudes elevadas. Na região mais alta localiza-se a linha férrea da EFCJ, justamente no trecho do ponto férreo mais alto do Brasil, como pudemos observar anteriormente. As baixas altitudes, por volta de 900 metros, estão próximas ao leito do rio Preto Grande, na divisa com Sapucaí Mirim, um município mineiro.

Devemos considerar que a Serra da Mantiqueira caracterizada por sua altitude, influenciada pela circulação atmosférica que atua no sudeste brasileiro, modificou a característica tropical própria da sua posição geográfica, interferindo na temperatura e na pluviosidade, marcando a região por uma singularidade climática, apresentando uma precipitação média anual de 1.733 milímetros³⁷ e variações de temperaturas médias oscilando entre 14°C e 17°C, de acordo com dados coletados na estação meteorológica de Campos do Jordão do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Os levantamentos realizados pelo DAEE no período de 1995-2004 constataram temperaturas mínimas negativas entre os meses de maio a agosto variando de -0,2°C a -4,9°C, sendo o mês de junho o mais frio. Entre os meses de setembro a fevereiro, neste mesmo período, ocorreram temperaturas máximas que atingiram marcas entre 19,5°C e 35,1°C. De acordo com DAEE, os fenômenos das geadas acontecem entre de maio a agosto, apresentando uma significativa redução dos índices pluviométricos, caracterizando o clima da região.

O clima mais frio do período do inverno marca a alta temporada e, sem dúvida, é um dos fatores que mais atrai o interesse de diversas pessoas, aumentando consideravelmente, o fluxo de turistas para a região, como já mencionamos.

A região, ainda, é marcada por uma grande disponibilidade hídrica e para proteger este recurso natural, foi estabelecido através da Lei Estadual nº 9.034 de 27 de dezembro de 1994, a criação das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI).

O município de Santo Antônio do Pinhal, em sua totalidade, pertence à UGRHI-1 Mantiqueira, da qual, também, fazem parte os municípios de São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão. Segundo o Plano de Bacia da Mantiqueira, a UGRHI-1 compreende duas sub-bacias, a do rio Sapucaí-Guaçu e a do rio Sapucaí-Mirim, sendo recortada por diversos corpos d'água, dispondo de um elevado potencial de águas subterrâneas, indicando que a região é grande produtora de água.

Em Santo Antônio do Pinhal a presença de rios, ribeirões, córregos, fontes e algumas cachoeiras evidenciam esta característica, que favoreceu, também, a instalação de pesqueiros

³⁷ Precipitação total média para UGRHI-1 da Mantiqueira, segundo dados do Plano de Bacia (SENA, 2006, p.21).

com tanques de trutas. Cabe lembrar que para a sobrevivência das trutas é necessário que exista água limpa e corrente com baixas temperaturas, o que município oferece em abundância.

Estas peculiaridades passam a compor parte de seus atrativos turísticos. Como podemos notar na figura 35, que retrata o pesqueiro Arco Íris. Este ponto turístico está localizado na estrada SP-46, que dá acesso ao centro da cidade.

Figura 35: Pesqueiro Arco Iris

Fonte: Arquivo pessoal (2009).

Na figura 36 que apresenta o mapa Santo Antônio do Pinhal (SP) Rede Hidrográfica – 2010, temos representada a seleção dos principais cursos d’água, triagem que foi necessária em virtude da grande quantidade de rios e afluentes existentes no município, facilitando a leitura sem prejudicar a análise.

Figura 36: Santo Antônio do Pinhal (SP) Rede Hidrográfica – 2010

Elaboração: Marinyli Ribeiro da Silva
Fonte: IBGE (2010).

Na construção do mapa da rede hidrográfica foram empregadas as representações ordenadas, através da manifestação linear com variação de espessura da linha para evidenciar a relação de ordem, hierarquizando rios, ribeirões e córregos. Esta representação transcrita no mapa corresponde à variação visual de ordem, conforme vimos no capítulo 1.

Os dados da cobertura vegetal foram extraídos dos estudos realizados pelo Instituto Florestal (IF), “Mapa Florestal dos Municípios de São Paulo” ano 2008, que após inventário detalhado da cobertura vegetal do estado de São Paulo, realizou representações em mapas por municípios. Desta base selecionamos o mapa do município de Santo Antônio do Pinhal, e o adaptamos à escala trabalhada, gerando a figura 37, com o mapa Santo Antônio do Pinhal (SP) Cobertura Vegetal – 2008, que mostramos adiante.

A partir desta representação em mapa, associada às visitas ao município, se pôde constatar que na área total do município ocorre uma predominância de mata secundária mista, porém, percebemos que esta vegetação se apresenta intercalada com pinheirais (araucárias) e campos de altitude, apresentando relativa concentração na face sul, uma região de topos elevados dos morros limítrofes do município com vertentes muito íngremes compondo um modelado específico com as escarpas da serra.

Esta região de topos de morro se integra às áreas de proteção permanente (APPs), motivo pelo qual são protegidas pela legislação ambiental, como vimos oportunamente, sofrendo restrições com relação ao uso e ocupação do solo.

Percebemos, também, a presença de áreas de reflorestamento intercaladas por mata secundária composta por espécies nativas, dotada de espécies exóticas e campos naturais com áreas de pastagem, perfazendo a totalidade do território de Santo Antônio do Pinhal.

As evidências apresentadas caracterizam o município como um território dotado de grandes recursos naturais, indicando uma disposição à implementação de um turismo voltado à natureza.

A tendência dos recursos naturais em se transformarem em fortes atrativos turísticos, sinaliza a vocação do município para a prática do ecoturismo, um segmento em ascensão, na atualidade, que tem se destacado entre as possibilidades turísticas no território brasileiro.

Como menciona Cruz (2001, p.60) “a diversidade natural dos ambientes brasileiros faz do Brasil um país com grande potencial para práticas de turismo de natureza”.

Entretanto, temos que nos ater que o turismo em áreas protegidas, como é o caso de Santo Antônio do Pinhal, poderá acontecer desde que se respeite a legislação que protege essas áreas, “podendo servir como um forte instrumento no processo de educação conservacionista” (LIMA, 2003, p.74).

Figura 37: Santo Antônio do Pinhal (SP) Cobertura Vegetal – 2008

Adaptação: Marinyli Ribeiro da Silva
Fonte: Instituto Florestal (2008).

A figura 38 apresenta o mapa Santo Antônio do Pinhal (SP) Uso da terra – 2007, que também, em sua elaboração foi adequado à escala trabalhada, tendo como apoio o mapa elaborado por Catelani e Batista (2007) que fizeram um estudo do município, realizando um levantamento de uso da terra, conforme demonstrado na tabela 6, que mostra a divisão em classes de uso da terra e suas respectivas áreas representadas em hectares, seguida dos valores percentuais que ocupam em relação à área total do município.

Tabela 6: Área das classes de uso da terra em Santo Antônio do Pinhal

Classes de uso da terra	Área em (ha)	% em relação à área total do município
Floresta	6.521	47,3
Essências Exóticas	631	4,6
Pastagem	5.883	42,7
Urbana	679	4,9
Outras	65	0,5
Total	13.779	100

Fonte: Catelani e Batista (2007).

Esta classificação foi categorizada em mapa que utilizamos como base em nosso estudo. Salvaguardadas as incompatibilidades de épocas dos levantamentos, os resultados de uso da terra apresentado por Catelani e Batista (2007) estão compatíveis, mesmo que apresentando pequenas variações, com os dados citados anteriormente baseados nas informações contidas no Projeto LUPA 2007/2008.

Para a análise do uso e ocupação da terra levamos, também, em consideração os dados apresentados no Relatório de Situação dos Recursos Hídricos³⁸ que em parceria com Instituto Florestal (IF-2008), assinalaram o resultado de atualizações de indicadores relevantes para questões pertinentes aos recursos hídricos, identificando a situação em que se encontram os municípios integrantes da URGHI-1.

Destacamos os dados referentes ao município de Santo Antônio do Pinhal, que apesar de apontarem pequenas variações com os levantamentos que evidenciamos acima, se apresentam compatibilizados. Assim, procedemos a elaboração do gráfico 6 procurando

³⁸ Documento integrante do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2008 do Comitê de Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira CBH-SM, Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – 1 UGRHI-1, São Paulo, 2009.

demonstrar as diferentes categorias de uso e ocupação da terra, identificando as quantificações de forma percentual, associada à área total do município, como segue:

Gráfico 6: Uso e ocupação da terra em Santo Antônio do Pinhal (2008)

Fonte: Elaborado de acordo com a base de dados levantados pelo IF-2008.

Ao analisarmos o uso da terra no município, associado às observações realizadas em visitas ao campo, fator fundamental de apoio à análise, nos revelou a presença de matas de araucária entremeadas com mata nativa e secundária mista, intercaladas de campo natural utilizado para pastagem. Contando com a presença de pequenas áreas cultivadas destinadas à produção agrícola de subsistência com lavouras de milho e de leguminosas, além de plantações de pequeno a médio porte de frutíferas de clima temperado.

As áreas de pastagem, dispostas de forma mais concentrada nas regiões mais baixas, localizadas a oeste e noroeste, recobrem grande parte da área total do município.

Podemos perceber a existência de pequenas áreas urbanizadas, compreendendo a sede na região central e um polo rural em expansão localizado no bairro rural do José da Rosa, no extremo norte do município. A área urbanizada onde se localiza a sede do município, está incrustada no vale do rio da Prata e cercada de pequenos morros cobertos por uma vegetação composta por espécies nativas com a presença de espécies exóticas.

Figura 38: Santo Antônio do Pinhal (SP) Uso da Terra – 2007

Adaptação: Marinyli Ribeiro da Silva
Fonte: CATELANI e BATISTA (2007).

A área urbana central é cortada pelo rio da Prata no sentido Leste/Oeste, acompanhada pela estrada estadual SP-46 que liga o município ao sul de Minas Gerais, mantendo um tráfego pesado de caminhões durante a semana, não muito intenso nos finais de semana e feriados, quando os veículos de passeio se tornam mais presentes. O fluxo turístico para o município se faz, predominantemente, por meio de automóveis particulares, sendo muito pequeno o uso de coletivos (ônibus de viagem)³⁹.

As vias de rolagem que percorrem o município são em sua maioria de terra, somente as principais são asfaltadas, contando com algumas estradas mistas que agregam asfalto em parte de seus trajetos. Santo Antônio do Pinhal de maneira geral possui boa acessibilidade, mas por contar com a presença da estrada estadual SP-46 cortando o centro da cidade, sofre sérios impactos, gerando a necessidade de contínuas manutenções em suas pistas.

Da base cartográfica⁴⁰ estabelecida para este estudo, procedemos à seleção das vias mais importantes e representativas na acessibilidade do município, da qual destacamos, a ferrovia (EFCJ), as estradas asfaltadas e mistas e a seleção das principais estradas de terra. Para esta representação utilizamos o mesmo embasamento empregado no mapa Rede Hidrografia, correspondente a variável visual ordenada das vias selecionadas.

Compondo esta representação agregamos, também, os pontos correspondentes às pousadas/hotéis localizados na área rural, levantamento realizado junto a Acasap⁴¹, que nos forneceu uma listagem com o cadastro destes estabelecimentos. Com estas informações fomos a campo e marcamos com um GPS⁴² suas referências, após o tratamento destes dados⁴³ importamos para o SPRING⁴⁴. Criamos um banco de dados que resultou em dois projetos, nos proporcionando uma visualização capaz de nos mostrar a distribuição espacial das pousadas/hotéis e suas localizações associada à malha viária.

No primeiro projeto criado no SPRING, denominado rural, pudemos obter uma visualização dos pontos marcados relativos às localizações das pousadas/hotéis situadas nos bairros rurais. Estes pontos foram inseridos na carta topográfica de base, nos fornecendo os elementos necessários para a construção do mapa Santo Antônio do Pinhal (SP) Rede de Transportes e Pousadas Rurais – 2010, demonstrado na figura 39.

³⁹ Informações cedidas pela secretária Benedita Edna da Silva Claro da Acasap, em 13 de ago 2010.

⁴⁰ Fusão das cartas topográficas dos municípios de Monteiro Lobato 1972 e Tremembé 1974, IBGE.

⁴¹ Levantamento realizado em março de 2009 e atualizado em agosto de 2010.

⁴² Foi utilizado na pesquisa o GPS (Global Position System) GARMIN eTrex.

⁴³ O tratamento dos dados contou com a orientação do Prof. Dr. Jorge Gustavo da Graça Raffo e apoio técnico de Germano de Castro Gandra Neto do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento – FFLCH / USP.

⁴⁴ SPRING (Sistema Integrado de Geoprocessamento e Processamento de Imagens) software liberado via internet desde 1996 com acesso gratuito na página: www.dpi.inpe.br. Foi desenvolvido pela Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Figura 39: Santo Antônio do Pinhal (SP) Rede de Transportes e Pousadas Rurais – 2010

Elaboração: Marinyli Ribeiro da Silva
Fonte: IBGE (2010).

Esta representação foi fundamental, para identificarmos a ocorrência de uma concentração de pousadas no quadrante norte do município, limítrofe a São Bento do Sapucaí e Campos do Jordão. Devido a esta proximidade, principalmente, relacionada ao município de Campos do Jordão, como pudemos observar anteriormente, os bairros rurais de Santo Antônio do Pinhal localizados neste perímetro, sofreram influências significativas em sua dinâmica.

Esta concentração está associada ao acentuado crescimento na quantidade de pousadas/hotéis instalados no município, o que fica evidenciado no gráfico 7, que apresenta a quantidade destes estabelecimentos relacionados às datas do início de suas atividades, no período de 1980 a 2009. Cabe ressaltarmos que a partir do ano de 2005 este movimento se mostra de forma mais marcante.

Gráfico 7: Pousadas instaladas no período de 1980 a 2009

Fonte: Elaborado com base nos dados cadastrais das pousadas registrados na Acasap (2010).

No segundo projeto realizado no SPRING, chamado urbano, foram marcadas as pousadas localizadas na área central, onde está situada a sede de Santo Antônio do Pinhal. Estes pontos⁴⁵ foram transferidos para uma fotografia aérea da cidade⁴⁶, possibilitando uma visualização das pousadas revelando seu padrão de distribuição espacial.

O produto resultante destas informações está representado na figura 40, que sinaliza com pontos amarelos as 12 pousadas existentes nesta área, de acordo com dados fornecidos pela Acasap.

⁴⁵ Para realizarmos esta etapa utilizamos os mesmos procedimentos do primeiro projeto realizado no SPRING.

⁴⁶ Fotografia aérea feita em 2005 pela prefeitura de Santo Antônio do Pinhal em parceria com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

Figura 40: Fotografia aérea do centro urbano de Santo Antônio do Pinhal – 2009

FOTOGRAFIA AÉREA DO CENTRO URBANO DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL - (2009)

- 1 - Villagio
- 2 - Mirante
- 3 - Nippon
- 4 - Venezia
- 5 - Boa Vista
- 6 - Beira Rio
- 7 - São Benedito
- 6 - Alemã
- 9 - São Antônio
- 10 - Grillo
- 11 - La Lieu
- 12 - Pinhalense

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal (2005). Adaptado pela autora (2009).

Utilizamos a fotografia aérea para atingirmos um amplo entendimento desta distribuição espacial, através da percepção em uma escala que promoveu de maneira mais explícita a compreensão da composição das pousadas situadas no centro urbano do município.

A elaboração destas representações, com a espacialização dos meios de hospedagem, foi possível por meio da combinação do levantamento de campo e geoprocessamento - cartografia digital e aplicativo de sistema de informação geográfica (SIG) - o que favoreceu a pesquisa contribuindo para o presente estudo.

5.2. Uma proposta de cartografia de síntese para o turismo do município de Santo Antônio do Pinhal, identificando e delimitando os “tipos de paisagens”

O tratamento cartográfico feito a partir de mapas selecionados em nível analítico da área escolhida, nos possibilitou a elaboração de um mapa de síntese, especificamente dos tipos de paisagem. O cruzamento dos dados levantados no campo, com as informações trazidas pelos mapas analíticos de apoio, cada qual representando um tema da realidade contido no arranjo espacial representativo da territorialidade do município, viabilizou a elaboração de uma cartografia em nível de raciocínio de síntese.

Ao refletirmos sobre os mapas analíticos utilizados para compor a síntese, que seguiram as orientações ancoradas na concepção da representação gráfica, compartilhamos de uma lógica para um raciocínio que norteou a identificação e a delimitação de conjuntos espaciais do município que significaram tipos de paisagem, compondo agrupamentos espaciais que teriam características fisionômicas semelhantes.

Adequamos todos os mapas a uma escala pertinente aos conteúdos trabalhados, promovendo a divisão em unidades espaciais, com a fusão dos elementos, permitindo a percepção do agrupamento de atributos ou variáveis singulares, facilitando e tornando possível a delimitação de unidades taxonômicas no território estudado.

Como resultado desta síntese, a área total do município ficou dividida em cinco unidades. A cada unidade foi atribuída uma cor específica, estabelecendo-se duas ordens visuais opostas, das cores frias às cores quentes conforme se caminhava dos conjuntos espaciais mais naturais aos mais artificiais.

A unidade 1, compondo o grupo dos espaços mais naturais, se apresenta na cor verde escuro; a unidade 2, também, associada aos conjuntos naturais, porém com incidências mais

evidentes de interferências antrópicas, recebe a cor verde claro; a unidade 3 refere-se a uma área que sofreu sensíveis alterações em seus componentes naturais, fica representada pela cor laranja; a unidade 4 denota interferências mais acentuadas em suas paisagens naturais, é definida pela cor amarela e, por fim, a unidade 5 apontando para o conjunto com características mais artificiais, está marcada com a cor vermelha.

Assim, com o cruzamento entre os mapas do relevo, da hidrografia, da vegetação, do uso da terra, da rede de transportes e das pousadas/hotéis, também, marcados na fotografia aérea do centro da cidade, pudemos vislumbrar aspectos relevantes da natureza compondo com a sociedade que acabou por apresentar-se em síntese pelo mapa.

Com este raciocínio elaboramos o mapa Santo Antônio do Pinhal (SP) Tipos de Paisagem – 2010, apresentado na figura 39, que revela em cada uma das cinco unidades espaciais de síntese, uma caracterização dada por um agrupamento de atributos ou variáveis com singulares evidências, cada qual compondo um tipo de paisagem, perfazendo a totalidade do município.

Os cinco tipos de paisagem que compõem o território do município de Santo Antônio do Pinhal apresentam a seguinte caracterização:

- Tipo 1 identificado pela cor verde escura, representa o espaço delimitado pela ocorrência predominante de uma paisagem de relevo elevado com vertentes íngremes e escarpadas, ambas cobertas de mata com a presença de espécies nativas e secundárias, intercaladas com campos de altitude e pequenos nichos de reflorestamento. É uma área de especial interesse para preservação ambiental (APP), por agregar faixas de topos de morros, onde se localiza o Pico Agudo com 1700 metros de altitude.
- Tipo 2 representado pela cor verde clara, compõe um relevo montanhoso com altitudes elevadas e picos salientes, com presença de áreas de reflorestamento intercaladas por mata secundária, composta de espécies nativas, dotada de espécies exóticas e remanescentes de áreas de cultivo agrícola de subsistência.
- Tipo 3 apresentado na cor laranja está associado a uma paisagem montanhosa com relevo coberto com mata de araucária, intercalada com mata nativa e secundária, apresentando pequenas áreas com campo natural

utilizadas para pastagem. Temos a presença de pequenas áreas cultivadas destinadas à produção agrícola de subsistência com lavouras de milho e de leguminosas, além de plantações de pequeno a médio porte de frutíferas de clima temperado.

- Tipo 4 registrado pela cor amarela, designa a paisagem delimitada por morros baixos cobertos, parcialmente, por mata nativa e secundária, com a presença de araucárias (pinheirais) e pequenas áreas de reflorestamento. Grande parte deste espaço apresenta campos naturais usados para pastagem e algumas áreas utilizadas pela agricultura de subsistência.

- Tipo 5 marcado pela cor vermelha, apresenta uma paisagem urbana com a cidade incrustada no vale do rio da Prata, cercada de pequenos morros cobertos por uma vegetação composta por espécies nativas, com a presença de espécies exóticas e áreas de reflorestamento em núcleos isolados. Esta área é cortada no sentido Leste/Oeste pelo rio da Prata, acompanhado pela estrada estadual (SP-46).

Podemos perceber que o município, embora apresente características similares em seu conjunto, aponta distinções que pudemos destacar, permitindo procedermos a esta delimitação em cinco unidades espaciais. Como podemos observar na figura 41:

Para facilitar o entendimento da diversidade que se estabelece no município, associamos os 21 bairros existentes e os relacionamos a cada unidade espacial delimitada, conforme dispostos no quadro 5.

Quadro 5: Lista dos bairros associados às unidades espaciais

Unidades	Bairros
1	Sertãozinho, São Gotardo
2	Renópolis, Barreiro
3	Lajeado , São Judas, Machadinho, Santa Cruz, Fazenda Velha, Mouras, Cassununga, José da Rosa
4	Rio Preto, Rio Preto de baixo, Rio Preto de cima, Pinhalzinho, Boa Vista, Barreirinho
5	Eugênio Lefèvre, Centro, Cachoeira

Percebemos que a unidade 3 conta com o maior número de bairros rurais, em contrapartida é a área que tem a menor população residente⁴⁷, ficando a maior densidade demográfica situada na unidade 5, onde se localiza a sede do município.

Na unidade 5, podemos encontrar também, a maioria dos estabelecimentos que atendem a demanda turística, contando com 2 postos de gasolina, uma agência bancária, diversas lojas, inclusive o *shopping*, 4 padarias, 16 restaurantes dos 25 existentes no município.

Grande parte dos atrativos, como destacamos anteriormente, se encontram dispostos no entorno da sede. Os atrativos localizados fora desta área estão associados aos recursos naturais existentes no município como, as cachoeiras, o Pico Agudo, entre outros, indicando, também, empreendimentos que enaltecem a ruralidade, e de forma harmônica, incorporam-na em suas atividades.

⁴⁷ Informação fornecida por: Benedita Edna da Silva Claro (secretária da Acasap) em 13 agosto de 2010.

Podemos considerar que o município é dotado de um potencial turístico voltado à natureza, o que nos permite vislumbrar possíveis práticas que possam se adequar a estas características, com o cuidado em indicar possibilidades de baixo impacto ambiental, uma vez que a totalidade do território se integra a APA Sapucaí-Mirim.

A tendência de recursos naturais se transformarem em fortes atrativos turísticos, sinaliza a vocação do município para a prática do ecoturismo, um segmento em ascensão, na atualidade, que tem se destacado entre as possibilidades turísticas no território brasileiro.

Como menciona Cruz (2001, p.60) “a diversidade natural dos ambientes brasileiros faz do Brasil um país com grande potencial para práticas de turismo de natureza”.

Entretanto, temos que nos ater que o turismo em áreas protegidas, como é o caso de Santo Antônio do Pinhal, poderá acontecer desde que se respeite a legislação estabelecida em proteção a essas áreas, “podendo servir como um forte instrumento no processo de educação conservacionista” (LIMA, 2003, p.74).

As evidências apresentadas caracterizam o município dotado de grandes recursos naturais, indicando uma disposição à implementação de um turismo voltado à natureza.

5.3. Uma proposta preliminar para um zoneamento turístico do município de Santo Antônio do Pinhal

Diante das possibilidades anunciadas para o desenvolvimento da atividade e prática turística no município, procuramos sistematizar uma proposta preliminar de zoneamento turístico para Santo Antônio do Pinhal, apontando o conjunto de atributos ou variáveis representativas de cada unidade espacial de síntese delimitada no mapa, como Tipos de Paisagem, que estivesse em composição com os elementos que potencializariam o desenvolvimento de um turismo, respeitando as singularidades de cada área.

Assim, primeiramente, sobre o mapa de síntese, o dos Tipos de Paisagem, conscientes das características, dos riscos e das potencialidades de cada um, empreendemos a elaboração de uma legenda que trouxesse as indicações das possibilidades para as práticas turísticas mais adequadas para cada unidade espacial de síntese.

Fizemos uso de fotografias na legenda, para salientarmos o potencial de cada unidade espacial retratada, sendo um suporte expressivo na qualificação e identificação de suas

peculiaridades, tanto no mapa de Tipos de Paisagem (Fig: 41) como para o mapa Proposta Preliminar de Zoneamento Turístico (2010) apresentado na figura 42.

Partindo da síntese em mapa, consideramos a realidade concreta, tida como resultado da convergência de uma multiplicidade de componentes, e construímos a base que norteou a elaboração do mapa com a proposta preliminar de zoneamento turístico para o município.

Assim, pudemos atribuir para cada unidade espacial de síntese, ressaltando suas características e vinculando-as às suas potencialidades, possíveis práticas turísticas, da seguinte forma:

- Área 1 – Corresponde a uma área protegida, (APP) o que restringe o uso do território. Entretanto, propicia atividades de contato com a natureza, devido ao seu elevado potencial natural. Nesta unidade espacial está localizado o Pico Agudo. Conta com 6 pousadas que se integram ao ambiente explorando as suas características naturais. A acessibilidade é feita por estradas mistas, parte de terra e de asfalto bem conservadas. É uma área adequada para a prática de esportes de montanha, como *mountain bike*, *trekking*, permitindo, também, atividades de voo-livre.

Área apropriada para a realização do turismo voltado à natureza.

- Área 2 – Marcada pela presença da colônia japonesa, com propriedades rurais voltadas à produção de flores nativas e exóticas em estufas. Destacam-se os orquidários que apontam relativa representatividade na economia do município. Nesta área comparecem alguns haras desenvolvendo atividades equestres e ligadas ao adestramento, como também, propriedades voltadas à produção agrícola de subsistência. Localizamos, ainda, propriedades que promovem o artesanato local, com a produção de velas e outras com produção de móveis rústicos e peças em madeira. A área conta com a presença de 8 pousadas que exploram os atributos naturais do seu entorno, como imagens motivadoras para incrementarem o potencial turismo privilegiando a ruralidade como foco principal.

Área indicada para o desenvolvimento do turismo rural.

- Área 3 – Temos nesta área, uma acentuada concentração de pousadas, contando com 15 estabelecimentos instalados. As estradas em boas condições, sem dúvida, favoreceram esta ocorrência. Apesar de esta área compor um núcleo urbano em expansão no bairro do José da Rosa, conta com a cachoeira do Cassununga e a cachoeira do Lajeado, atrativos turísticos do município. A cachoeira do Lajeado está situada dentro de uma propriedade privada, porém, aberta ao público mediante taxa de visitação, é um local com trilhas demarcadas para caminhadas, apropriada para banhos e escaladas, devido a sua grande queda de 27 metros, atraindo os praticantes do *rappel*.

Área com potencial para o desenvolvimento do ecoturismo.

- Área 4 – Formada por 6 bairros rurais que mantêm a tradição com festas típicas e religiosas, conta com algumas propriedades que desenvolvem atividades voltadas à agricultura e pecuária de subsistência. Os campos naturais usados para pastagem, em sua maioria, estão localizados nesta área. A presença de apenas 4 pousadas/hotéis isolados e um pesqueiro que se adéqua ao relevo montanhoso com águas correntes frias e cristalinas com tanques de trutas, elevando um dos itens da gastronomia típica da região, compõem esta área que requer muitos incrementos para o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo.

Área recomendada para o desenvolvimento de uma economia rural.

- Área 5 – Área onde está localizada a sede do município marcada pela concentração urbana, contando, atualmente, com quase a metade da população residente do município, concentra diversos estabelecimentos voltados ao turismo. É onde se encontram, o *shopping*, a maioria dos restaurantes, muitas lojas, além de 18 pousadas. Nas duas principais vias de fazem o traçado do centro da cidade, temos a presença de atrativos específicos: pesqueiro, parque de jardins temáticos, igrejas, fontes, praça do artesão, parque linear das águas, rodoviária, clube e campo de futebol. Esta área compreende, ainda, a Estação Eugênio Lefèvre da ferrovia EFCJ, em

atividade, que liga Pindamonhangaba a Campos do Jordão, contígua ao mirante Nossa Senhora Auxiliadora situado em um dos pontos mais altos da Serra da Mantiqueira. A sede que se localiza dentro desta unidade espacial, tem recebido, nos últimos tempos, diversos implementos por parte do poder público, o que tem atraído o interesse de empreendedores, que se instalaram nesta área, dinamizando e ampliando o comércio e os serviços, contribuindo e favorecendo o incremento do turismo no município.

Área adequada ao desenvolvimento do turismo cultural urbano, com destaque à gastronomia.

A partir destas considerações vinculadas aos diversos atributos e variáveis levadas em conta, nos permitiu elaborar uma proposta preliminar de zoneamento turístico para o município representada na figura 42.

Elaboração: Marinyl Ribeiro da Silva (2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos possibilitou fazer uma associação entre a Geografia, a Cartografia e o Turismo, permitindo-nos compor um instrumental teórico-metodológico capaz de fornecer a base necessária para atingirmos nosso objetivo. Para tanto, percorremos os fundamentos metodológicos destas ciências para que nos pudessem favorecer uma compreensão do dinamismo do turismo contemporâneo, do ponto de vista da Geografia e da Cartografia e, assim fôssemos capazes de um entendimento mais amplo, possibilitando a construção de representações gráficas, que nos permitissem realizar uma leitura crítica da realidade atual do município de Santo Antônio do Pinhal.

Nos últimos tempos, o citado município tem apresentado uma acentuada expansão turística, intensamente marcada por influência do seu vizinho, Campos do Jordão, grande polo receptor de um turismo massivo na região serrana da Mantiqueira paulista. Este fato tem gerado profundas alterações na dinâmica de Santo Antônio do Pinhal, ocasionando sérios problemas do ponto de vista ambiental.

Imbuídos desta preocupação conduzimos a nossa pesquisa que nos levou a ensaiarmos uma proposta de zoneamento turístico para o citado município.

Neste sentido, discorreremos sobre Santo Antônio do Pinhal, elevando suas singularidades, atributos e variáveis que pudessem viabilizar um raciocínio de síntese, permitindo que produzíssemos através da análise dos diversos mapas temáticos e do estudo de campo, a elaboração de um mapa de síntese do município intitulado: “*Santo Antônio do Pinhal (SP) Tipos de Paisagem – 2010*”.

Este construto consistiu no produto final de nossa pesquisa. Avançando no domínio aplicativo, tomamos tal síntese para fundamentar um ensaio aplicativo de uma cartografia, tendo em vista a elaboração do mapa “*Santo Antônio do Pinhal (SP) Proposta Preliminar de Zoneamento Turístico – 2010*”. Seria um mapa que entreveria a possibilidade de se propor, mesmo que de forma preliminar, um Zoneamento Turístico para Santo Antônio do Pinhal.

Assim, foi possível percebermos que estudos pautados na abordagem da cartografia temática, possibilitam a construção de sucessivos raciocínios que possam revelar, através de uma multiplicidade de mapas, uma compreensão integrada da realidade viabilizando e possibilitando entendermos os possíveis destinos do território turístico estudado.

Com base na análise desenvolvida, este estudo mostra que a geografia associada à cartografia, pode contribuir para uma compreensão mais ampla do turismo, favorecendo um entendimento da sua manifestação e incidência na vida social em suas diversas expressões.

Os estudos do turismo ancorados na abordagem da cartografia temática permitem indicar possibilidades que potencialize a prática turística, com a aplicação de uma metodologia capaz de construir um entendimento que conduza a uma apreensão da realidade do lugar estudado, respeitando e preservando as suas características essenciais.

Neste enfoque acreditamos que a sistematização da cartografia turística possa contribuir para a construção de uma leitura da realidade em busca do desenvolvimento do turismo de forma consciente que possibilite sua realização respeitando a natureza e a sociedade.

REFERÊNCIAS⁴⁸

ALMEIDA, Regina Araújo de. (et al. coord.) **Caminhos do Futuro, Ecoturismo**. MTUR - AVT/IAP - NT/USP, São Paulo: IPSIS, 2007a. 48 p.

_____. Regina Araújo de. (et al.coord.) **Caminhos do Futuro, Geografia e Cartografia para o Turismo**. MTUR - AVT/IAP - NT/USP, São Paulo: IPSIS, 2007b. 76 p.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998. pp. 84-91.

BERTIN, Jacques. **Sémiologie Graphique, Les Diagrammes - Les Réseaux - Les Cartes**. Paris: Éditions de l'EHESS, 1998. 443 p.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Trad: Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: Edusp, 2003. pp. 13-63.

CABRAL, Therezinha Vieira. **Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal – Síntese Histórica**. Paraisópolis, Minas Gerais: Gráfica Art&Vida, 1986. 39 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O consumo do espaço**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. pp. 173-186.

CASTRO, Iná Elias de. **Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e Política**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 121-140.

CATELANI, Celso de Souza; BATISTA, Getúlio Teixeira. **Mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APP) do município de Santo Antônio do Pinhal, SP: um subsídio à preservação ambiental**. Revista Ambi-Água, vol. 2, nº1, Taubaté, São Paulo: 2007. pp. 30-43.

CATELANI, Celso de Souza; BATISTA, Getúlio Teixeira; PEREIRA, Wanderson Francisco. **Integração de Dados para a Recuperação de Áreas Degradadas** in: XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, INPE / SELPER, 5 a 10 de abril de 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, Minas Gerais: SBSR, 2003. pp. 1755-1757.

CBH-SM, Comitê de Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira. Relatório Técnico Final Projeto: Elaboração de Base Digital Georrefenciada para o Mapeamento do Uso e Ocupação da Terra e das Unidades de Conservação da Bacia Hidrográfica da Mantiqueira (Contrato FEHIDRO no 10/2003). IF – 2008.

_____. Comitê de Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - 1 UGRHI-1, **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias da Serra da Mantiqueira (UGRHI-01)**. São Paulo: CBH-SM, 2009. 18p.

⁴⁸ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

CLAVAL, Paul. **A Paisagem dos Geógrafos**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004. pp. 13-74.

CONTI, José Bueno. **Ecoturismo, Paisagem e Geografia**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 59-69.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998. pp. 92-122.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998. pp. 7-11.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a Geografias do turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 107 p.

_____. Rita de Cássia Ariza da. **As paisagens artificiais criadas pelo turismo**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 107-119.

_____. Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo – de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007. 140 p.

DAEE. Departamento de Águas e Energia Elétrica. **Projeto: Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI-1 (Serra da Mantiqueira) 2004 - Relatório Técnico Final (RT-3) – CPTI n. 208/06**

DUQUE, Renato Câmara; MENDES, Catarina Lutero. **O Planejamento Turístico e a Cartografia**. São Paulo: Editora Alínea, 2006. 92 p.

DUNCAN, James. **A Paisagem como Sistema de Criação de Signos**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004. pp. 91-132.

FIORI, Sergio Ricardo. **Mapas para o Turismo e a interatividade: proposta teórica e prática**. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007. 310 p.

HENRIQUES, Eduardo Brito. **A Lisboa Turística, entre o imaginário e a cidade: A construção de um lugar turístico urbano**. Lisboa: Edições Colibri, 1996. pp. 19-40.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 21 set. 2008/ ago. 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 set. 2008/ mar. 2010.

IF - Instituto Florestal do Estado de São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/mapasmunicipais.html>>. Acesso em: 12 out. 2008.

INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.inpe.gov.br> >. Acesso em: 17 ago. 2008.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. Tradução: Tânia Pellegrini. 11^a ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008. 136 p.

KNAFOU, Remy. **Turismo e Território: Por uma Abordagem Científica do Turismo**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 62-74.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3^a ed. São Paulo: Aleph, 2006. 184 p.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar para Fazer a Guerra**, 6^a ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002. 263 p.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou Desconstrução? Questões de paisagem e tendências de regionalização**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 179 p.

LIMA, Maria Lúcia Costa. **(Eco)turismo em Unidades de Conservação**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 71-87.

LUCHIARI, M^a. Tereza Duarte Paes. **Urbanização Turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo**. In: SERRANO, Célia; TURINI, Heloísa Bruhns; LUCHIARI, M^a. Tereza Duarte Paes (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2004. pp. 105-130.

_____. M^a. Tereza Duarte Paes. **A (Re)significação da Paisagem no Período Contemporâneo**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp. 9-28.

LUPA, Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: < <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa> >. Acesso em: 21 abr. 2010.

MARTINELLI, Marcello. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991. 136 p.

_____. Marcello. **Cartografia do turismo e imaginário**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001a. pp. 151-170.

_____. Marcello. **A Imagem Figurativa e a Imagem Cartográfica no Turismo**. In: FARIA, Ivani Ferreira de (coord.). **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local**. Manaus, Amazonas: Editora da Universidade do Amazonas, 2001b. pp. 159-173.

_____. Marcello. **Cartografia Temática: Caderno de Mapas**. São Paulo: Edusp, 2003. 168 p.

_____. Marcello. **Os mapas da Geografia**. In: Congresso Brasileiro de Cartografia, 22, 2005, Macaé. *Anais...* Macaé, Rio de Janeiro: SBC, 2005. pp. 1-10.

_____. Marcello. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. 110 p.

MARTINELLI, Marcello; PEDROTTI, Franco. **A Cartografia das Unidades de Paisagem: Questões Metodológicas**. Revista do Departamento de Geografia, FFLCH/USP, nº14, São Paulo: ISSN 0102-4582, 2001. pp. 39-46.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A paisagem como fato cultural**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 29-64.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – Diretrizes, Metas e Programas**. Brasília: MTur, 2007. 83 p.

_____. Mtur, 2010. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. e 8 abr. 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. 152 p.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14ª ed. 8ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006. 113 p.

_____. Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007. 188 p.

NICOLAS, Daniel Hiernaux (org.). **Elementos para un analisis sociogeografico del turismo**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. cap.10, São Paulo: Hucitec, 2001. pp. 39-54,

PAIXÃO, Dario Luiz Dias; SILVEIRA, Carlos Eduardo; COBOS, Valdir José. **Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des)continuidade**. Curitiba, Paraná: CIÊNCIA & OPINIÃO v. 3, nº 1, janeiro-junho, 2006. pp. 120-135.

PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.santoantoniodopinhal.sp.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2008/ 26 ago/2010.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997. 158 p.

_____, Adyr Balastrieri. **Ecoturismo – limites do eco e da ética**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 29-45.

RODRIGUES, Cleide. **A Teoria Geossistêmica e sua Contribuição aos Estudos Geográficos e Ambientais**. Revista do Departamento de Geografia, FFLCH/USP, nº14, São Paulo: ISSN 0102-4582, 2001. pp. 69-77.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 208 p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ªed. 4ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2008a. 392 p.

_____, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b. 136 p.

SÃO PAULO (Estado). Elaboração de base georreferenciada para o mapeamento do uso e ocupação da terra e das unidades de conservação da bacia hidrográfica da Mantiqueira. Secretaria de Estado de Meio Ambiental. Instituto Florestal. São Paulo: SMA/IF, 2008.

SAUER, Carl Ortwin. **A Morfologia da Paisagem**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998. pp. 12-74.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Secretaria de Economia e Planejamento (SP), 2010. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/> >. Acesso em: 21 abr. 2010.

SENA, Lúcia Bastos Ribeiro de (coord.) **Mantiqueira O Castelo das Águas**. São Paulo: Secretaria do Estado do Meio Ambiente /Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - SMA/CPLEA, 2006. 72 p.

_____. Lúcia Bastos Ribeiro de (coord.) **APAs Áreas de Proteção Ambiental no Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Estado do Meio Ambiente /Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - SMA/CPLEA, 2004. 254 p.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades Turísticas: Identidades e Cenários de Lazer**. São Paulo: Aleph, 2007. 191 p.

SILVA, Zildo Aparecido da; SILVA, José Antônio Marcondes da. **Santo Antônio do Pinhal: de Sertão a Município 1785 a 2009**. Taubaté, São Paulo: Supergraf Paper, 2009. 132 p.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991. 384 p.

XAVIER, Herbe. **A Percepção Geográfica do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2007. 106 p.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do lugar: Turismo, Planejamento e Cotidiano em Litorais e Montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001. 301p.

_____. Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. 226 p.

ANEXOS

ANEXO A - Orçamento municipal ano base 2006

LEI NÚMERO 956, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2.005.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE “SANTO ANTÔNIO DO PINHAL” PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.006.

JOSÉ AUGUSTO DE GUARNIERI PEREIRA, Prefeito Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica do Município de Santo Antônio do Pinhal;

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o ORÇAMENTO GERAL para o exercício financeiro de 2.006 do Município de SANTO ANTÔNIO DO PINHAL, Estado de São Paulo, abrangendo os órgãos de Administração Direta, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.700.000,00 (Oito Milhões e Setecentos Mil Reais).

Art. 2º - O Orçamento do município de Santo Antônio do Pinhal para o exercício financeiro de 2.006 estima a Receita em R\$ 8.700.000,00 (Oito Milhões e Setecentos Mil Reais), e fixa as Despesas da seguinte forma: Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal R\$ 333.000,00 (Trezentos e Trinta e Treis Mil Reais), e para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal em R\$ 8.367.000,00 (Oito Milhões Trezentos e Sessenta Sete Mil Reais).

Parágrafo 1º – A estimativa prevista para as Despesas da Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal que fixou o valor descrito no “caput” deste artigo, poderá ser revista após o encerramento do exercício financeiro de 2.005, quando será feito pelo Poder Executivo, o cálculo da apuração final da receita efetivamente realizada naquele exercício, conforme determina o artigo 29-A, da Constituição Federal, definindo o total do orçamento do Poder Legislativo.

Parágrafo 2º – No caso do total do orçamento do Poder Legislativo, apurado na forma do parágrafo 1º deste artigo, ser inferior ao fixado nesta Lei, a diferença será objeto de adequação até o limite permitido.

Parágrafo 3º – No caso do total do orçamento do Poder Legislativo, apurado na forma do parágrafo 1º deste artigo, ser superior ao fixado nesta Lei, a diferença será objeto de anulação das dotações da Câmara Municipal, a ser definida nos prazos e elementos por ela previamente indicados.

Art. 3º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos Tributos, Rendas, Suprimentos e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos da Receita, conforme Lei 4.320/64 e Portarias atualizadoras e modificativas, de acordo com o seguinte desdobramento.

RECEITA	8.700.000,00
RECEITAS CORRENTES	7.500.000,00
Receita Tributária	720.000,00
Receita Patrimonial	19.400,00
Receita de Serviços	5.000,00
Transferências Correntes	6.495.600,00
Outras Receitas Correntes	260.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.200.000,00
Transferências de Capital	1.200.000,00

Art. 4º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos de Despesa integrantes da presente Lei, conforme o que dispõe a Lei 4.320/64 e Portarias atualizadoras e modificativas, sob os seguintes desdobramentos:

1) POR ÓRGÃO DE GOVERNO

DESPESA FIXADA	8.700.000,00
Câmara Municipal	333.000,00
Prefeitura Municipal	8.367.000,00

2) POR FUNÇÕES

Legislativa	333.000,00
Administração	771.000,00
Assistência Social	220.000,00
Previdência Social	220.000,00
Saúde	1.331.000,00
Educação	3.049.000,00
Cultura	10.000,00
Urbanismo	340.000,00
Habitação	20.000,00
Saneamento	170.000,00
Gestão Ambiental	20.000,00
Agricultura	100.000,00
Comércio e Serviços	645.000,00
Transporte	550.000,00
Desporto e Lazer	55.000,00
Encargos Especiais	697.000,00
Reserva de Contingência	169.000,00
TOTAL DA DESPESA	8.700.000,00

3) POR SUBFUNÇÕES

Ação Legislativa	333.000,00
Administração Geral	591.000,00
Administração Financeira	180.000,00

Assistência à Criança e Adolescente	30.000,00
Assistência Comunitária	190.000,00
Previdência Básica	220.000,00
Atenção Básica	1.331.000,00
Alimentação e Nutrição	160.000,00
Ensino Fundamental	2.482.000,00
Ensino Médio	50.000,00
Educação Infantil	307.000,00
Educação de Jovens e Adultos	30.000,00
Educação Especial	20.000,00
Difusão Cultural	10.000,00
Infra-Estrutura Urbana	40.000,00
Serviços Urbanos	300.000,00
Habitação Urbana	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	170.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00
Extensão Rural	100.000,00
Turismo	645.000,00
Transporte Rodoviário	550.000,00
Desporto Comunitário	55.000,00
Serviço da Dívida Interna	300.000,00
Outros Encargos Especiais	397.000,00
Reserva de Contingência	169.000,00
TOTAL DA DESPESA	8.700.000,00

4) POR CAT. ECONÔMICAS, SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	6.695.500,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.008.900,00
Outras Despesas Correntes	2.686.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.835.500,00
Investimentos	1.493.500,00
Inversões Financeiras	40.000,00
Amortização da Dívida	302.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	169.000,00
TOTAL DA DESPESA	8.700.000,00

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência, nos termos do disposto na Lei Complementar 101/2000, serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e para obtenção do resultado primário.

PARÁGRAFO ÚNICO – Conforme dispõe a Lei Complementar 101/2000, entende-se como “outros riscos e eventos fiscais imprevistos” as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor no orçamento em vigor.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I. Realizar Operações de Crédito, inclusive por Antecipação da Receita, nos termos da legislação em vigor.

II. Proceder à transposição total ou parcial dos elementos de despesa dentro dos órgãos do orçamento.

III. Proceder à abertura de Créditos Suplementares, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4320/64, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do orçamento, à conta de recursos provenientes dos itens constantes do artigo 43 da Lei 4.320/64, e respeitada a Lei 101/2000.

IV. Proceder à abertura de Créditos Suplementares à conta de recursos provenientes de arrecadação de convênios não previstos na receita orçamentária, desde que respeitados os objetivos e metas da programação do convênio e os programados por esta Lei.

Parágrafo 1º – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais.

Parágrafo 2º – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, quando utilizados para abertura de créditos adicionais, não serão considerados para fins de apuração de excesso de arrecadação.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com órgãos dos Governos Estadual e Federal, diretamente ou através de seus órgãos de administração direta ou indireta.

Parágrafo Único – Comprovado o interesse público, e mediante convênio, ajuste ou acordo, o Executivo Municipal poderá assumir encargos de competência de outros órgãos da Administração Pública.

Art. 8º - Nos termos do disposto na Lei Complementar 101/2000, a concessão de Auxílios, Contribuições e Subvenções somente serão concedidas a entidades assistenciais, culturais, educacionais e de saúde sem fins lucrativos, deverá ser autorizada por lei específica e atender as normas legais de prestação de contas e destinação do patrimônio.

Art. 9º - Nos termos da Lei Complementar 101/2000, não existe previsão orçamentária de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receitas de qualquer tipo, assim como não há inclusão no orçamento de novas despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor a primeiro de janeiro de 2.006, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE GUARNIERI PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Divisão de Administração da Prefeitura Municipal,
em 07 de dezembro de 2.005.

IZABEL CRISTINA DE CARVALHO MACEDO
Diretora da Divisão de Administração

ANEXO B - Orçamento municipal ano base 2007

LEI NÚMERO 981, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2.006.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE “SANTO ANTÔNIO DO PINHAL” PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.007.

JOSÉ AUGUSTO DE GUARNIERI PEREIRA, Prefeito Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica do Município de Santo Antônio do Pinhal;

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Climática de Santo Antônio do Pinhal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o ORÇAMENTO GERAL para o exercício financeiro de 2.007 do Município de SANTO ANTÔNIO DO PINHAL, Estado de São Paulo, abrangendo os órgãos de Administração Direta, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 9.570.000,00 (Nove Milhões Quinhentos e Setenta Mil Reais).

Art. 2º - O Orçamento do município de Santo Antônio do Pinhal para o exercício financeiro de 2.007 estima a Receita em R\$ 9.570.000,00 (Nove Milhões Quinhentos e Setenta Mil Reais), e fixa as Despesas da seguinte forma: Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal R\$ 384.000,00 (Trezentos e Oitenta e Quatro Mil Reais), e para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal em R\$ 9.186.000,00 (Nove Milhões, Cento e Oitenta e Seis Mil Reais).

Parágrafo 1º – A estimativa prevista para as Despesas da Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal que fixou o valor descrito no “caput” deste artigo, poderá ser revista após o encerramento do exercício financeiro de 2.006, quando será feito pelo Poder Executivo, o cálculo da apuração final da receita efetivamente realizada naquele exercício, conforme determina o artigo 29-A, da Constituição Federal, definindo o total do orçamento do Poder Legislativo.

Parágrafo 2º – No caso do total do orçamento do Poder Legislativo, apurado na forma do parágrafo 1º deste artigo, ser inferior ao fixado nesta Lei, a diferença será objeto de adequação até o limite permitido.

Parágrafo 3º – No caso do total do orçamento do Poder Legislativo, apurado na forma do parágrafo 1º deste artigo, ser superior ao fixado nesta Lei, a diferença será objeto de anulação das dotações da Câmara Municipal, a ser definida nos prazos e elementos por ela previamente indicados.

Art. 3º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos Tributos, Rendas, Suprimentos e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos da Receita, conforme Lei 4.320/64 e Portarias atualizadoras e modificativas, de acordo com o seguinte desdobramento.

RECEITA	9.570.000,00
RECEITAS CORRENTES	8.320.000,00
Receita Tributária	780.000,00
Receita Patrimonial	21.000,00
Receita de Serviços	5.000,00
Transferências Correntes	7.908.500,00
Outras Receitas Correntes	280.000,00
(-) Dedução para o FUNDEF -	674.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.250.000,00
Transferências de Capital	1.250.000,00

Art. 4º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos de Despesa integrantes da presente Lei, conforme o que dispõe a Lei 4.320/64 e Portarias atualizadoras e modificativas, sob os seguintes desdobramentos:

1) POR ÓRGÃO DE GOVERNO

DESPESA FIXADA	9.570.000,00
Câmara Municipal	384.000,00
Prefeitura Municipal	9.186.000,00

2) POR FUNÇÕES

Legislativa	384.000,00
Administração	749.500,00
Assistência Social	243.000,00
Previdência Social	260.000,00
Saúde	1.510.000,00
Educação	3.346.000,00
Cultura	10.000,00
Urbanismo	375.000,00
Habitação	22.000,00
Saneamento	220.000,00
Gestão Ambiental	22.000,00
Agricultura	110.000,00
Comércio e Serviços	905.000,00
Transporte	590.000,00
Desporto e Lazer	60.000,00
Encargos Especiais	578.500,00
Reserva de Contingência	185.000,00
TOTAL DA DESPESA	9.570.000,00

3) POR SUBFUNÇÕES

Ação Legislativa	384.000,00
Administração Geral	612.500,00
Administração Financeira	137.000,00
Assistência à Criança e Adolescente	33.000,00

Assistência Comunitária	210.000,00
Previdência Básica	260.000,00
Atenção Básica	1.510.000,00
Alimentação e Nutrição	175.000,00
Ensino Fundamental	2.705.000,00
Ensino Médio	55.000,00
Ensino Superior	12.000,00
Educação Infantil	338.000,00
Educação de Jovens e Adultos	35.000,00
Educação Especial	22.000,00
Difusão Cultural	10.000,00
Infra-Estrutura Urbana	45.000,00
Serviços Urbanos	330.000,00
Habitação Urbana	22.000,00
Saneamento Básico Urbano	220.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	22.000,00
Extensão Rural	110.000,00
Turismo	905.000,00
Transporte Rodoviário	590.000,00
Desporto Comunitário	60.000,00
Serviço da Dívida Interna	391.000,00
Outros Encargos Especiais	191.500,00
Reserva de Contingência	185.000,00
TOTAL DA DESPESA	9.570.000,00

4) POR CAT. ECONÔMICAS, SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	6.989.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.343.700,00
Outras Despesas Correntes	2.645.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.396.000,00
Investimentos	1.965.000,00
Inversões Financeiras	40.000,00
Amortização da Dívida	391.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00
TOTAL DA DESPESA	9.570.000,00

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência, nos termos do disposto na Lei Complementar 101/2000, serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e para obtenção do resultado primário.

PARÁGRAFO ÚNICO – Conforme dispõe a Lei Complementar 101/2000, entende-se como “outros riscos e eventos fiscais imprevistos” as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor no orçamento em vigor.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I. Realizar Operações de Crédito, inclusive por Antecipação da Receita, nos termos da legislação em vigor.

II. Proceder à transposição total ou parcial dos elementos de despesa dentro dos órgãos do orçamento.

III. Proceder à abertura de Créditos Suplementares, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4320/64, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do orçamento, à conta de recursos provenientes dos itens constantes do artigo 43 da Lei 4.320/64, e respeitada a Lei 101/2000.

IV. Proceder à abertura de Créditos Suplementares à conta de recursos provenientes de arrecadação de convênios não previstos na receita orçamentária, desde que respeitados os objetivos e metas da programação do convênio e os programados por esta Lei.

Parágrafo 1º – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais.

Parágrafo 2º – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, quando utilizados para abertura de créditos adicionais, não serão considerados para fins de apuração de excesso de arrecadação.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com órgãos dos Governos Estadual e Federal, diretamente ou através de seus órgãos de administração direta ou indireta.

Parágrafo Único – Comprovado o interesse público, e mediante convênio, ajuste ou acordo, o Executivo Municipal poderá assumir encargos de competência de outros órgãos da Administração Pública.

Art. 8º - Nos termos do disposto na Lei Complementar 101/2000, a concessão de Auxílios, Contribuições e Subvenções somente serão concedidas a entidades assistenciais, culturais, educacionais e de saúde sem fins lucrativos, deverá ser autorizada por lei específica e atender as normas legais de prestação de contas e destinação do patrimônio.

Art. 9º - Nos termos da Lei Complementar 101/2000, não existe previsão orçamentária de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receitas de qualquer tipo, assim como não há inclusão no orçamento de novas despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor a primeiro de janeiro de 2.007, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE GUARNIERI PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Divisão de Administração da Prefeitura Municipal,
em 14 de novembro de 2006.

IZABEL CRISTINA DE CARVALHO MACEDO
Diretora da Divisão de Administração